

CRISTINA FUKUMORI WATARAI

**O CONTEXTO AFETIVO-FAMILIAR
DE RELAÇÕES INCESTUOSAS ENTRE IRMÃOS**

**ASSIS
2009**

CRISTINA FUKUMORI WATARAI

**O CONTEXTO AFETIVO-FAMILIAR
DE RELAÇÕES INCESTUOSAS ENTRE IRMÃOS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientadora: Professora Doutora Vera da Rocha Resende

**ASSIS
2009**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

W314c Watarai, Cristina Fukumori
O contexto afetivo-familiar de relações incestuosas entre
irmãos / Cristina Fukumori Watarai. Assis, 2009
193 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Vera da Rocha Resende

1. Incesto. 2. Violência sexual. 3. Psicanálise. 4. Irmãos.
5. Família. I. Título.

CDD 301.4158
150.150

**O CONTEXTO AFETIVO-FAMILIAR
DE RELAÇÕES INCESTUOSAS ENTRE IRMÃOS**

CRISTINA FUKUMORI WATARAI

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Manoel Antônio dos Santos
Universidade de São Paulo

Prof.º Dr. Jorge Luis Ferreira Abrão
Universidade Estadual Paulista

Prof.^a Dr.^a Vera da Rocha Resende
Universidade Estadual Paulista

**ASSIS
2009**

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido Deus, pelo dom da vida e o amor incondicional por mim.

Ao meu amado esposo, Gustavo, pela paciência, amor e incentivo, sem os quais seria impossível a realização deste trabalho.

Aos meus pais amados, cujo apoio e cuidado foram fundamentais nesta etapa de minha vida.

À minha orientadora, Vera da Rocha Resende, pelos incentivos, orientações e confiança a mim dedicados, que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional. Muito obrigada.

Ao meu professor, José Luiz Guimarães (em memória), por acreditar em meu trabalho e me incentivar a não desistir, diante das dificuldades da vida.

A Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira, minha coordenadora e amiga, pela compreensão e por me permitir a realização desta pesquisa.

Aos meus colegas e amigos de trabalho do CREAS-III, pelo carinho, estímulo e cooperação para a realização deste trabalho.

Aos professores Manoel Antônio dos Santos e Jorge Luis Ferreira Abrão, pelas pertinentes sugestões, no Exame de Qualificação.

À professora Olga Ceciliato Mattioli e os meus colegas do NEVIRG- Núcleo de Estudos sobre Violência e Relações de Gênero.

Aos meus queridos pastores Shinze e Dilma Yahiro pelas orações e apoio.

Ao meu querido pastor Haroldo Silva (em memória) e sua esposa Charlotte que me possibilitaram a aquisição dos livros internacionais.

À minha amiga Renata Cristina Engler Graner que me acompanhou e me apoiou durante toda esta caminhada.

A todos os meus amigos e familiares que contribuíram diretamente e indiretamente para a realização deste trabalho.

WATARAI, Cristina Fukumori. **O Contexto Afetivo-Familiar de Relações Incestuosas entre Irmãos**. 2009. 193 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2009.

RESUMO

Esta pesquisa surgiu a partir de minha experiência profissional, como psicóloga de um CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - que realiza o atendimento psicossocial de crianças e adolescentes vítimas da violência, localizado em um município no interior do Estado do Paraná. Tendo em vista essa prática, o tema abordado se refere aos casos de incesto entre irmãos, sendo crianças e/ou adolescentes. Para a Psicanálise, os desejos incestuosos estão presentes em cada indivíduo, desde a mais tenra idade; entretanto, a interdição do incesto é um fator importante para a estruturação do psiquismo, principalmente para a instauração do superego, no que concerne aos aspectos de internalização das regras sociais, possibilitando o convívio em sociedade. Com base nesse pressuposto, pensamos que experiências incestuosas também podem ocorrer na realidade concreta, não apenas no nível da fantasia, configurando situações abusivas. Este estudo utilizou-se do método de pesquisa em psicanálise, adaptado ao contexto que não corresponde à clínica convencional, denominada de extramuros, cujo objetivo foi identificar as condições afetivo-familiares em que emergem cenas incestuosas entre irmãos e descrever a estrutura familiar que as sustenta. Foram entrevistadas quatro famílias, em um total de dezesseis participantes. As informações foram obtidas por meio de entrevistas abertas com os responsáveis pelo cuidado parental de crianças e/ou adolescentes os quais se relacionaram de forma incestuosa com os seus irmãos, entrevista familiar diagnóstica com todos os membros da família e entrevistas realizadas individualmente com os irmãos envolvidos. O roteiro de entrevistas procurou destacar os tópicos mais relevantes, respectivamente: comunicação, papéis e funções, aspectos transgeracionais dos grupos familiares, concepção da sexualidade e envolvimento incestuoso entre os irmãos, com a preocupação de avaliar as atitudes dos entrevistados diante da questão do incesto. Esta pesquisa demonstrou problemas no âmbito da comunicação, principalmente no relacionamento pais/filhos e, a inversão dos papéis e funções familiares, com a distribuição desigual de autoridade. A subjetividade tem-se configurado em um ambiente de extrema violência, não facilitador para um desenvolvimento afetivo saudável e com um discurso sobre a sexualidade a acentuar, nessas famílias, o seu caráter de tabu. Pudemos notar a abolição dos limites entre os indivíduos e as diferentes gerações, com a ocorrência de diversas situações de violência inaugurando uma cadeia traumática transgeracional. Por meio desta pesquisa, foi possível constatar a necessidade de incluir a questão do envolvimento incestuoso entre irmãos, nos debates em nossa sociedade, considerando principalmente a tendência de assumi-la como menos danosa e abusiva, podendo ser interpretada erroneamente como uma manifestação normal da sexualidade da criança. A partir da discussão dessa problemática, buscamos ampliar o conhecimento que servirá de base para intervenções práticas mais eficazes para esses tipos de casos.

Palavras-chave: incesto; abuso sexual; Psicanálise; irmãos; família.

WATARAI, Cristina Fukumori. **The Family-Affective Context of Incestuous Relations among Siblings**. 2009. 193 p. Dissertation (Masters in Psychology) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2009.

ABSTRACT

This research is based upon my professional experience as a psychologist of a Specialized Social Service Reference Centre – SSSRC – which offers psychosocial assistance to children and adolescents victims of violence, located in a city in the interior of Paraná State. Having this experience in mind, the present theme refers to incest cases among siblings, children or adolescents. According to psychoanalysis, incestuous desire is present in each individual from a young age; however, the interdiction of incest is an important factor for the structuring of the psyche, especially for the establishment of the superego, which concerns the process of internalization of social rules, making it possible to live in society. Based on this presumption it is believed that incestuous experiences could take place in a concrete reality, not only on a fantasy level, configuring into abusive situations. This study utilized a psychoanalysis based research, adapted to the context which does not correspond to a conventional clinic, denominated extramural, which has the objective of identifying the family-affective conditions in which emerge incestuous scenes among siblings and to describe the family structure which supports them. Four families were interviewed, with a total of sixteen participants. The information obtained through open interviews with those in charge of the parental care of the children and/or adolescents who had an incestuous form of relationship with their siblings, a diagnostic family interview with all the members of the family and individually taken interviews with the siblings involved. The script of the interviews aimed to accentuate the most relevant aspects of the research, respectively: communication, roles and functions, transgenerational aspects of the family groups, the conception of sexuality and the incestuous involvement among siblings with the concern of evaluating the attitudes of the people being interviewed about the incestuous questions. This research demonstrates problems with communication, especially involving parent/sibling relationships and the reversal family functions and roles, with an uneven authority distribution. Subjectivity has configured in an extremely violent environment, not helping a healthy affective development and with a discourse about sexuality that accentuates its taboo nature. The abolition of limits among the individuals and generations was noted with the occurrence of many violent situations, inaugurating a traumatic transgenerational chain. Through this research it was established the need to include incestuous involvements among siblings in debate within our society, especially considering the tendency to assume it as less harmful and abusive leading it to be mistakenly interpreted as a normal manifestation of a child's sexuality. As a result of a discussion of this problem we hope to broaden the knowledge that will serve as basis for more effective practical interventions for these types of cases.

Key-words: incest; sexual abuse; psychoanalysis; siblings; family.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	10
1 UM PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A INFÂNCIA NA SOCIEDADE	18
1.1 A Infância Vitimizada	18
1.2 A Concepção de Infância no Brasil	22
1.3 A Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e a Violência Sexual	26
1.4 Encontrando uma Terminologia para nosso Estudo	29
2 REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE O INCESTO, FAMÍLIA E FRATRIA	39
2.1 O Incesto	39
2.2 Quando o Incesto não é apenas uma Fantasia	45
2.3 A Importância da Família	51
2.4 Compreendendo a Fratria	59
3 MÉTODO	62
3.1 A Atuação do Psicólogo do CREAS na Abordagem à Criança e/ou Adolescente	62
3.2 A Pesquisa em Psicanálise	65
3.3 Participantes da Pesquisa	68
3.4 Local da Pesquisa	69
3.5 O Acesso às Informações	69
3.5.1 Roteiro Norteador para a Entrevista com os Responsáveis pelo Cuidado Parental	70
3.5.2 A Entrevista Familiar Diagnóstica	70
3.6 Procedimentos	72
4 AS ENTREVISTAS	74
4.1 A História da Família Silva	74
4.1.1 Composição familiar	75
4.1.2 Relato da Entrevista com a Mãe	76

4.1.3 A Entrevista Familiar Diagnóstica	82
4.1.4 A Entrevista com Léo	87
4.1.5 A Entrevista com Felipe	89
4.1.5 A Entrevista com Gabriel	92
4.2 A História da Família Ferreira.....	97
4.2.1 Composição Familiar.....	97
4.2.2 Relato da Entrevista com a Mãe.....	98
4.2.3 A Entrevista Familiar Diagnóstica.....	107
4.2.4 A Entrevista com Danilo.....	113
4.2.5 A Entrevista com Dennis.....	114
4.3 A História da Família Oliveira.....	116
4.3.1 Composição Familiar.....	116
4.3.2 Relato da Entrevista com os Pais.....	117
4.3.3 A Entrevista Familiar Diagnóstica.....	125
4.3.4 A Entrevista com Luiz.....	135
4.3.5 A Entrevista com Lúcia.....	138
4.3.6 A Entrevista com Lúcio.....	139
4.4 A História da Família Souza.....	141
4.4.1 Composição Familiar.....	141
4.4.2 Relato da Entrevista com os Pais.....	142
4.4.3 A Entrevista Familiar Diagnóstica.....	147
4.4.4 A Entrevista com Ana.....	152
4.4.5 A Entrevista com Flávio.....	157
5 DISCUSSÃO SOBRE O MATERIAL COLHIDO NAS ENTREVISTAS.....	160
5.1 Comunicação	160
5.2 Papéis e Funções.....	162
5.3 Aspectos Transgeracionais.....	164
5.4 Concepção da Sexualidade.....	168
5.5 O Envolvimento Incestuoso Entre Irmãos.....	170
SÍNTESE CONCLUSIVA.....	176
REFERÊNCIAS.....	178
APÊNDICE.....	186
ANEXOS.....	189

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A ideia desta pesquisa surgiu a partir de minha experiência profissional, como psicóloga de um CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social –, unidade pública estatal que oferece atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

Localizado em um município no interior do Estado do Paraná, essa instituição realiza especificamente o atendimento psicossocial de crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, vítimas da violência (física, sexual, psicológica e negligência).

O início deste trabalho foi um grande desafio tanto para minha vida pessoal como profissional, ao deparar-me com a realidade de muitas crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Os contatos iniciais com elas despertaram em mim, provavelmente, a mesma reação de indignação que em qualquer outra pessoa que ouve os tristes relatos dos casos.

Pude compreender como o abuso sexual está diretamente relacionado à anulação do outro, da dignidade humana, em que há uma imposição da própria vontade (do vitimizador), em detrimento da pessoa (criança ou adolescente), exercendo-se o poder sobre este, tornando o outro um “objeto” do qual o vitimizador pode usufruir conforme o seu bel-prazer.

Uma realidade assustadora e oculta desses casos foi constatar que aqueles que deveriam zelar, proteger e cuidar da criança e/ou adolescente eram apontados como os maiores perpetradores desses abusos, ou seja, pais, padrastos e pessoas do âmbito familiar.

Outro desafio enfrentado foi lidar com todos os tipos de reações de estranhamento, repulsa e horror provocadas nas pessoas, quando me referia ao meu trabalho, observando que eu também estava tratando com um verdadeiro tabu da sociedade.

Com a minha vivência profissional, passei a compreender que era necessário ter uma meta: dar voz aos que são silenciados, pois o abuso sexual está intimamente relacionado ao que é “proibido”, um verdadeiro tabu, que, portanto, tem sua ação transgressiva protegida pelo segredo, tanto da vítima, quanto do autor do

abuso, da família e de outros (vizinhos, amigos, profissionais etc.), que, de alguma forma, se envolveram nesse “complô do silêncio”, permanecendo inertes diante desse tipo de situação.

Nessa perspectiva, o presente estudo surgiu como uma maneira de poder alcançar essa meta, dando voz aos silenciados e, assim, contribuindo para a prevenção das situações de abuso sexual.

Ainda há, no imaginário social, uma ideia muito difundida de que o abuso sexual não é muito comum em nossa sociedade. Sanderson (2005) nomeia essas posturas e crenças como um “mito” profundamente enraizado em nosso meio, que camufla a verdadeira realidade, criando uma falsa sensação de segurança em adultos e crianças.

Os dados estatísticos do CREAS, por conseguinte, demonstram uma realidade diferente, um número significativo de casos de abuso sexual: desde a sua implantação (2002) até o final do ano de 2008, houve um total de 1296 casos notificados de abuso sexual, exclusivamente, sendo que 470 ainda permanecem em atendimento/monitoramento. Os levantamentos realizados revelam que a maioria das vítimas (45%) é do sexo feminino, de 7 a 14 anos, enquanto 52% dos autores da violência são familiares da vítima, ou seja, irmãos (4%), tios (4%), avós (3%), outros familiares (6%) e, na grande maioria, pais e padrastos (35%). Os demais autores da violência, quase em sua totalidade, são considerados pessoas conhecidas da vítima (BRASIL, 2008).

Todas as ações desenvolvidas por esse serviço envolvem uma equipe interdisciplinar, que se articula às políticas de Garantia de Direitos e de Assistência Social, em conjunto com os serviços governamentais e não governamentais na perspectiva do trabalho em rede, com complementaridade das ações, com os serviços da política de garantias, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) (BRASIL, 1990), com o Ministério Público, Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Juventude, Delegacias, Instituto Médico Legal, entre outros órgãos.

Por se tratar de um trabalho integrado, que implica necessariamente várias ações conjuntas, o papel do psicólogo nessa instituição é diferenciado, uma vez que é necessário desenvolver um método de atendimento, o qual se adeque às condições reais de trabalho que pressupõe abordagem interdisciplinar.

A equipe realiza um diagnóstico interdisciplinar dos casos encaminhados, por meio de informações colhidas em cada setor em sua especialidade, tais como: entrevistas psicológicas com a criança ou adolescente e respectivos familiares, entrevistas sociais com a família, visitas domiciliares e escolares, reunindo-se posteriormente, para estudos de casos, discussão da situação de vulnerabilidade, e tomar decisões para ações subsequentes.

Paralelamente, todos os casos são encaminhados para o acompanhamento psicológico, sob o enfoque individual e/ou grupal, de acordo com o referencial teórico adotado pelo profissional. Cabe ressaltar que tanto a criança ou o adolescente recebe o atendimento, quanto toda a família também é acompanhada pelo serviço, através das ações do psicólogo e de profissionais de outras áreas (Serviço Social, Terapia Familiar e Educação Social).

Durante os acompanhamentos psicológicos envolvendo situações de abuso sexual, o profissional realiza avaliações dos casos encaminhados, para identificar se a criança e/ou adolescente estão protegidos, providenciando, caso necessário, outros tipos de encaminhamento. Cabe ressaltar que diversos atendimentos são realizados compulsoriamente, com a solicitação posterior de relatórios a esse serviço, por órgãos judiciais e delegacias, acerca da suspeita de abuso, os quais subsidiarão vários processos e inquéritos policiais.

O acompanhamento psicológico também tem como objetivo o tratamento do sofrimento psíquico decorrente do abuso sexual; entretanto, o enquadre é diferenciado de uma psicoterapia em uma clínica convencional, ou seja, devido à alta demanda de atendimento do serviço, estes são realizados focalizando especificamente a situação de abuso.

Durante os atendimentos, são usados recursos lúdicos, projetivos, dinâmica de grupos e outros que possibilitam à criança e/ou adolescente entrar em contato com seu mundo psíquico, com o objetivo de propiciar-lhe oportunidade para compreender a experiência e elaborar a vivência traumática. Surgem questões de identidade, sentimento de culpa, vergonha, revolta, medo e, como o trabalho é centrado na prevenção de novas situações abusivas, a sexualidade se torna tema recorrente.

O trabalho com o abuso sexual, portanto, é compreendido como um problema que envolve diversos profissionais, de diferentes áreas, pois, em conformidade com

Furniss (2002), a problemática do abuso sexual é um problema genuinamente multidisciplinar.

Com essa prática, não apenas no atendimento às vítimas, mas também, recentemente, com a experiência no atendimento aos adolescentes encaminhados como autores de abuso sexual, surge o interesse por compreender as situações de envolvimento incestuosos entre irmãos, tendo em vista lacunas existentes na literatura, uma vez que boa parte das contribuições se refere a casos em que o abusador é uma pessoa adulta, do sexo masculino, geralmente pai ou padrasto.

Nos casos atendidos, algumas peculiaridades foram observadas, como o fato de esse tipo de relacionamento muitas vezes não ser considerado violento ou abusivo, do ponto de vista da criança-vítima, sendo realizado com seu consentimento e cumplicidade.

Apesar da submissão a esse tipo de envolvimento, observou-se igualmente a existência de grande sofrimento psíquico para a criança encaminhada como vítima, como o sentimento de culpa, sentimentos ambíguos, desejos incestuosos, por meio de relatos como “quero casar com meu irmão” (sic), até intensos sentimentos de horror, raiva de si, do outro, vergonha, entre outros sintomas relacionados à sexualidade, como interesse em se relacionar sexualmente com outras crianças e condutas hiperssexualizadas, em vários contextos.

Durante os atendimentos, alguns adolescentes, que acabaram assumindo a autoria do abuso sexual perpetrado contra a irmã ou o irmão mais novo, justificaram seus atos pela maior “acessibilidade” a essas vítimas. Além disso, verificou-se que muitos deles também foram vítimas de abuso sexual intra ou extrafamiliar, quando crianças, repetindo a situação traumática com seu(s) irmão(s). Essa suposição trouxe várias reflexões acerca da história pessoal de cada criança ou adolescente e, principalmente, sobre o contexto familiar.

A temática do incesto entre irmãos foi pouco abordada na literatura brasileira. Conforme os levantamentos realizados até 14/07/2008, em várias fontes disponíveis, os resultados foram os seguintes:

- No Banco de Dados Bibliográficos da USP – *DEDALUS* –, desenvolvido pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo, dos 80 registros pesquisados com a palavra “incesto”, encontrou-se apenas uma referência ao autor Cohen (1993), em seu livro **O incesto: um desejo**, referindo-se aos vários tipos de incesto e, de forma sucinta, o envolvimento entre irmãos.

- No Banco de Teses da CAPES – *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação* –, procurou-se pelo assunto “incesto” e “abuso sexual”, das pesquisas que estavam disponíveis entre os anos 1987 e 2007, encontrando-se 41 Dissertações de Mestrado e 11 Teses de Doutorado referindo-se ao incesto. Sobre o termo “abuso sexual”, constatou-se um número maior de pesquisas, totalizando 76 Dissertações de Mestrado e 33 Teses de Doutorado. Das pesquisas apresentadas, nenhuma se referia especificamente ao incesto envolvendo irmãos.

- Na Base de Dados da *IndexPsi Periódicos* – resultante da parceria entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-CAMPINAS, encontraram-se 31 referências com a palavra incesto, até a data supracitada, sem nenhuma referência a irmãos.

- Na pesquisa de artigos científicos no *Scielo – Scientific Electronic Library Online* – foram encontrados 14 artigos com a palavra “incesto” e 142 artigos se referindo ao termo “abuso sexual”. Observou-se a ausência de artigos aludindo a fratria ou irmãos.

Os poucos estudos relativos ao envolvimento incestuoso entre irmãos, encontrados na literatura nacional, por conseguinte, foram revelados por Cohen e Matsuda (COHEN, 1997). Em sua pesquisa com 238 vítimas de incesto, os autores constataram que cerca de 9 pessoas (3%) vivenciaram esse tipo de situação. Segundo Cohen (1997), o estudo do incesto fraternal (consanguíneos ou por adoção) demonstrou que nem sempre esse tipo de incesto deve ser considerado violento, e ocorreria em uma família sem nenhum tipo de controle sobre seus filhos. Geralmente, o pai é ausente e a mãe mostra uma atitude rígida e puritana frente à sexualidade, com absoluta incapacidade de dar aos filhos uma educação sexual adequada.

Gobbetti (2000) realizou, no período de junho de 1993 a dezembro de 1999, um levantamento no Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual – CEARAS – constatando que, segundo o grau de parentesco das pessoas denunciadas por cometer abuso, a maior incidência seria respectivamente de pai, padrasto, tio, primo e irmão, este último representando 12,23% dos casos. Para essa autora, as relações incestuosas entre irmãos teriam uma porcentagem muito maior em sua pesquisa do que na efetivada por Cohen e Matsuda (COHEN, 1997) devido à hipótese de que os dados não demonstram a dimensão real dos casos, que

tendem a ser percebidas como consentidas, além de, na maior parte dos casos, ambos os envolvidos serem menores de idade e, portanto, haver um menor número de encaminhamentos para exame de corpo de delito (local onde aqueles autores realizaram a pesquisa).

No CREAS, verificou-se que, segundo o grau de parentesco entre os familiares denunciados, o irmão estaria em terceiro lugar, seguido do pai e do padrasto e constituindo aproximadamente 4% dos casos (BRASIL, 2008).

Observou-se uma diferença significativa entre os dados colhidos pelo CREAS e por Gobbetti (2000), podendo-se pressupor que há uma subnotificação desses tipos de casos, pois os pais podem demonstrar dificuldades em formalizar a denúncia dos próprios filhos ou compreender o envolvimento incestuoso entre os irmãos como não abusivo.

Em virtude da escassez de estudos nacionais, optou-se pela busca de pesquisas internacionais, como na base de dados bibliográficos da Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos da América (*US National Library of Medicine's* – NLM), denominada *Medline*, através dos termos “*sibling incest*” e apenas “*incest*”, tendo sido encontradas 12 referências para incesto entre irmãos e 215 referências para a palavra “incesto”, até 14/07/2008.

Diante dos estudos internacionais levantados, constatou-se que há algumas peculiaridades na relação incestuosa entre irmãos, já que alguns autores (CYR et al., 2002; RUDD; HERZBERGER, 1999) fizeram pesquisas comparativas, sob o enfoque da Análise do Comportamento, com outros tipos de incesto pai/filha, padrasto/enteada, constatando que o incesto entre irmãos, erroneamente, tem sido considerado menos danoso do que os outros. Os autores apontam para a existência de pontos cegos em pesquisas relativas a esse tipo de incesto, ressaltando que, no caso de irmãos, as consequências emocionais para os envolvidos são tão graves quanto no incesto pai/filha.

Outra pesquisa encontrada (TSUN, 1999) descreve um estudo de caso realizado na China, revelando que o incesto perpetrado pelo irmão mais velho, do gênero masculino, acontece em um contexto familiar que possui pais não acessíveis, com uma estrutura patriarcal de poder, com fortes códigos morais, secretismo, isto é, em um ambiente que contribui para que a vítima não consiga se proteger das investidas sexuais do irmão.

DiGiorgio-Miller (1998) aponta que o envolvimento incestuoso entre irmãos ocorre em um contexto familiar o qual não fornece um ambiente seguro para os seus membros e, por isso, sugere que o tratamento deve incluir a redefinição dos papéis de cada membro na família, por intermédio de um realinhamento hierárquico, de forma a promover uma comunicação mais aberta e mais honesta, no contexto familiar.

Em um artigo encontrado no NCJRS (National Criminal Justice Reference Service) do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, os autores Rayment-McHugh e Nisbet (2003) efetuaram um estudo comparativo com 32 adolescentes: 13 adolescentes que abusaram de seus irmãos mais novos e 19 adolescentes que abusaram sexualmente de outras crianças. No primeiro grupo de adolescentes, a pesquisa revelou que eles cometeram um maior número de abusos sexuais do que o outro grupo, além de envolver um número maior de vítimas. Em acréscimo, um grande número deles revelou ter uma história de abuso sexual quando criança, evidenciando ainda alguns problemas de conduta.

Worling (1995) acentuou, em sua pesquisa, algumas características peculiares daqueles que perpetraram abusos sexuais contra os seus irmãos, como: uma probabilidade muito maior de terem presenciado discussões entre os pais, rejeição parental, de terem sido castigados fisicamente, ou seja, de terem sido vítimas de violência física, além de demonstrarem insatisfação com o relacionamento familiar ou de terem sido vítimas de abusos sexuais, na infância.

Furniss (2002) também identificou algumas causas para os irmãos abusivos, adolescentes, do gênero masculino, tais como: 1) muitos desses irmãos já sofreram abusos sexuais. 2) muitos testemunharam abusos sexuais na família, culminando com a identificação com o pai abusivo. 3) cresceram em um relacionamento progenitor-criança emocionalmente empobrecido e, ao mesmo tempo, sexualizado, possuem autoestima baixa e uma baixa tolerância à frustração. Recorrem ao abuso sexual dos irmãos para satisfação emocional e alívio da tensão. 4) foram abusados fisicamente de modo grave ou sofreram grande privação emocional.

O envolvimento incestuoso entre irmãos com pouca diferença de idade, no entanto, pode ter uma dinâmica diferente; segundo Furniss (2002), esta é chamada de *Síndrome de João e Maria*, e está diretamente relacionada à privação emocional, em que ambas as crianças podem ter sido abusadas fisicamente ou sexualmente por figuras parentais. A maneira com essas crianças se relacionam emocionalmente

é idêntica a um relacionamento sexual; desse modo, as meninas podem desenvolver um comportamento sexualizado de vítima, enquanto o menino, um comportamento sexualizado de abusador.

Segundo Gabel (1997), os abusos sexuais cometidos pelos irmãos mais velhos com outros irmãos, quando houver grande diferença de idade, trazem consequências semelhantes ao incesto pela figura parental. Na perspectiva dessa autora, as consequências do incesto são, em geral, mais graves do que os abusos extrafamiliares, pois provocam na criança uma confusão em relação às imagens parentais: o pai deixa de desempenhar um papel protetor e representante da lei, ao passo que a debilidade da mãe, omissa, torna-se evidente

Rayment-McHugh e Nisbet (2003) afirmam que ainda existe uma publicação muito escassa sobre a temática do incesto ou abuso perpetrado por irmãos, apesar de se notar um pequeno aumento no número de pesquisas internacionais. Uma das justificativas é de que, no caso do incesto entre irmãos, há uma tendência a se minimizar os impactos negativos desse tipo envolvimento e, sobretudo, de a própria família negar ou omitir o fato.

Nesse sentido, considerando que a questão do envolvimento incestuoso entre irmãos tem sido pouco debatida, em estudos nacionais e até internacionais (RAYMENT-McHUGH; NISBET, 2003; RAYMENT; OWEN, 1999; WELFARE, 2008), por ser mais tolerada, entendida como menos danosa e abusiva do que outros tipos de casos, como pai-filha/padrasto-enteada (CYR et al., 2002; RUDD; HERZBERGER, 1999), o objetivo desta Dissertação se constituiu em identificar as condições afetivo-familiares em que emergem cenas incestuosas entre irmãos e descrever a estrutura familiar que as sustenta.

Portanto, minha vivência profissional, amparada por subsídios extraídos da literatura pertinente, tendo em vista contribuições da teoria psicanalítica, me leva a pensar que a exploração desse tema e a análise das informações obtidas, nos casos pesquisados, podem lançar mais luz sobre o entendimento desse fenômeno.

Para isso, esta Dissertação se organiza da seguinte forma: no **capítulo 1**, realizamos um panorama histórico e social sobre a infância. Seu conteúdo mostra que, ainda nos dias atuais, ela continua sendo vítima de vários tipos de violência, como é o caso da Violência Doméstica. No **capítulo 2**, percorremos o referencial teórico psicanalítico, o qual oferece os fundamentos da discussão sobre o incesto, teoria da sexualidade infantil, o desenvolvimento psicosssexual, família e fratria. No

capítulo 3, descrevemos o caminho que permite atingir o objetivo proposto: tal como no método psicanalítico, o conhecimento vai se desvendando, pela escuta atenta do pesquisador, centrada no sujeito e na história que se revela. No **capítulo 4**, finalizamos o trabalho, articulando o conhecimento teórico com as revelações das pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa.

1 UM PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A INFÂNCIA NA SOCIEDADE

1.1 A Infância Vitimizada

No decorrer da história, a infância se apresenta, desde a Antiguidade, como uma classe desprivilegiada, sujeita a vários tipos de violências e abandonos.

Marcílio (2006) realiza uma pesquisa histórica acerca do fenômeno do abandono de crianças, aludindo, além disso, a outros tipos de violência que envolveram a infância. Conforme a autora, já havia registros desde o II milênio a. C., no código babilônico de Hamurábi, de algumas regulamentações que condenavam a prática do abandono, no caso de filho adotivo.

Na Grécia Antiga, por exemplo, o pai tinha o poder absoluto sobre os filhos, sendo permitido matar, vender ou expor os recém-nascidos. Os bebês nascidos com alguma deficiência física poderiam ser abandonados, sendo, na grande maioria, meninas. O aborto e o infanticídio eram práticas totalmente aceitas pela sociedade da época (MARCÍLIO, 2006, p. 23).

Em Roma, muitas crianças abandonadas eram submetidas a várias espécies de abusos: quebravam-lhes membros para utilizá-las na mendicância, destinavam-nas à prostituição ou à escola de gladiadores, enquanto outras eram transformadas em servos ou em eunucos.

Depois de 318 d.C., com a legislação da Roma Imperial, o infanticídio passou a ser punido com a morte. Entretanto, ainda se justificava o infanticídio de bebês nascidos com alguma deficiência física, os quais podiam ser queimados ou atirados

ao mar, porque se acreditava que “traziam mau agouro para a comunidade e para a família” (MARCÍLIO, 2006, p. 24).

Os moralistas da época não condenavam o ato dos pais de abandonar seus filhos, mas sim os possíveis resultados que disso poderiam decorrer: incesto, infanticídio, estímulo a relações extramatrimoniais ou à prostituição. Nesse sentido, praticamente nada mudou com a difusão do cristianismo no Império Romano. (MARCÍLIO, 2006, p. 27).

Após o colapso do Império Romano, como consequência da Idade das Trevas, há algumas transformações ocorridas na Sociedade Medieval, que encontramos em Postman (1999):

- a capacidade de ler desaparece, com o controle assumido pela Igreja;
- a educação desaparece, assim como os hábitos de higiene, conduzindo a alta taxa de mortalidade;
- a vergonha desaparece: não se preservavam as crianças dos segredos dos adultos, de sorte que estas eram, inclusive, incluídas nas brincadeiras sexuais dos mesmos;
- a infância desaparece: havia grande falta de interesse nas crianças, as quais nem eram registradas em testamentos, uma vez que não se acreditava que viveriam muito tempo.

Assim, o autor afirma que, até aproximadamente o século XVI, o conceito de infância, na Europa, não tinha uma representação. Confirmando esta concepção de infância, Ariès (1986) revela que as crianças eram consideradas adultos em miniatura.

Como a infância ainda não era considerada uma condição peculiar de desenvolvimento, as crianças não eram diferenciadas dos adultos, em suas vidas cotidianas, mesmo no grupo de trabalho e nos locais de divertimento. Há indícios de que elas também eram associadas às brincadeiras sexuais, sendo uma prática comum adultos tomarem liberdades com órgãos sexuais das crianças; na mentalidade medieval, tais práticas eram brincadeiras infantis, visto que eram consideradas indiferentes à sexualidade (ARIÈS, 1986; POSTMAN, 1999).

A forte influência religiosa contribuiu com a ideia de infância sagrada, o que levou às grandes transformações nos costumes, culminando com o surgimento de dois aspectos do sentimento da infância: a *paparicação*, que tomaria a criança como pura e inocente, e a *preocupação moral*, quer dizer, a criança é percebida como um ser imperfeito e incompleto, necessitando da educação e supervisão do adulto (ARIÈS, 1986, p. 163).

Nessa época, várias instituições foram criadas para a educação das crianças, como a paróquia, a casa senhorial, a propriedade ou a guilda, pois não se confiava particularmente na família. As crianças eram afastadas do convívio dos pais.

Posteriormente, entre os séculos XVI e XVIII, na Europa Ocidental, a família passou a ter responsabilidade de supervisão, no processo de “amadurecimento”. Aconteceu o fechamento da família na casa familiar, como responsável no cuidado e educação da criança. Entretanto, este não foi um resultado de um processo natural e espontâneo, porém careceu de um profundo esforço legislativo, de ação coordenada e intensa propaganda dos novos padrões de coabitação íntima (BAUMAN, 1998). A família, em decorrência, ficou encarregada de novas funções educacionais e religiosas, sendo que aos pais foi delegada grande responsabilidade no cuidado das crianças.

Postman (1999, p. 60) enfatiza que, nesse tempo, as crianças foram preparadas para assumir a idade adulta, “tendo um forte senso de individualidade, capacidade de pensar lógica e sequencialmente, capacidade de se distanciar dos símbolos, capacidade de manipular altas ordens de abstração, a capacidade de adiar o prazer”. Esse mesmo autor afirma que a infância foi criada com o objetivo de torná-las bons adultos.

Dessa forma, houve a separação do mundo infantil do adulto, tendo este último a posse de informações que não eram consideradas adequadas às crianças, tais como: relações sexuais, dinheiro, violência, morte, criando-se até mesmo repertórios de palavras que não poderiam ser usadas por elas. Assim, vários “segredos” (POSTMAN, 1999, p. 29) separaram o adulto da criança.

Muitos discursos repressivos foram introduzidos a partir do século XVIII, instaurando-se um silêncio em torno das práticas sexuais, legitimando-a apenas aos pais e cônjuges, que se tornaram agentes da sexualidade, influenciados pelo discurso médico e pedagógico.

Foucault (1988) menciona a ideia de que o sexo serviu à articulação de novos – e modernos – mecanismos do poder e do controle social. Ou seja, a partir dessa época, a conduta sexual passa a ser alvo de intervenção do Estado, como a regulação da natalidade, a fecundidade e, igualmente, a sexualidade infantil.

Os discursos médicos e educacionais da época condenavam a masturbação infantil, compreendida como vício ou doença que os pais e professores deveriam controlar e corrigir. Por isso, mecanismos de vigilância foram instalados e o controle era justificado pelo vício da criança. A família, portanto, foi o único terreno para o aprendizado e disciplina para as mulheres, devido à crença na predisposição para a histeria, e, no caso das crianças, para a masturbação.

Com esse discurso normativo da época, o sexo serviu como apoio da hierarquia de poder, para a edificação das famílias modernas: “O sexo era como que feito sob medida para o poder total e que em tudo penetrasse, concentrado na administração do corpo e do espírito humanos” (BAUMAN, 1998, p. 182).

Diversas transformações ocorreram, para que a criança, anteriormente vista com indiferença, deixasse o seu lugar de anonimato, ocupando um lugar central na sociedade e na família, para que, através da sua educação, se garantissem adultos bem-formados, futuros cidadãos dentro dos padrões morais – e produtivos.

Ao final do século XIX, a Psicanálise surge nesse contexto social, negando a noção criança como ideal social, “domesticável”, e propondo uma criança dotada de uma sexualidade perversa e polimorfa, com suas fantasias, desejos e pulsões (ZORNIG, 2000), passando a questionar a educação repressora, visto não ser possível domesticar as pulsões, sendo a moral repressora da época um dos fatores que possibilitaria o surgimento das neuroses (FREUD, 1908/2001).

Zornig (2000, p. 30) assevera que a Psicanálise freudiana

introduziu uma nova criança, uma criança com uma sexualidade que escapa ao controle social, que produz suas próprias teorias, demonstrando com suas construções fantasmáticas a possibilidade de se constituir como sujeito de sua própria história.

Todavia, assinala que, apesar disso, a Psicanálise manteve certa ambiguidade em relação à criança, que pudesse ir além do discurso do adulto e da ideologia social. Ou seja, ela

oscila entre denunciar esta tentativa ao romper o mito da 'inocência infantil', ou em se colocar ao lado do Estado na tentativa de produzir indivíduos adaptados, ao relacionar a dependência estrutural da criança a adultos na função de pais como um obstáculo a seu processo analítico. (ZORNIG, 2000, p. 33).

Paralelamente ao surgimento da Psicanálise, vários debates sobre princípios e métodos para a proteção da Infância passaram a aparecer, no final do século XIX, pela constatação de inúmeras crianças vítimas de maus-tratos e acréscimos na taxa de mortalidade infantil. Nesse período, esboçou-se a formulação dos Direitos Universais da Criança (MARCÍLIO, 2006).

Duas reuniões internacionais marcaram a garantia do bem-estar infantil: em Genebra (1924) e Viena (1952). Ambas preconizaram a proclamação do Dia Internacional da Criança, comemorado em 1º de junho (AZEVEDO; GUERRA, 1988, p.5).

A Declaração dos Direitos da Criança aconteceu em 20 de novembro de 1959 e grandes mudanças começaram a ocorrer com as leis vigentes, sendo a criança considerada “sujeito de direitos”.

1.2 A Concepção de Infância no Brasil

A concepção de Infância no Brasil, segundo Kramer e Leite (2001), necessitaria de mais estudos e pesquisas que aprofundassem o conhecimento da criança brasileira, dada a diversidade de aspectos sociais, culturais e políticos que interferiram na nossa formação:

[...] a presença da população indígena e de seus costumes, o longo período de escravidão, a opressão a que foi submetida expressiva parte da população brasileira, e ainda as migrações, o colonialismo e o imperialismo, inicialmente europeu e mais tarde americano, forjaram condições que, sem dúvida, deixaram marcas diferenciadas no processo de socialização de adultos e crianças. (KRAMER; LEITE, 2001, p. 20).

Durante o período de Colonização, no Brasil, além dos homens e mulheres, várias crianças portuguesas embarcavam nos navios sob péssimas condições de vida. Algumas representavam a mão-de-obra: como os *grumetes* e *pajens*, que,

almejando uma chance para se tornarem futuros marinheiros, mestres, contramestres, pilotos e outros, abandonavam a infância para viver a dura realidade dos adultos, trabalhando desde muito cedo. No caso das meninas, órfãs de pai e pobres, eram tiradas de suas famílias e embarcavam como “órfãs do Rei”, normalmente sofrendo abusos sexuais praticados pelos oficiais e marinheiros. Cabe ressaltar que o abuso sexual de adolescentes após quatorze anos não era punido, porque não era considerado crime, de acordo com a tradição medieval (RAMOS, 2007).

Em nosso país, a criança do século XIX, segundo Leite (2003, p. 20), não era um foco de atenção especial, isto é, era o que se chamava “*crias*” da casa, seja de responsabilidade da família consanguínea, seja da vizinhança. Havia grande incidência de crianças abandonadas e de infanticídio entre índios, brancos e negros. Crianças até os três anos eram carregadas pelas mães, escravas ou irmãos, e meninos de oito aos doze anos eram considerados adultos-aprendizes e vestiam-se como tais. Portanto, nessa época, a infância era dividida em três momentos: o primeiro, até a amamentação, por volta dos três ou quatro anos; o segundo, até os sete anos; e o terceiro, em que as crianças poderiam trabalhar em pequenas atividades.

Conforme Marcílio (2006), a fase caritativa, a qual vai desde o período colonial até meados do século XIX, foi caracterizada por um grande número de crianças abandonadas, de sorte que as Câmaras Municipais se tornaram responsáveis em oferecer assistência a esses pequenos enjeitados, que muitas vezes eram encaminhadas às Santas Casas de Misericórdia, onde permaneciam juntamente com os mendigos, pobres e doentes.

A implantação das Rodas e Casas de Expostos, inventada no Período Medieval na Europa, perdurou no Brasil até o início do século XX, para o recolhimento de crianças pobres e abandonadas. Uma grande parcela dessas crianças quase não chegava à idade adulta, já que elas viviam em condições insalubres, em prédios improvisados, sem móveis, berços, água encanada, esgoto, luz, ventilação.

As amas-de-leite mercenárias apareceram como pessoas responsáveis no cuidado de crianças até os três anos de idade da Roda dos Expostos; contudo, muitas delas assumiam ilegalmente o cuidado de várias crianças, em suas casas,

para receber maior quantia em dinheiro pelo serviço, de forma que muitas crianças acabavam morrendo, vítimas da negligência.

Já as crianças que eram criadas em famílias representavam a mão-de-obra gratuita e, por conseguinte, apesar de terem melhores condições de sobrevivência, eram submetidas a diversos tipos de violências. Outras, que não tinham a mesma oportunidade, acabavam se envolvendo com a criminalidade, a mendicância e a prostituição.

Para Marcílio (2006), portanto, ao longo do século XIX, com o avanço do liberalismo, as Misericórdias e as obras de beneficência passaram a se tornar cada vez mais públicas, perdendo gradativamente a autonomia e vindo a depender financeiramente dos governos, que impunham políticas e controles a ser adotados e os rumos a tomar.

No início do período republicano (aproximadamente entre 1870 e 1907), com a intensa urbanização e industrialização nas grandes cidades, como São Paulo, várias transformações ocorreram, inclusive com o acentuado aumento populacional, facilitado pelas imigrações que, aos poucos, substituíram a mão-de-obra escrava.

Verificou-se um aumento da criminalidade infanto-juvenil, interpretada como falta de cuidados e de educação, por parte da família e da sociedade. A infância, por consequência, começou a ser alvo de preocupações, sendo vista como “semente do futuro” (SANTOS, 2007, p. 215).

Segundo Passetti (2007), no regime republicano, foi elaborado um novo Código Penal, de acordo com a nova realidade social, incluindo penalizações severas a crianças e adolescentes “infratores”, enquadrados no crime de “vadiagem”, de sorte que a República, a partir da repentina expansão urbano-industrial, com inúmeros problemas de ordem social a combater, principiou a reprimir a vadiagem, a embriaguez, a mendicância e a prostituição, isto é, a “combater tudo o que não se enquadrava na lógica da produção e do trabalho, por meio do arrefecimento do controle social” (SANTOS, 2007, p. 228).

No início dos anos 60, com a ditadura militar, oferece-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor à população, com a proposta de educação ao infrator sem repressão enquanto, contraditoriamente, a ditadura militar realizava várias práticas repressivas aos subversivos da época, incluindo torturas.

Durante esse período, por meio de uma perspectiva biopsicossocial, a metodologia interdisciplinar é introduzida, com o objetivo de

romper com a prática repressiva anterior criando um sistema que considerasse as condições materiais de vida dos abandonados, carentes e infratores, seus traços de personalidade, o desempenho escolar, as deficiências potencias e as de crescimento. Crianças e jovens eram caracterizados como “menores” provenientes das periferias das grandes cidades, filhos de famílias desestruturadas, de pais desempregados, na maioria migrantes, e sem noções elementares da vida em sociedade. (PASSETTI, 2007, p. 357).

Diversos discursos de especialistas, como psicólogo, assistente social, médicos, sociólogos, entre outros, foram nascendo, no sentido de propiciar o tratamento biopsicossocial que objetivava acabar com a cultura da violência, formando jovens para viver em sociedade.

Sobre o período da ditadura, Passetti (2007) tem uma visão crítica, afirmando que crianças e jovens da periferia foram muito mais estigmatizados com essa perspectiva de “educar”, ou seja, eram vistos como menores perigosos.

Pode-se dizer que, desde essa época, crianças e adolescentes começaram a receber uma atenção diferenciada, sendo considerados, no âmbito formal, sujeitos de direitos em condições peculiares de desenvolvimento e exigindo, por isso, uma nova cultura de proteção e respeito aos direitos humanos.

Na década de 80, a área da infância e adolescência tem maior visibilidade, pela ampla luta de questionamento da “Política Nacional de Bem-Estar do Menor” e do “Código de Menores”, enquanto ordenamento do regime autoritário. Em meados dessa década, a garantia dos direitos da infância e da adolescência é tomada como fundamental, culminando com a mudança da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, e, posteriormente, pela elaboração de uma lei ordinária que revogasse a velha legislação do período autoritário, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com Azevedo e Guerra (2005, p. 277), a luta pela conquista dos direitos da criança e do adolescente se deveu a um amplo movimento, de dupla orientação:

- externo: devido à influência de movimentos internacionais, como do Dia Internacional dos Direitos da Criança, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, da Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança, Plano de Ação para a sua implementação etc.

- interno: pelo processo de “abertura política”, instaurado no bojo da derrocada do regime militar autoritário, que propiciou a luta por uma nova Constituição e legislação voltada às necessidades das novas gerações.

A despeito dessas grandes conquistas, das modernas leis de proteção à infância, nos dias de hoje, continuamos a presenciar a constante violação dos direitos da criança e do adolescente, que ainda são vítimas de todos os tipos de explorações, abandono, mendicância, trabalho infantil, violência doméstica física, psicológica, negligência e, também, do abuso sexual.

1.3 A Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e a Violência Sexual

A Violência Doméstica especificamente contra crianças e adolescentes é uma das formas de violência que mais se ocultam em nossa sociedade, por ocorrer em um âmbito privado, na família, perpetrada por pessoas que deveriam zelar prioritariamente pelos seus direitos: pais, mães, padrastos, tios, avós e outros responsáveis.

Azevedo e Guerra (2005a, p. 12) adotam a seguinte definição para o termo:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e/ou adolescentes que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica – implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de negociação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas com condições peculiares de desenvolvimento.

A família, ao contrário do imaginário popular, o qual a rotula de “sagrada”, possui uma grande porcentagem de notificações de abuso e negligência. De acordo com Deslandes (1994), a Associação Brasileira de Crianças Abusadas e Negligenciadas estima que, por ano, 4,5 milhões de crianças sejam vítimas de abuso e negligência, no país. Estatísticas do Serviço de Advocacia da Criança (SAC) da Secretaria do Menor de São Paulo registraram o atendimento de 6.056 casos de crianças vítimas de violência na Capital, no período de 1988 a 1990. Destes, 64%

eram casos de violência doméstica. A Associação Brasileira de Proteção à Infância (ABRAPIA), no período de 1991 a março de 93, realizou 3.981 atendimentos de crianças vitimizadas no lar, no Rio de Janeiro.

O Laboratório de Estudos da Criança (LACRI) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, com o objetivo de construir estatísticas cumulativas sobre a Violência Doméstica notificada no Brasil, efetivou, nos três primeiros meses dos anos de 1996 a 2007, o seguinte levantamento de casos notificados em diversos municípios e Estados: um total de 159.754 casos, sendo 31% de violência física, 10,9% de violência sexual, 16,6% de violência psicológica, 41,10% de negligência e, 0,3% de violência fatal em crianças e adolescentes (AZEVEDO, 2007).

Apesar desses indicadores, Azevedo (2007) ressalta que a violência denunciada constitui a “ponta do iceberg” de violências domésticas cometidas contra crianças e adolescentes, em qualquer sociedade, existindo um grande número de casos não notificados, que a autora denomina de cifra negra.

A Violência Doméstica, portanto, configura um segredo familiar, entre “quatro paredes”, sendo que muitos casos não chegam ao conhecimento dos órgãos competentes. Portanto, os casos notificados de Violência Doméstica não representam a sua real dimensão.

Isso se deve ao padrão “adultocêntrico” (AZEVEDO; GUERRA, 1988, p. 6) de relações sociais entre gerações que ainda persiste em nossa sociedade, considerando as crianças como “menores”, passíveis de ser utilizadas enquanto objetos e propriedades do adulto, sendo a família, infelizmente, “o locus privilegiado das desigualdades de gênero e geração, por isso, ela continua sendo preeminente a todos os tipos de violência [...]” (AZEVEDO; GUERRA, 2005, p. 254).

Outro fator indicado pelas mesmas autoras é que essa violência, com suas diferentes modalidades (física, psicológica, sexual e a negligência) possui um caráter universal, “endêmico” e “virulentamente democrático”, acometendo todas as classes sociais, culturas, sociedades e religiões, ao longo do tempo.

No âmbito internacional, nos Estados Unidos, por exemplo, segundo relatório nacional (AZEVEDO; GUERRA, 2005a), no ano de 2001, foram notificados 3.000.000 de casos de Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes, sendo 28% confirmados. Dentre estes, 39% de negligência, 19% de violência física, 10% de violência sexual e 7% de violência psicológica.

No caso da violência sexual, nos últimos anos, tem sido possível observar que essa temática tem tido maior divulgação pela mídia e outros meios de comunicação, por meio dos esforços de vários órgãos públicos e da sociedade civil como um todo.

A problemática sobre a violência sexual passou a ter melhor visibilidade a partir da década de 1970, inicialmente no âmbito internacional, devido ao movimento feminista que tornou públicos vários temas até então considerados tabu: estupro, espancamentos de mulheres no lar e abuso sexual de crianças (AZEVEDO; GUERRA, 2005).

Azevedo e Guerra (2005, p. 247) relatam que, nessa época, vários depoimentos foram divulgados, nos EUA, de sobreviventes da violência sexual, tendo sido possível, desde esse tempo, mostrar através de várias pesquisas que:

- a violência sexual é um fenômeno endêmico, não meramente epidêmico ou episódico;
- possui uma natureza complexa;
- as consequências para as vítimas são graves;
- 1 em cada 10 crianças foi abusada antes dos 18 anos por alguém da família;
- meninas são vítimas preferidas: a cada 10 meninas, um menino é vítima;
- o fenômeno não se limita a grupos pauperizados e discriminados etnicamente, sendo cruelmente democrático;
- um estudo realizado pela Anistia Internacional revelou que grande número de adolescentes, quase a metade condenado por estupro, sofreu, em sua infância, graves maus-tratos físicos ou abusos sexuais;
- devido a esses índices, vários programas destinados ao combate ao abuso e exploração sexual foram implantados, nos EUA.

No Brasil, a violência sexual tornou-se questão pública e mais bem enfrentada como um problema social, desde os anos 90, com a importância conferida pela sociedade civil como algo relacionado à luta nacional e internacional pelos direitos humanos, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90 (BRASIL, 1990).

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais. (Artigo 5º-Lei 8.069/1990).

No plano formal, podemos dizer que a infância nunca foi tão amparada legalmente, quanto na atualidade, com o surgimento de novas políticas públicas, modernas legislações, que propiciaram a visibilidade da criança e adolescente enquanto sujeito de direitos. Porém, não podemos negar que a vitimização ainda persiste, nem afirmar que, no caso da violência ou abuso sexual, por exemplo, há uma diminuição ou aumento dos casos ao longo desses anos, dada a chamada “cifra oculta” (AZEVEDO; GUERRA, 2005a, p. 42).

A violência ou abuso sexual pode permanecer velado em uma espécie de complô do silêncio, durante muitos anos, porque, muitas vezes, não é identificado e denunciado em virtude do silêncio das vítimas, dos agressores, de outros parentes e de profissionais que não conseguem percebê-lo ou se negam a vê-lo.

A grande dificuldade enfrentada se refere ao reconhecimento e à notificação dessa problemática, em razão do contexto privado em que ela ocorre que, na maioria dos casos, é perpetrada por pessoas conhecidas da vítima, as quais ameaçam, coagem, seduzem, para que não se revele o segredo.

Sanderson (2005, p. 16) define como um “mito” a afirmação de que apenas estranhos abusam sexualmente de crianças, demonstrando que a maioria dos casos notificados corresponde a agressores sexuais conhecidos pela criança ou adolescente, estima-se que em 87% dos casos.

Dessa maneira, a violência ou abuso sexual pode ser perpetrado por pessoas da própria família, como pais, padrastos, mães, tios, irmãos, entre outros, sendo caracterizado por sua natureza incestuosa.

1.4 Encontrando uma Terminologia para nosso Estudo

Uma das dificuldades iniciais desta investigação concentrou-se na busca de uma terminologia mais adequada para designar o envolvimento sexual entre irmãos, crianças ou adolescentes: como um Incesto, Abuso Sexual ou Violência Sexual?

Na literatura, encontram-se várias terminologias, dentre as quais está o relacionamento identificado por Cohen (1997, p. 218) como incesto fraternal, ao mesmo tempo em que cita outras formas desse fenômeno: o incesto pai-filha, padrasto-enteada, avô-neta, pai-filho, tio avô-neta, tio-sobrinha, mãe-filho, mãe-filha e avó-neta. Segundo o autor, tal incesto está relacionado ao grau de parentesco entre vítima e agressor e se caracteriza pelo abuso sexual e o vínculo familiar. Entretanto, também identifica mais duas formas para o fenômeno: para-incesto (perpetrado por pessoas que poderiam ser consideradas parentes, como padrastos, madrastas), incesto polimorfo (perpetrado por pessoas que se aproveitam do cargo ou função para impor-se sexualmente a um subalterno).

Azevedo e Guerra (2005b, p. 8) definem que a Violência Sexual Doméstica seria a terminologia mais adequada a ser utilizada para esse tipo de envolvimento, significando

todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa, ou de outra pessoa.

No caso da Violência Sexual Doméstica, para as autoras, a expressão “adulto” deve ser substituída por pais (biológicos, por afinidade), responsáveis (tutores), parentes (irmãos, avós, tios, primos). Ela pode ser classificada como incestuosa, entendendo-se por incesto toda atividade de caráter sexual, implicando uma criança de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com ela, seja uma relação de consanguinidade, seja de afinidade ou de mera responsabilidade.

Gabel (1997, p. 10) usa a expressão “abuso sexual”, adotada oficialmente na França, ao invés de Violência Sexual, pois, segundo a autora, este último exclui os numerosos abusos praticados sem violência. Em acréscimo, ressalta que é necessário distinguir entre os abusos sexuais cometidos por adultos contra crianças dos que as crianças ou os adolescentes cometem entre eles. Da mesma forma, impõe-se a distinção entre os abusos sexuais cometidos dentro da família – particularmente o incesto – e os que são cometidos fora dela.

Faleiros (2000) revela a existência de uma imprecisão terminológica em uma análise inicial do vocabulário sobre o tema e do material bibliográfico disponível; por exemplo, o fenômeno do abuso sexual é designado por diferentes termos, como violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, exploração sexual, maus-

tratos, sevícia sexual, ultraje sexual, injúria sexual, crime sexual etc. A autora conclui que o emprego desses conceitos como sinônimos não é apenas uma questão de terminologia, mas um problema epistemológico, quer dizer, evidencia a falta de uma rigorosa e clara conceituação da problemática.

Para Azevedo e Guerra, os pressupostos considerados por elas têm sua fundamentação na Teoria das Relações Sociais de Gênero (AZEVEDO; GUERRA, 1988), em que o problema da Violência Sexual Doméstica está relacionado à própria estrutura patriarcal, nas quais a mulher e a criança se encontram em condição social de total inferioridade perante os homens. “A Teoria das Relações Sociais de Gênero afirma que, nos casos de violência doméstica, a criança é sempre vítima, nunca culpada pelos atos violentos de seus pais” (PINTO JÚNIOR, 2005, p. 26).

No caso desta pesquisa, que envolve crianças e adolescentes, devido ao referencial teórico adotado ser a Psicanálise, optamos pela terminologia Incesto e Abuso Sexual para designar o envolvimento sexual entre irmãos. Consideramos que ambos os termos podem parecer sinônimos ou podem ocorrer concomitantemente nesse tipo de relacionamento, sendo abusivo e também incestuoso; todavia, apontamos também a necessidade de diferenciá-los, neste primeiro momento, adotando a consideração de Renshaw (1984, p. 22) de que “o incesto não é necessariamente violento e nem sempre implica em abuso da criança. Os parceiros envolvidos podem gostar muito um do outro. Pode não haver exploração, medo ou uso da força”.

Pela etimologia, o “incesto” deriva de *incestum*, significando “sacrilégio”, que, por sua vez, deriva de *incestus*, no sentido de “impuro e sujo”. O prefixo *in-* indica um sentido negativo, enquanto *cestus* é uma deformação de *castus*, ou seja, aquele que não é casto, virtuoso, que não se abstém de relações sexuais.

Assim, podemos dizer que o incesto pode ser compreendido quando duas pessoas transgridem as normas ou proibições culturais de se relacionarem sexualmente.

No ano de 2007, vários países do mundo ficaram chocados, ao tomarem conhecimento de que um casal de irmãos estaria lutando para mudar a lei alemã sobre a proibição do incesto. Os irmãos Patrick Stuebing e Susan Karolewski conviviam maritalmente há seis anos, tendo quatro filhos frutos dessa relação incestuosa: “Somos um casal normal. Queremos constituir uma família. A nossa família se despedaçou quando éramos crianças e, depois disso, Susan e eu nos

aproximamos" (MOORE, 2007). Cabe ressaltar que, nesse caso, os irmãos não conviveram juntos desde a infância, encontrando-se apenas quando já eram adolescentes.

Vários estudos foram realizados pela Etologia, Biologia, Medicina, Psicanálise e Antropologia, em torno da proibição do Incesto. Com a Etologia, algumas observações com uma série de animais foram realizadas e comprovaram a existência de alguns mecanismos de regulação, para se evitar o incesto.

O etólogo Boris Cyrulnik (1994, apud CROMBERG, 2004) revela que animais de uma mesma linhagem inibem, ao longo do desenvolvimento, alguns dos seus comportamentos sexuais em relação a seus próximos e os orientam a congêneres mais distantes.

Há, no meio natural, um mecanismo que freia o ato sexual em animais vinculados, embora haja nuances, espécies que praticam o ato sexual entre próximos como os pombos, certos felinos ou bovídeos, que são física e mentalmente sadios. No zôo e no ambiente doméstico, as espécies desnaturalizadas pelo homem praticam o ato sexual entre próximos. (CYRULNIK, 1994, apud CROMBERG, 2004, p. 33).

Há ainda vários discursos em torno da Biologia sobre a proibição do incesto envolvendo alta mortalidade para os filhos frutos dessa relação, tendo em consequência alterações orgânicas, como má-formação do feto e outras doenças genéticas. Entretanto, a realidade desse sentimento de horror ao incesto continua muito mais relacionada a um discurso social do que a doenças genéticas propriamente ditas.

A análise semiológica destas doenças demonstra que as alterações orgânicas são mais atribuíveis a problemas relacionais, isto é, relativos ao investimento-desinvestimento do adulto, como desidratação, desnutrição, infecções e acidentes do que as doenças transmitidas geneticamente. (CROMBERG, 2004, p. 30).

O antropólogo Lévi-Strauss (1947/1976) atribuiu a proibição do incesto ao desdobramento principal da passagem da natureza para a cultura.

A proibição do incesto não é nem puramente de origem cultural nem puramente de origem natural, e também não é uma dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente à natureza e paralelamente à cultura. Constitui o passo fundamental graças ao qual, pelo qual mas sobretudo no qual se realiza a passagem da natureza à cultura. Em certo

sentido pertence à natureza, porque é uma condição geral da cultura, e por conseguinte não devemos nos espantar em vê-la conservar da natureza seu caráter formal, isto é, a universalidade. Mas, em outro sentido também já é a cultura agindo e impondo sua regra no interior de fenômenos que não dependem primeiramente dela [...] a proibição do incesto constitui justamente o vínculo que as une uma à outra [...] a proibição do incesto é um processo pelo qual a natureza se ultrapassa a si mesma. (LEVI-STRAUSS, 1947/1976, p. 62-63).

Portanto, Lévi-Strauss (1947/1976), ao recorrer aos estudos de vários povos, considerou que a proibição do incesto existiria em todos os contextos e sociedades, e teria a função de manutenção da vida, através do controle e limite estabelecido entre os contatos sexuais de pessoas de mesmo grupo.

Freud (1912a/2001) atribuiu, em **Totem e Tabu**, a explicação da existência da proibição do incesto e do assassinato, como determinante da subjetividade e da constituição social; essas seriam as leis que regeriam a nossa cultura, conforme veremos mais adiante¹.

Em suma, o sentimento incestuoso nos seres humanos, como sublinhado no início, estaria ligado mais a questões sociais e culturais, do que a fatores de ordem natural. O incesto, por conseguinte, só teria valor para os seres humanos, não tendo sentido para os animais, pois é a consciência de uma transgressão que caracterizaria o sentimento incestuoso (CROMBERG, 2004).

Historicamente, observamos o quanto essa temática do incesto suscitou e ainda suscita sentimentos de terror, para alguns, enquanto, para outros, é vista com “naturalidade” segundo seus padrões culturais.

Sanderson (2005) frisa que, até hoje, os baigas, uma tribo indoeuropeia da Índia, ainda praticam o casamento incestuoso entre pai/filha, mãe/filho, irmãos, avós/netos.

Em algumas partes da Índia, um antigo provérbio dizia: “Se uma garota ainda é virgem aos 10 anos, é porque ela não tem nem irmãos, nem primos, nem pais” (SANDERSON, 2005, p. 8). Portanto, o incesto era a regra e não a exceção.

No Japão, alguns casamentos incestuosos eram tolerados e, nas áreas mais rurais, com tradições familiares feudais, era comum os pais se casarem com as filhas, após a morte da mãe. Segundo esse mesmo autor, o incesto na família ampliada era também tolerado entre irmãos, primos, tios e tias.

¹ Este assunto será discutido e aprofundado no capítulo seguinte.

Na Antiguidade, os escritos religiosos persas recomendavam as uniões incestuosas, por serem consideradas modelos divinos de comportamento pelos sistemas de credos (RENSHAW, 1984).

Em algumas culturas, como na China, o incesto, desde a Antiguidade, sempre foi considerado uma prática tão reprovável que não se pode sequer pronunciar essa palavra. Os chineses desse período aplicavam a pena de morte para o incesto. Na China moderna, conforme Renshaw (1984), o banimento e o espancamento eram permitidos em casos de sexo entre parentes mais próximos do que de quinto grau. Entretanto, o uso de crianças em práticas sexuais pelos não aparentados era permitido, quer dizer, inúmeras crianças eram utilizadas como escravas ou servas sexuais ou vendidas para a prostituição; ao mesmo tempo, o concubinato infantil não era incomum, bem como a pederastia de garotos (SANDERSON, 2005).

Podemos dizer que cada agrupamento humano construiu seu próprio modo de viver e agir, de acordo com o que denominamos “cultura”:

[...] uma definição resumida do que é cultura nos informa que ela é um mapa, um código através do qual as pessoas de um determinado grupo social pensam, estudam, classificam e modificam o mundo e a si mesmas. Usando uma expressão do antropólogo Clifford Geertz, podemos dizer que a cultura é a “teia de significados” que o homem teceu e a partir da qual ele olha o mundo. (ZAMBRANO, 2005, p. 62).

É da cultura que surgem os sentimentos de transgressão, pois ela impõe as suas normas e regras a todos aqueles que nela vivem. “O que vai ser característico de cada cultura será o significado atribuído a cada uma dessas transgressões: doença, pecado, crime [...]” (ZAMBRANO, 2005, p. 63).

Assim também ocorre com o sentido atribuído ao que é sexual ou não, em determinada cultura.

Zambrano (2005) cita o exemplo de um povo “zâmbia”, localizado, na Nova Guiné, cujo ritual de masculinização dos meninos é feito por intermédio da felação em homens mais velhos, uma vez que acreditam que o espermatozoide é o “alimento” da masculinidade. Nesse exemplo, o sentido desse ritual não é de uma prática sexual, mas de uma prática de iniciação e inserção no grupo de homens.

Portanto, podemos pensar que essa prática, naquela localidade, é compreendida e aceita por aquela cultura e talvez não tenha um potencial

traumático, ao contrário do que seria considerado em nossa cultura: uma prática totalmente abominável, um abuso sexual.

O incesto, na cultura brasileira, desde os tempos da colônia, era considerado crime abominável a Deus e aos homens, devido às grandes influências religiosas. E era definido apenas quando ocorria um relacionamento sexual entre parentes ascendentes ou descendentes diretos, por consanguinidade em qualquer grau e até por afinidade (AZEVEDO; GUERRA, 2005b).

Nas primeiras Constituições, no século XVIII, nove itens foram considerados infrações graves, dentre os quais o incesto. (AZEVEDO; GUERRA, 2005b, p. 10).

Hoje, no Brasil, vários dispositivos legais condenam a prática do abuso sexual ou incesto entre um adulto (maior de 18 anos) e uma criança (até doze anos incompletos) ou adolescente (até 18 anos/até 14 anos), enquadrando-se como crimes contra a dignidade sexual em várias terminologias da Legislação Penal, tais como: estupro, violação mediante fraude, estupro de vulnerável (para menores de 14 anos), assédio sexual, corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (CÓDIGO PENAL - Lei 2.848/1940) – (BRASIL, 2009).

Portanto, pelas leis brasileiras vigentes, podemos considerar o incesto como abuso sexual intrafamiliar e como crime, no caso de ocorrer entre um adulto (pais, tios, avós, padrastos, primos, irmãos etc.) e uma criança (até 12 anos) ou adolescente (até 18 anos). Na realidade, o Brasil criminaliza a “incapacidade de consentir” e não o “ato sexual” em si mesmo, ou seja, se dois irmãos se relacionarem incestuosamente, sendo ambos maiores de idade, eles não serão penalizados. Isso difere da lei alemã, conforme o exemplo dos irmãos supracitados, em que o incesto é tipificado como crime.

A palavra “abuso” é constituída de *ab*, prefixo que indica tanto privação, afastamento, como excesso e intensidade. *Usu* indica um aproveitamento, uso de algo (CROMBERG, 2004). Portanto, abuso sexual tem um sentido de uso excessivo, em intensidade, do outro através da veiculação do sexo.

Ao se entender uma relação como abuso sexual ou não, uma série de fatores deve ser considerada. “Assim, para pensar em ‘sexualização abusiva’, teremos de considerar, antes de mais nada, que o abuso só poderá ser analisado como tal se o contexto ao qual estiver submetido der a ele esse significado” (ZAMBRANO, 2005, p. 65).

Além do contexto que o envolve, variando segundo as normas e costumes de cada sociedade, o abuso sexual supõe uma disfunção em três níveis:

- no poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco);
- a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor);
- o uso delinquente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre o seu corpo. (GABEL, 1997, p. 10).

Desse modo, podemos observar que toda relação que envolve uma situação de abuso sexual está relacionada a uma relação assimétrica de poder.

Alguns autores procuram definir quando uma relação pode ser tomada como uma situação de abuso sexual, estabelecendo objetivamente alguns parâmetros. Duarte e Arboleda (2005, p. 293) salientam que o contato sexual pode ser abusivo quando há uma “disparidade significativa de idade (cinco anos ou mais), de desenvolvimento ou de tamanho que faça com que o menor não esteja em condições de dar um consentimento consciente”.

Entretanto, esses parâmetros, apesar de facilitarem em algumas situações, são generalizações e, portanto, não incluem a experiência subjetiva, história de vida de cada indivíduo envolvido na relação e, principalmente, o que uma pessoa representa para a outra, no caso da existência de um vínculo.

Em certos tipos de vínculo, uma das pessoas é investida de autoridade mediante a outra em decorrência da função que desempenha, como no relacionamento médico-paciente, professor-aluno, chefe-subordinado. Tais vínculos tendem a reeditar formas infantis de relacionamento, caracterizadas pela assimetria adulto-criança. (FAIMAN, 2004, p. 32).

O abuso sexual, em decorrência, pode ser conceituado como “todo o relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas, não existindo uma relação direta com a violência física” (FAIMAN, 2004, p. 27). Pressupõe uma gama de atividades sexuais e não apenas o ato sexual em si; envolve tanto o contato físico como o não físico, como o uso de pornografia, comentários verbais de natureza sexual, telefonemas obscenos, entre outros.

David Finkelhor (1981), com sua vasta experiência e significativo número de pesquisas realizadas, apontou uma diferenciação entre as terminologias “abuso sexual” e “incesto”, que transcrevemos a seguir:

Abuso sexual e incesto às vezes costumam ser confundidos, mas não são a mesma coisa. Abuso sexual geralmente designa relações sexuais entre um adulto e uma criança. Incesto refere-se a relações sexuais entre dois membros da mesma família, cujo casamento seria proibido por lei ou costume [...] Muitos dos abusos sexuais são também incestuosos [...] Quando uma criança tem um contato sexual com um adulto estranho ou vizinho, por exemplo, é abuso sexual que não é incesto. Quando uma criança tem um contato sexual com um membro da família da mesma idade (com uma diferença inferior a cinco anos de idade entre ambos) é uma espécie de incesto que não é abuso sexual. Há muitos destes em relacionamentos entre irmãos e primos. (FINKELHOR, 1981, p.83)

Finkelhor (1981) apesar de estabelecer alguns parâmetros em relação à idade entre a vítima e o autor, para definir o que é um abuso sexual, destaca que se trata de um conceito extremamente subjetivo, levantando uma questão interessante: “de quem é o ponto de vista?” (p. 50). Quer dizer: “a vitimização ou o abuso sexual está sendo considerado do ponto de vista da vítima ou de um observador?”. Tal interrogação o conduz a três possibilidades para caracterizar uma vitimização ou um abuso sexual:

- 1) **O critério do consentimento:** há abuso sexual quando a vítima vivencia uma experiência sexual com a qual não consente. No caso de criança, o consentimento é muito mais problemático, devido à justaposição da autoridade que o adulto detém sobre ela.
- 2) **O sentimento de ser vitimizada ou abusada:** considera-se o sentimento de vitimização que a vítima manifesta em relação à experiência vivenciada, entretanto, a vitimização pode ocorrer mesmo que a vítima não se sinta necessariamente vitimizada.
- 3) **O julgamento social:** refere-se ao que a comunidade/sociedade concebe ser uma relação sexual do tipo explorador. Finkelhor optou por esse critério e se baseou na discrepância de idade entre vítima e autor.

Com base em pressupostos psicanalíticos, achamos que todo desejo incestuoso que se tornou atuante assume um caráter abusivo, porque transgride a proibição necessária para a convivência em sociedade.

No caso de nosso estudo, o envolvimento incestuoso entre irmãos se refere a crianças em fases diferentes do processo de desenvolvimento psicosssexual. A iniciação precoce na sexualidade adulta é lesiva, estimulando sensações

impossíveis de serem suportadas, compreendidas e elaboradas, não se tratando de jogos sexuais infantis, conforme faremos distinção, nos capítulos seguintes.

Também não deixamos de levar em conta outros critérios, como o do sentimento da vítima e do consentimento, uma vez que a experiência subjetiva de cada um foi um fator abordado neste estudo.

2 REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE O INCESTO, FAMÍLIA E FRATRIA

2.1 O Incesto

A psicanálise nos ensinou que a primeira escolha de objetos para amar feita por um menino é incestuosa e que esses são objetos proibidos: a mãe e a irmã. Estudamos também a maneira pela qual, à medida que cresce, ele se liberta dessa atração incestuosa. (FREUD, 1912b/2001).

Para a Psicanálise, os desejos incestuosos estão presentes em cada indivíduo desde a mais tenra idade, pois, desde o nascimento, todo bebê é dotado de uma sexualidade que vai se desenvolvendo em fases, ao longo de seu crescimento.

Essa constatação teve uma enorme importância em toda a construção da teoria psicanalítica, particularmente sobre a formação do psiquismo.

Freud realizou um longo percurso até essas descobertas. Durante os atendimentos clínicos de suas pacientes histéricas, em busca da etiologia das neuroses, passou a observar a existência de muitos relatos de pacientes sobre lembranças de cenas reais de sedução, na infância, geralmente pelo pai. Ele elabora a sua Teoria da Sedução e do Trauma, ressaltando que

os sintomas da histeria só poderiam ser compreendidos se remetidos a experiências de efeito traumático referindo-se esses traumas psíquicos à vida sexual do paciente [...] *tais traumas sexuais devem ter ocorrido na tenra infância, antes da puberdade, e seu conteúdo deve consistir numa irritação real dos órgãos genitais (por processos semelhantes à copulação).* (FREUD, 1896a/2001).

Portanto, a constatação inicial de Freud era de que ocorreriam experiências de seduições reais, como a manipulação dos órgãos genitais na infância precoce, que, posteriormente, teriam um efeito traumático.

Sustentamos, portanto, que as experiências sexuais infantis constituem a pré-condição fundamental da histeria, que são, por assim dizer, a *predisposição* para esta, e que são elas que criam os sintomas histéricos — mas não o fazem de imediato, permanecendo inicialmente sem efeito e só

exercendo uma ação patogênica depois, ao serem despertadas, após a puberdade, sob a forma de lembranças inconscientes. (FREUD, 1896b/2001).

Na interpretação de Faiman (2004), no decorrer do desenvolvimento da criança, quando ela atingisse a puberdade, a reexperiência de outra cena sexual poderia evocar a primeira, por associação, desencadeando um afluxo de excitação excessivo relativamente à capacidade que o indivíduo tem, para dominar e elaborar essas excitações; por conseguinte, isso se configuraria *trauma* (Teoria do Trauma), já que ocorria uma repressão desse fluxo de excitação, que, por sua vez, dava origem às neuroses (FAIMAN, 2004).

Entretanto, Freud progressivamente abandona² sua teoria da Sedução e do Trauma e, em 1897, em sua Carta 69, enviada a Fliess, descreve os seus motivos:

Não acredito mais em minha neurótica [...] Depois, veio a surpresa diante do fato de que, em todos os casos, o pai, não excluindo o meu, [1] tinha de ser apontado como perverso — a constatação da inesperada frequência da histeria, na qual o mesmo fator determinante é invariavelmente estabelecido, embora, afinal, uma dimensão tão difundida da perversão em relação às crianças não seja muito provável. (A perversão teria de ser incomensuravelmente mais freqüente do que a histeria, de vez que a doença só aparece quando há uma acumulação de eventos e quando sobrevém um fator que enfraquece a defesa.) Depois, em terceiro lugar, a descoberta comprovada de que, no inconsciente, não há indicações da *realidade*, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é catexizada com o afeto. (FREUD, 1897/2001).

Freud (1897/2001) observou que, se a histeria era devida às lembranças de cenas reais de sedução pelo pai, na infância, deveria existir um número incomensurável de pais perversos, pois nem todas as pessoas que tivessem sofrido esse tipo de sedução se tornariam histéricas, visto que a eclosão dessa sintomatologia deveria somar-se a outros fatores (FAIMAN, 2004).

Ele sabia que nem todos os pais eram estupradores, mas, ao mesmo tempo, admitia que as histéricas não estavam mentindo ao se dizerem vítimas de uma iniciativa de sedução. Como explicar essas duas verdades contraditórias? (ROUDINESCO, 2000, p. 72).

Assim, ele “substituiu a teoria da sedução pela da fantasia” (ROUDINESCO, 2000, p. 73). As lembranças, relatadas em análise pelas suas pacientes, não

² Cabe ressaltar a ressalva feita por Freud, em uma nota de rodapé no caso Dora (Fragmento da Análise de um Caso de Histeria, 1901), na qual sustenta que não teria abandonado a teoria do trauma e da sedução, completamente, e que não a considerava incorreta, mas incompleta.

correspondiam exatamente a uma realidade concreta, porque o **inconsciente** diz respeito a uma realidade psíquica, de sorte que esses relatos seriam uma fantasia, apesar de não se desconsiderar o mesmo potencial traumático que no concreto.

Em consequência, o seu interesse voltou-se para a infância, ao introduzir a existência de uma Sexualidade Infantil, ou seja, a ideia de que a sexualidade humana passa por um desenvolvimento, acompanhando o desenvolvimento biopsicossocial.

Faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só se desperta no período da vida designado da puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves consequências [...]. (FREUD, 1905/1975, p. 162).

Nos Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, Freud (1905/1975) deixa claro que é errôneo supor que a vida sexual se inicia a partir da puberdade, e desmistifica a atividade sexual precoce, por exemplo, a masturbação, em crianças pequenas, como “exemplos assustadores de depravação precoce” (FREUD, 1905/1975, p. 162).

A sexualidade infantil, todavia, não está estritamente relacionada a uma única zona erógena, isto é, dos órgãos genitais, mas as manifestações sexuais infantis podem ser vistas de outras formas, em componentes não genitais ou pulsões parciais³. É o que acontece nos movimentos de sucção observados no recém-nascido, em que, por repetição, o bebê buscaria, além da satisfação de uma necessidade biológica (como a fome), o contato prazeroso de sucção com a boca (zona erógena), havendo, por isso, uma busca pelo prazer através dessa zona erógena. Essa fase do desenvolvimento psicosexual é denominada **fase oral**, correspondendo, de um modo geral, ao primeiro ano de vida.

O autoerotismo ocorre quando a pulsão sexual se satisfaz no próprio corpo, não sendo direcionada a um objeto externo, como no caso desses movimentos repetitivos de sucção verificados no bebê; mesmo quando a mãe não o está amamentando, ocorre a “busca de um prazer já vivenciado e agora lembrado” (FREUD, 1905/1975, p. 170).

³ Segundo Laplanche e Pontalis (1998, p. 402), o termo “parcial” não significa só que as pulsões parciais são espécies que pertencem à classe da pulsão sexual, na sua generalidade; deve ser, sobretudo, tomado num sentido genético e estrutural: as pulsões parciais funcionam primeiro independentemente e, em seguida, tendem a unir-se nas diversas organizações libidinais.

A **fase anal**, em linhas gerais, é caracterizada pela importância erógena atribuída ao ânus, com a maturação do controle muscular da criança, possibilitando maior autonomia em relação aos objetos primários, por uma série de funções que são desenvolvidas, como a linguagem, o andar, o comer sozinho. O controle dos esfíncteres é aprendido e, “em suas fantasias, essas fontes são sentidas como veículos de realização de seus desejos tanto agressivos quanto libidinais” (NERO, 2002, p. 60).

As duas fases anteriores são denominadas pré-genitais, sendo a entrada na **fase fálica** o despertar das zonas erógenas genitais, ou seja, o principal interesse para a criança, independentemente do gênero, é a presença do pênis, posteriormente culminando com a descoberta das diferenças sexuais pela criança e pela situação edipiana.

A partir da teoria do complexo de Édipo, os pais passaram a exercer “funções específicas no desenvolvimento da criança, como o fato de serem os protagonistas naturais das primeiras fantasias sexuais” (FAIMAN, 2004, p. 22). Ela diz respeito, de um modo sucinto, a uma relação triangular pai-mãe-filho e consiste na presença do desejo incestuoso inconsciente da criança por um dos pais, do sexo oposto, associado aos impulsos hostis, desejo de morte do rival, que representa o progenitor do mesmo sexo. Freud baseia-se na tragédia grega de Sófocles, em que o protagonista (Édipo) cometeu dois crimes: matou o seu pai e desposou a sua mãe.

Há algumas diferenças entre o processo de resolução do conflito edipiano percorrido pelo menino e pela menina. Enquanto, para o primeiro, o pai é o interditor da realização dos desejos incestuosos, para a menina o pai é aquele que poderá satisfazer os seus desejos. A renúncia ocorre por motivos diferentes, por medo da “perda do órgão narcisicamente valorizado, o menino, para não ser castigado e perder seu pênis, renuncia à mãe como seu objeto de amor” (NERO, 2002, p. 71); a menina, que não possui o medo da castração de seu pênis, por não possuí-lo, passa a ter “um sentimento de inferioridade fazendo com que desenvolva, a partir daí, uma reação de inveja do pênis” (NERO, 2002, p. 71): o pai se torna o objeto de amor e a mãe, a rival, por não poder compensar a falta de um pênis nem lhe dar um filho. A renúncia ao pai, portanto, é processada de forma lenta e gradativa, após inúmeras experiências de frustrações e decepções (NERO, 2002).

O superego ou a consciência moral surge como herdeiro do complexo de Édipo, e a criança, tanto o menino quanto a menina, renuncia à satisfação de seus

desejos incestuosos, identificando-se com um dos pais. O superego seria o inibidor dos impulsos do id, particularmente de natureza sexual e agressiva, o representante interno de valores e ideais tradicionais da sociedade. Enfim, a interdição do desejo incestuoso seria fundamental para o desenvolvimento do aparelho psíquico, formação do ego e do superego do indivíduo.

Após essa fase, inicia-se o **período de latência**, “que se caracteriza por uma sublimação das pulsões sexuais nas atividades intelectuais” (GABEL, 1997, p. 48). Nesse período, a energia libidinal é deslocada e direcionada para as atividades intelectuais e para o investimento nos relacionamentos interpessoais, fora da estrutura familiar, surgindo também os sentimentos de vergonha, repugnância, pudor e de moralidade, os quais permitirão que a criança se adapte ao meio social.

A **fase genital** envolve todo o processo de puberdade até atingir a maturidade, e as pulsões parciais devem ser subordinadas definitivamente à função de reprodução. O adolescente renuncia aos seus primeiros objetos de amor, para que possa se vincular a outras pessoas, fora do âmbito familiar, “[...] como finalidade última da vida, estar apto para procriar e criar a sua descendência” (NERO, 2002. p. 74).

Ao nos referirmos aos Três Ensaio, à teoria da Sexualidade Infantil, dividindo em fases de desenvolvimento psicosssexual, ressaltamos que não podemos desconsiderar as transformações históricas e sociais que ocorreram desde a época em que Freud (1905/1975) a elaborou até a atualidade. Por exemplo, a introdução dos meios de comunicação, especificamente a televisão, que, para Postman (1999), é um dos fatores para o desaparecimento da linha divisória entre infância e idade adulta, além do bombardeamento de informações acerca da sexualidade, que nos faz refletir como se constitui um período de latência em nossa sociedade. Não nos aprofundaremos nessas discussões, porém pontuamos que existem vários outros autores que discutem esse tema, o qual não faz parte do objetivo deste trabalho.

Em **Totem e Tabu**, Freud (1912a/2001) “concebe o desenvolvimento da humanidade segundo o mesmo modelo que o do desenvolvimento do indivíduo” (MILLOT, 1992, p. 68).

[...] a proibição de matar o totem, e a de esposar uma mulher pertencente ao mesmo totem – coincidem em seu conteúdo com os dois crimes de Édipo, que matou seu pai e desposou sua mãe, e também com os dois desejos primitivos da criança, dos quais o despertar ou o recalque

insuficiente conformam, talvez, o núcleo de todas as neuroses. (FREUD, 1912/2001).

Através de um estudo antropológico com tribos de aborígenes da Austrália, ele observou a existência de tabus, ou seja, de proibições, de crenças, preceitos religiosos que regiam cada tribo, representada por um totem, um animal do qual acreditavam ser descendentes. Os preceitos estariam relacionados à proibição de se matar o totem, de utilizar como alimento o animal que o representava e de se manter relacionamento sexual entre eles.

A refeição totêmica era uma situação ritualizada, na qual o animal era sacrificado e comido. Isso significava adquirir suas virtudes, que a ele eram atribuídos.

A partir dessas descobertas e buscando a compreensão “para as origens da estruturação psíquica, Freud constrói um paralelo entre o desenvolvimento ontogenético, isso é, no nível do indivíduo, e o filogenético, que se refere à espécie humana desde seus primórdios” (FAIMAN, 2004, p. 40).

Baseado em ideias darwinianas a respeito da humanidade primitiva, que teria vivido em hordas dominadas pelo macho mais velho, monopolizando as mulheres em detrimento dos mais jovens, ele lança outra hipótese sobre o estado primitivo da sociedade, o de que os irmãos da horda se rebelaram contra a tirania do pai e se uniram, matando-o e comendo-o, significando, neste segundo ato, uma identificação com o pai e a certeza de que, ao devorá-lo, incorporam a sua força (MILLOT, 1992).

Entretanto, “o pai morto tornou-se mais poderoso do que jamais havia sido em vida” (MILLOT, 1992, p. 71). O assassinato trouxe o arrependimento aos irmãos, que criaram um substituto de pai, o totem, para a retratação do ato assassino. Por conseguinte, isso explicaria a proibição de matar o animal encarnado no totem e a mesma renúncia que o pai impusera, com a força – o da posse pelas mulheres da horda.

O desejo de possuir todas as mulheres da horda e monopolizar o poder com o fim de atingir a onipotência do pai provocou uma rivalidade entre os homens que teve que dar lugar a um pacto entre os irmãos pelo qual todos deveriam renunciar os seus desejos de onipotência, culminando por substituir o pai real todo-poderoso pela LEI, que herda sua onipotência e diante da qual todos são iguais. (MILLOT, 1992, p. 71).

A criação da lei possibilita, assim, a vida em sociedade. Para Freud, a existência de uma proibição indica a presença de desejos igualmente intensos que, contudo, é necessária para que a convivência com os semelhantes seja possível.

Ocorre que a convivência só é possível mediante a presença de certas regras que devem ser respeitadas por todos, em cujas bases se situam a proibição do assassinato e a interdição do incesto. Freud conclui que o ser humano paga um alto preço pelo convívio social, pelas limitações que são impostas à satisfação de seus impulsos sexuais e agressivos. (FAIMAN, 2004. p. 44).

Por meio do Complexo de Édipo, todo ser humano revive individualmente este acontecimento primitivo, culminando com a interrupção do desejo incestuoso. “O tabu do incesto é um dos efeitos do complexo de Édipo, além da instauração da moral. Desse modo, transmite-se uma lei fundamental destinada a regular as relações sociais” (GABEL, 1997, p. 49).

Freud (1905/1975), portanto, confere importância aos pais, na tarefa de orientar o(a) filho(a) na maturidade, em sua escolha do objeto sexual: “Sem dúvida, o caminho mais curto para o filho seria escolher como objetos sexuais as mesmas pessoas a quem ama, desde a infância [...]” (p. 212). Nesse sentido, o respeito a essa barreira do incesto é “uma exigência cultural da sociedade; esta tem de se defender da devastação, pela família, dos interesses que lhe são necessários para o estabelecimento de unidades sociais superiores [...]” (FREUD, 1905/1975, p. 212).

2.2 Quando o Incesto não é apenas uma Fantasia

Com a substituição da teoria da sedução e do trauma (1897) e, o seu interesse mais voltado para a universalidade da sexualidade infantil, incluindo a teoria do complexo de Édipo, Freud não se ateve a aprofundar sua teoria nos casos de incesto cometidos de fato.

Como ressalta Cromberg (2004, p. 46), “[...] há uma simplificação da contribuição psicanalítica, em especial a freudiana”, referindo-se aos casos de incesto cometidos de fato, tendo Freud dado maior ênfase à fantasia infantil sexual.

Por sua vez, Sandor Ferenczi (1932/1992), psicanalista húngaro, ao retomar o entendimento do trauma do incesto, em 1932, ele revelou a importância do trauma e, em particular, do trauma sexual como fator patogênico:

[...] pude confirmar a hipótese já enunciada de que nunca será demais insistir sobre a importância do traumatismo e, em especial, do traumatismo sexual como fator patogênico. Mesmo crianças pertencentes a famílias respeitáveis e de tradição puritana são, com mais frequência do que se ousaria pensar, vítimas de violências e de estupros. (FERENCZI, 1932/1992, p. 101).

Com o seu trabalho clínico, Ferenczi constatou um número considerável de pacientes que confessaram ter mantido relações sexuais com crianças.

São ora os próprios pais que buscam um substituto para suas insatisfações, dessa maneira patológica, ora pessoas de confiança, membros da mesma família (tios, tias, avós), os preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância ou da inocência das crianças. (FERENCZI, 1932/1992, p. 101).

O estudioso encontrou muitas situações incestuosas na realidade concreta, desmistificando a tendência para considerá-las apenas como fantasias da criança ou mentiras históricas.

Paixão e ternura, para Ferenczi, são palavras distintas, escolhidas para especificar a diferença de linguagem expressa por um adulto e uma criança, que gera confusões. A linguagem da ternura corresponde à forma com que uma criança manifesta o seu afeto. “Ternura é aqui entendida não como ausência de sexualidade, mas, como anterior à sexualidade sob o primado do genital” (PINHEIRO, 1995. p. 68). Por outro lado, o adulto, manifestaria o seu afeto através da linguagem da paixão, confundindo brincadeiras infantis com os desejos da pessoa que atingiu a maturidade sexual, levando-a à prática de atos sexuais com a criança, sem pensar nas consequências .

Cabe ressaltar que, para esse autor, os adultos envolvidos nessa situação de confusão de línguas seriam somente aqueles que “tiverem tendências psicopatológicas, sobretudo se seu equilíbrio ou seu autodomínio foram perturbados por qualquer infortúnio” (FERENCZI, 1932/1992, p. 102). O adulto, portanto, deve reconhecer a linguagem da ternura da criança e mantê-la sempre nesse mesmo nível.

Ferenczi descreve algumas consequências da situação abusiva para a criança, salientando que o primeiro movimento seria a recusa, o ódio, a repulsa, uma resistência violenta. Posteriormente, viria a identificação com o agressor, porque ela

ainda não possui uma estruturação física ou psíquica para reagir contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos (sobretudo quando estes exercem o papel de um “cuidador”, como um pai, mãe, tios), originando um estado confusional que a faz submeter-se à vontade do outro.

Por identificação, a criança introjeta o agressor, o qual desaparece enquanto realidade exterior e se torna componente intrapsíquico. O sentimento de culpa advindo do autor do abuso também é introjetado pela criança, que vive o episódio de forma confusa e sente-se, ao mesmo tempo, inocente e culpada pelo que ocorreu. Se ela não for acolhida de maneira adequada, caso a mãe ou uma segunda pessoa de confiança não acreditem no seu relato (desmentindo-a), uma das consequências possíveis é a desestruturação psíquica.

Portanto, é preciso levar em conta o grande potencial traumático que o incesto pode gerar, na criança, visto que ela ainda não possui condições psíquicas para elaborar ou compreender essa experiência. Todavia, o modo pessoal de viver, sentir e registrar a experiência repercute na resposta ao trauma. Cada pessoa, ao seu modo, pode retardar a reação ou manifestar de imediato seu sofrimento.

A grande problemática em relação ao incesto e outros abusos fora do contexto familiar é que, no primeiro, a criança se depara com sentimentos de ambivalência, originando a culpa, já que ela pode compreender que é algo proibido, porque tudo é feito de modo velado, em segredo. Entretanto, ao mesmo tempo, é gratificante, obtendo-se um prazer sensorial do toque, das carícias, confundindo-se a linguagem da ternura da criança com a linguagem da paixão do adulto.

Assim, no caso do incesto, o vínculo afetivo ainda permanece, a pessoa que abusa é a mesma que, na compreensão da criança, lhe fornece proteção, cuidado e até mesmo afeto, muitas vezes como carícias e atividades sexuais.

Outra consequência, apontada por Ferenczi (1932/1992, p. 104), é a “progressão traumática (patológica) ou prematuração (patológica)”, quando a criança começa a manifestar todas as emoções de um adulto maduro; o autor compara-a com “frutos que ficam maduros e saborosos depressa demais, quando o bico de um pássaro os fere, e na maturidade apressada de um fruto bichado” (FERENCZI, 1932/1992, p. 104).

A criança pode vir a ter uma parte de si que se desenvolve rapidamente, como manifestar uma vida sexual, segundo Ferenczi, sob o primado genital ou a

linguagem da paixão, e não mais da ternura. Nessa perspectiva, ele faz um apontamento:

As perversões, por exemplo, talvez só sejam infantis na medida em que permanecem no nível da ternura; quando se carregam de paixão e culpa conscientes, talvez já sejam testemunho de uma estimulação exógena [...] (1932/1992, p. 105).

Podemos refletir acerca dessa afirmação, quando crianças passam a realizar atividades sexuais com outras crianças (como os envolvimento incestuosos com irmãos), interrogando se essas manifestações testemunham uma vivência de abuso sexual ou se estão dentro do esperado para o seu desenvolvimento psicosssexual, visto que uma das mais importantes conquistas da Psicanálise foi a descoberta de que crianças têm uma vida sexual, a qual encontra expressão tanto em atividades sexuais diretas quanto em fantasias sexuais (KLEIN, 1997).

A teoria da Sexualidade Infantil foi uma contribuição extremamente significativa da Psicanálise, embora ainda ela seja compreendida como um tabu: muitos pais e outros adultos mantêm repressivos os discursos sobre a sexualidade, demonstrando dificuldades em falar sobre ela, associando-a a algo negativo, sujo e proibido, persistindo no equívoco de desconsiderar que ela acompanha o desenvolvimento do indivíduo.

Sanderson (2005) ressalta que fornecer para a criança uma educação sexual conveniente, com informações apropriadas para o seu desenvolvimento, é imprescindível, inclusive para a prevenção do abuso sexual.

Para permitir que a criança tenha um entendimento saudável do mundo e possa participar dele, é necessário fornecer informações adequadas. Os adultos precisam evitar projetar seus próprios medos, ansiedades e inibições em relação à sexualidade nas crianças, pois elas precisam adquirir confiança em seus corpos e em sua sexualidade para poder aceitá-los. Essa confiança é o que vai protegê-las de serem exploradas e abusadas sexualmente por outros. (SANDERSON, 2005, p. 27).

Dolto (1988) salienta que, “desde o nascimento à morte, não há pensamento, sentimento ou ato do indivíduo que não comporte em si a busca hedonista, isto é, uma pulsão libidinal. Não existe vida sã sem vida sexual sã e, inversamente, não há vida sexual sã num indivíduo doente ou neurótico” (p.55), destacando a importância da sexualidade para o desenvolvimento humano.

A autora critica a postura de alguns adultos, principalmente dos pais, quando lidam com a sexualidade de seus filhos:

[...] o adulto, ignorante ou neurótico, mina na criança em suas primeiras manifestações, o investimento de interesse erótico-afetivo para a esfera genital. Esse interesse, contudo, é a prova de uma evolução instintiva natural em relação ao desenvolvimento biológico do ser humano. Interditar à criança a masturbação e as curiosidades sexuais espontâneas é obrigá-la a prestar uma atenção inútil às atividades e sentimentos que são normalmente, antes da puberdade, inconscientes ou pré-conscientes. (DOLTO, 1988, p. 63).

Portanto, os interesses sexuais são manifestados espontaneamente pela criança, em sua infância precoce, porém não estão ligados à esfera genital, conforme os adultos podem interpretar equivocadamente, sua forma de expressão em nada se assemelha ao jeito adulto de experienciar a sexualidade. Dolto censura, pois, a forma como alguns adultos agem perante esses interesses sexuais, como na masturbação infantil, por exemplo. As atitudes punitivas e de intimidação são prejudiciais para as crianças, imputando-lhes a culpabilidade pelos atos que a criança ainda não compreende, podendo provocar nelas um efeito contrário, uma “conscientização prematura” (DOLTO, 1988, p. 63).

Por outro lado, existem manifestações sexuais atípicas ao desenvolvimento sexual normal da criança, conforme lembra Ferenczi (1932/1992), as quais denunciam que a criança possa ter vivenciado uma situação abusiva anterior. Analisar cada situação cuidadosamente e saber distingui-las é fundamental para não correremos o risco de negligenciar um abuso sexual.

Sanderson (2005), diante dessas preocupações, realizou em seu estudo a descrição de alguns comportamentos sexuais típicos e atípicos, que marcam a infância e a adolescência. Descrevemos abaixo os que consideramos mais importantes:

De zero a quatro anos, os comportamentos sexuais típicos incluiriam basicamente: a curiosidade sobre o seu corpo, aumento da percepção dos sexos, autoexploração, autoestimulação, principalmente quando estão cansados e vão dormir. Maior interesse pelas diferenças entre o corpo de crianças e o de adultos, curiosidade sobre como os bebês são feitos e de onde eles vêm, entre outros. Os comportamentos sexuais atípicos durante esta faixa etária seriam: demonstrar comportamentos sexuais ou conhecimento semelhante ao de um adulto, discutir atos sexuais, utilizar linguagem sexualmente explícita, contato sexual físico com outras

crianças, relacionar-se com outros adultos e crianças de maneira sexual, toque nos genitais de maneira compulsiva, forçar o contato sexual com outras crianças, conhecer o sabor, a textura e o cheiro do sêmen.

De cinco a doze anos, devido à inserção nas escolas, os comportamentos sexuais típicos estariam relacionados ao aumento do contato com colegas, das interações experimentais consensuais, das brincadeiras de faz-de-conta (“mamãe-e-papai”), perguntas sobre menstruação, gravidez e comportamento sexual e a masturbação em particular (esporádico). A masturbação em público, a masturbação compulsiva, a atividade sexual ou experimentação sexual forçada com outras crianças, seriam exemplos de comportamentos sexuais atípicos.

Em adolescentes, entre treze a dezesseis anos, as características da fase do desenvolvimento incluiriam uma série de mudanças hormonais, desenvolvimento de características sexuais secundárias (pelos pubianos, seios e modificação da voz) favorecendo a necessidade de privacidade em torno do corpo, algumas dúvidas sobre a sexualidade, uso da linguagem sexual, masturbação em local privado, experimentação sexual consensual com outros adolescentes da mesma idade seriam comportamentos sexuais típicos desta faixa etária. Dentre os comportamentos sexuais atípicos estariam o contato sexual com crianças bem mais novas, a masturbação em público, forçar outro adolescente ou criança a fazer sexo com ele/ela, jogos “especiais” com crianças mais novas (tirar a roupa, “médico”), incomuns para a idade delas, ameaças ou intimidações da criança para manter o “segredo”, oferecimento de suborno, como dinheiro ou presentes, para garantir seu silêncio.

Cabe ressaltar que todos esses comportamentos não podem ser analisados isoladamente, pois, existe uma linha muito tênue que os separa. Devemos avaliá-los de acordo com o que a criança ou adolescente nos revela e com contexto apresentado. Quando se trata de um caso de incesto, é essencial o conhecimento do contexto em que a criança cresce, ou seja, é fundamental conhecer toda a sua família.

Em conformidade com Cohen (1997), no incesto, todos os membros da família estão envolvidos, existe uma colaboração consciente ou inconsciente, sendo um sintoma de uma crise na estrutura familiar. Por consequência, concordamos que não se trata apenas de uma dupla envolvida na relação incestuosa, composta, de um lado, está a criança-vítima e, do outro, o autor.

A interdição do incesto, assim, é importante enquanto fator estruturante do psiquismo. Quando os pais ou responsáveis no cuidado parental falham na colocação de limites dos relacionamentos incestuosos entre os filhos, como é o caso deste estudo, há o indicativo de uma família disfuncional, na qual os papéis e funções familiares não estão bem estabelecidos, isto é, existe confusão de papéis e de gerações (GABEL, 1997).

[...] em vez do adulto genitor ajudar a criança em sua tarefa de repressão das pulsões, transmite-se que se deve obedecer ao próprio desejo, mesmo à custa de um outro. A criança se depara, então, com extrema confusão por não possuir maturidade física e psíquica para a relação sexual, produzindo intensos conflitos, tais como pânico, pavor, medo, silêncio, fobias intensas relacionadas à sexualidade, entre outros tantos possíveis. (NOGUEIRA; SÁ, 2004, p. 62).

Foi a partir da necessidade de conhecer o contexto no qual a criança cresce que esta pesquisa se realizou.

2.3 A Importância da Família

Observamos, em nossa literatura, uma diversidade de conceitos que definem o que é família, dependendo muito da dimensão enfatizada. Podemos dizer que a família é o primeiro núcleo de socialização da criança; nesse contexto, os valores, crenças, deveres, normas, entre outros, são transmitidos à criança e influenciarão no decorrer de sua vida e em outros tipos de relacionamento, pois, na família, vivenciamos as primeiras experiências culturais e exercemos o convívio social.

Souza (1995) revela a dimensão da importância da família, na relação pais-filhos, enquanto papel estruturante na formação da personalidade do indivíduo. Quando a criança nasce, encontra-se em condição especial e peculiar de desenvolvimento, não podendo prover condições mínimas de sobrevivência sozinha, portanto, ela necessita do outro, o qual que lhe possibilitará a sobrevivência e o reconhecimento como sujeito dotado de uma subjetividade, inserido em determinado contexto social e histórico.

Winnicott (2005), pediatra e psicanalista inglês, atribuiu relevância fundamental ao papel do ambiente para o desenvolvimento emocional da criança. Primeiramente, representado pela mãe (ou substituta), nos estágios mais precoces, o bebê demonstra uma dependência absoluta em relação ao ambiente físico e

emocional, porque ainda não compreende o mundo a sua volta e a sua personalidade não está integrada, ou seja, ele não é uma unidade, mas um conjunto ambiente-indivíduo (WINNICOTT, 2000, p. 308). Esse estágio de dependência absoluta é extremamente necessário, já que a mãe e o bebê formam uma unidade, e este possui uma ilusão de continuidade.

É por meio de um processo gradual que cada criança constituirá o seu próprio **self**⁴, cabendo à mãe a função de adaptar-se às necessidades de seu bebê e ser sensível a elas, transferindo algo de seu interesse em si própria para o seu filho, porém, sem perder a sua própria identidade. Winnicott (2005, p. 21) chama de “preocupação materna primária” a essa capacidade que a mãe possui de saber o que o bebê pode estar sentindo, identificando-se com ele e oferecendo todo o apoio necessário, através dos cuidados propiciados por uma mãe suficientemente boa:

Em minha terminologia, a mãe suficientemente boa é aquela que é capaz de satisfazer as necessidades do nenê no início, e satisfazê-las tão bem que a criança, na sua saída da matriz do relacionamento mãe-filho, é capaz de ter uma breve experiência de onipotência. (Isto tem de ser distinguido de *onipotência*, que é o nome dado a um tipo de sentimento). (WINNICOTT, 2007, p. 56).

Aos poucos, a mãe suficientemente boa será capaz de realizar uma separação, conduzindo o filho a superar essa fase de onipotência infantil e a se relacionar com ela como “não-eu” (WINNICOTT, 2007, p. 45), de sorte que o bebê pode formar a sua individualidade, estabelecendo as relações objetais. Para Winnicott (2000), essa fase do desenvolvimento é uma fase “repleta de armadilhas” (p. 308), porque a saúde mental do bebê depende muito dessa etapa. A função da mãe suficientemente boa pode ser descrita por intermédio de três categorias: **holding** (segurar), manipular e apresentar objeto. (WINNICOTT, 2005).

O **holding** (segurar) não significa apenas o segurar físico do bebê, porém implica a provisão ambiental e emocional de que o bebê necessita: “[...] tem muita relação com a capacidade da mãe de identificar-se com seu bebê. Um **holding** satisfatório é uma porção básica de cuidado” (WINNICOTT, 2005, p. 27). Inclui também o **holding** físico, pelo cuidado dia e noite do bebê, protegendo-o da

⁴ “Conceito psicanalítico que inclui o eu (ego) e o não-eu. É a totalidade da própria pessoa. Inclui também o corpo, com todas as suas partes, a estrutura psíquica com todas as suas partes, o vínculo com os objetos internos e externos e o sujeito como oposto ao mundo dos objetos. Cf. Leon Grinberg e Rebeca Grinberg. **Identidad y Cambio**. Paidós, Buenos Aires, 1980. (N.R.T.)” (WINNICOTT, 2005, p. 7).

agressão fisiológica, levando em conta a sua sensibilidade cutânea, como o “tato, temperatura, sensibilidade auditiva, sensibilidade visual, sensibilidade à queda (ação da gravidade) e a falta de conhecimento do lactente da existência de qualquer coisa que não seja ele mesmo” (WINNICOTT, 2007, p. 48). O **holding** é a única forma em que a mãe pode expressar claramente seu amor ao lactente.

A **manipulação** teria a função de contribuir para o desenvolvimento do tônus muscular, da coordenação motora, possibilitando a formação do sentido do “real”, por oposição ao “irreal”. Ou seja, com a interação por intermédio do contato corporal entre mãe-bebê, ocorreria o alojamento da psique no corpo, formando o sentido do real.

O **apresentar objetos** pela mãe estimula a capacidade do bebê de relacionar-se com o mundo dos objetos. Winnicott (2007) enfatiza que o início das relações objetais é complexo, porque inicialmente acontece de modo que é o bebê quem cria o objeto. Sendo a mãe suficientemente boa, esta satisfará as necessidades do seu bebê, de maneira que ele “começa a necessitar exatamente o que a mãe apresenta” (WINNICOTT, 2007, p. 60). O bebê experimenta um breve período de onipotência, que é essencial para que ele se sinta “confiante em ser capaz de criar objetos e criar o mundo real” (p. 60). Se houver falhas nesse período, o autor afirma que pode se dar um bloqueio no desenvolvimento da capacidade da criança de sentir-se real, em sua relação com o mundo dos objetos e dos fenômenos.

O desenvolvimento da criança, por conseguinte, depende das condições ambientais, “sem uma confiabilidade ambiental mínima, o crescimento pessoal da criança não pode se desenrolar, ou desenrola-se com distorções” (WINNICOTT, 2005, p. 45).

Em caso de um **holding** deficiente, o autor (WINNICOTT, 2005) afirma que a criança se encontra em uma situação de extrema aflição, tendo a

sensação de despedaçamento, da sensação de estar caindo num poço sem fundo, de um sentimento de que a realidade exterior não pode ser usada para o reconforto interno, e de outras ansiedades que são geralmente classificadas como “psicóticas”. (WINNICOTT, 2005, p. 27).

Tudo isso pode provocar uma alteração no **self** que vinha se desenvolvendo. Portanto, quanto mais precoce a idade da criança, maior importância dessa provisão

ambiental, uma vez que sua dependência, em relação ao cuidado materno, é absoluta no início; posteriormente, começa a ser relativa para, finalmente, caminhar rumo à independência (WINNICOTT, 2005). Durante esse processo, a criança passa a aumentar o seu contato com o mundo externo, vai-se constituindo enquanto unidade e se reconhecendo como tal. Tudo isso acontece devido à experiência do bebê com respeito a uma mãe, a qual se adapta às suas necessidades, concedendo-lhe “certa medida de fidedignidade” (WINNICOTT, 1975, p. 151) e contribuindo para que se desenvolva um sentimento de confiança, que permitirá que ocorra a separação entre o não-eu, a partir do eu.

Esse sentimento de confiança e fidedignidade possibilitará a criação do espaço potencial pelo bebê, que se trata de uma área hipotética entre ele e a mãe, na qual se incluem todas as experiências culturais e o brincar. Através desse espaço potencial, a separação entre o eu e o não-eu se concretizará aos poucos, de maneira que o bebê poderá passar da dependência para a autonomia (WINNICOTT, 1975).

Winnicott (1995) acentua, ainda, que uma “criança normal” não é simplesmente aquela que “come, cresce e sorri docemente” (p. 121), mas, aquela que se impõe, põe à prova o seu poder de desintegrar, destruir, assustar, porque ela ainda não aprendeu a tolerar e a enfrentar os instintos; sua personalidade não está devidamente integrada, portanto, os estágios iniciais do desenvolvimento estão repletos de conflitos e desintegração potenciais.

Se o lar consegue suportar tudo o que a criança pode fazer para desorganizá-lo, ela sossega e vai brincar; mas primeiro os negócios, os testes têm que ser feitos e, especialmente, se a criança tiver alguma dúvida quanto à estabilidade da instituição parental e do lar (que para mim é muito mais do que casa). (WINNICOTT, 1995, p. 121).

Winnicott (1982), entretanto, deixa claro que, embora o papel materno seja essencial, acredita no potencial para o desenvolvimento, que é inato, mesmo que algumas circunstâncias não sejam favoráveis, ou seja, “em cada bebê há uma centelha vital, e seu ímpeto para a vida, para o crescimento e desenvolvimento é uma parcela do próprio bebê, algo que é inato na criança e que é impelido para a frente de um modo que não temos de compreender” (WINNICOTT, 1982, p. 29).

A importância do ambiente suficientemente bom para se desenvolver influenciará diretamente na integração do **self**, que, para Winnicott, é um processo

contínuo. Quando o indivíduo encontra um ambiente facilitador, melhor a condição da integração do **self** verdadeiro e uma maneira criativa e espontânea de viver. Ao contrário disso, quanto piores as condições, mais difícil se torna essa integração, podendo resultar em dificuldades no estabelecimento da identidade pessoal, levando o indivíduo a manter-se em etapas primitivas do seu desenvolvimento emocional.

Há situações, assim, em que o ambiente não é um facilitador e ocorrem algumas falhas ambientais, o papel da família, dos pais ou dos responsáveis no cuidado parental não é devidamente cumprido, isto é, a função de propiciar condições mínimas para o desenvolvimento da criança, o seu papel de cuidador, protetivo, de transmissão de valores culturais, morais, enfim, provocada por uma série de motivos, sejam individuais, sejam pela ausência de uma ou de ambas as figuras parentais, de acordo com a história de vida de cada um deles.

Quando esse ambiente falha ou nunca existiu, várias consequências negativas podem atrapalhar o desenvolvimento emocional dessas crianças, vítimas do que Winnicott (1995) chamou de privação.

Temos que saber o que acontece com a criança quando um bom ambiente é desfeito e também quando nunca existiu um bom ambiente [...] Alguns dos fenômenos são bem conhecidos: o ódio é reprimido ou perde-se a capacidade para amar pessoas. Instalam-se outras organizações defensivas na personalidade da criança. Pode ocorrer a regressão para algumas fases anteriores do desenvolvimento emocional que foram mais satisfatórias do que outras, ou pode haver um estado de introversão patológica. É muito mais comum do que se pensa ocorrer uma cisão da personalidade. (WINNICOTT, 1995, p. 183).

O autor descreve a cisão da personalidade comparando-a como uma vitrine, ou seja, aquilo que se apresenta “voltada para fora” (WINNICOTT, 1995, p. 183) é apenas a metade, e esconde a parte principal do eu, toda espontaneidade da criança é mantida em segredo e envolvida por relações ocultas com objetos de fantasias idealizados.

O ambiente, portanto, representado inicialmente pela mãe ou substituta e, posteriormente, por outros relacionamentos da criança com o mundo, tem um papel fundamental no seu desenvolvimento emocional; conforme Winnicott (1995), a criança é o que o ambiente permite que ela seja.

Winnicott (2005, p. 137) também discorre sobre o papel da família:

A família contribui de dois modos (segundo a linguagem que escolhi usar neste capítulo) para a maturidade emocional do indivíduo: de um lado dá-

lhe a oportunidade de voltar a ser dependente a qualquer momento; de outro, permite-lhe trocar os pais pela família mais ampla, sair desta em direção ao círculo social imediato [...] A família parece ser a estrutura especialmente programada para dar continuidade à dependência inconsciente da criança em relação ao pai e à mãe de fato.

Para que a maturidade emocional seja adquirida, o círculo social se amplie e, cada vez mais, a criança estabeleça laços afetivos de maneira saudável com outras pessoas, além dos pais, a família deve contribuir de forma suficientemente boa.

Ao refletirmos sobre o contexto familiar em que aconteceu uma situação incestuosa, podemos estar diante de uma família que não colabora para o desenvolvimento emocional de seus filhos, oferecendo uma provisão ambiental que não é suficientemente boa, pois se constata uma disfunção nos papéis desempenhados pelos pais ou cuidadores, que, de certo modo, permitem ou favorecem, quer conscientemente, quer inconscientemente, que o relacionamento incestuoso se dê. Trata-se de uma família em que, além de não ajudar na maturidade emocional dos indivíduos, transgride a exigência cultural que é a proibição do incesto, transmitindo uma quebra de fronteiras⁵ entre os seus membros.

A terminologia “fronteira” corresponde às “barreiras invisíveis” a envolver os membros de uma mesma família, regulando a quantidade de contato com os outros, podendo variar de rígidas a difusas: as fronteiras rígidas indicam um distanciamento entre os membros ou subsistemas, limitando o afeto, a proteção e a proximidade, enquanto as fronteiras difusas indicam uma aglutinação, um emaranhamento entre os membros, dificultando a independência e autonomia, entre eles, e até um relacionamento fora da família. (NICHOLS; SCHWARTZ, 1998)

Uma fronteira nítida significaria uma variação dentro de limites normais, levando cada membro a desempenhar a sua função, apoiar e enriquecer um ao outro, além de auxiliar no desenvolvimento de sua autonomia.

Em algumas famílias com a fronteira rígida, os pais distanciados não conseguem identificar quando algum problema ocorre com os seus filhos, podendo percebê-lo tardiamente, como, por exemplo, filhos que não conseguem ter a liberdade para expressar aos pais as suas dificuldades, diante de uma vitimização sexual, acabando por perpetuar o segredo do abuso e impedindo a sua proteção e até levando, frequentemente, à revitimização.

⁵ Terminologia utilizada pela teoria familiar estrutural, que emergiu na década de 1970, com grande influência através do seu principal expoente, Salvador Minuchin (cf. NICHOLS; SCHWARTZ, 1998).

Já em famílias com situações de incesto, existem algumas peculiaridades da denominada “família incestogênica”, quer dizer, aquela “na qual as interações entre os seus membros- através de mensagens verbais e não verbais implícitas ou explícitas- são manipuladoras da criança ou adolescente vítima, forçando-a a uma transação interdita culturalmente: o incesto” (AZEVEDO; GUERRA, 2005b, p. 11).

De uma forma geral, as características de uma família incestogênica, segundo Azevedo e Guerra (2005b, p. 11), incluem:

a) **uma grande confusão ao nível das fronteiras intergeracionais e das identidades de seus membros.** Por exemplo, no incesto pai-filha, a transgressão das fronteiras é clara no momento em que a filha passa a ser esposa do pai, nivelando ao mesmo tempo mãe e filha.

Apesar das diferentes formas de organização da família, encontradas em nossa sociedade atual, seja ela monoparental, reconstituída, homoafetiva, entre outras, podemos dizer que a característica da família incestogênica independe de quem a compõe, mas repousa na transgressão das fronteiras que existem entre o adulto que deveria proteger, cuidar, zelar, e a criança, que está em desenvolvimento e deveria ser protegida, ou mesmo entre os membros de uma mesma fratria.

b) **uma fronteira organizacional muito pouco permeável ao exterior.** A consequência é a de um viver simbiótico, com relações exteriores rarefeitas e pouco consistentes [...] A família incestogênica é, portanto, uma **família resistente a mudanças**; (AZEVEDO; GUERRA, 2005b, p. 11).

É a família que não se relaciona socialmente, porém cujos membros possuem um relacionamento simbiótico entre eles, que não se abre justamente para impedir a identificação da existência de um segredo:

c) **uma organização fundada num segredo o qual às vezes persiste de geração a geração.** O segredo é o não dito que contribui para fazer do incesto um crime perfeito: só a vítima por testemunha, silenciada ante a ameaça – sempre presente- das terríveis consequências de uma possível revelação do segredo (descrédito, morte, desestruturação familiar etc.); (AZEVEDO; GUERRA, 2005b, p. 12).

Por outro lado, pode demonstrar uma falsa unidade, mantida apenas pelo segredo, sendo que internamente os membros não têm uma abertura para a comunicação.

d) **uma aparente coesão**. Na família incestogênica, a ligação incestuosa funciona como um **SINTOMA**, cuja função é a de manter a família temporariamente unida, embora, de fato, ela já esteja desunida há muito tempo [...]. (AZEVEDO; GUERRA, 2005b, p. 12).

No caso de uma família em que o vitimizador é representado pela figura do pai (patriarcal), todos os outros membros podem viver coagidos pela constante ameaça de que, com o segredo revelado, consequências negativas poderão vir a ocorrer, como a violência física.

e) [...] O poder, em geral, se exerce despoticamente: **concentrado** na figura do pai (patriarca) ou seu representante, **discricionário** em relação aos **fracos** do sistema porque dependem daquele (mulher, filhos etc.); **imprevisível**: o patriarca faz as leis de uma forma absolutista e as transgride na medida de seus interesses e desejos [...]. (AZEVEDO; GUERRA, 2005b, p. 12).

Outras características de uma família incestogênica também estão relacionadas à forma como os membros se relacionam afetivamente, em geral de uma maneira erotizada. Em sua maioria, a comunicação entre eles não é aberta, favorecendo a manutenção do segredo e um ambiente de privação emocional, além da discriminação de papéis de gênero, sendo a mulher-criança, preferencialmente, objeto sexual do poder masculino (AZEVEDO; GUERRA, 2005b).

Nesse sentido, na família com uma transação incestuosa, existe um padrão organizado e duradouro com que seus membros interagem, por meio de uma estrutura disfuncional que prejudica os seus membros, já que apresenta uma rigidez maior com respeito às mudanças estruturais, não consegue realizar adaptações às circunstâncias adversas da vida, como diante de alguns fatores ambientais que geram estresse (desemprego, nascimento de um filho, um dos filhos entra na adolescência, entre outros), considerando-se inclusive o surgimento de aspectos patológicos (NICHOLS; SCHWARTZ, 1998).

Cada família possui uma estrutura, um “conjunto de regras veladas que governam as transações da família” (NICHOLS; SCHWARTZ, 1998 p. 189). Para uma estrutura familiar funcional, é necessária a existência de uma hierarquia, com pais e filhos possuindo quantidades de autoridade diferentes, indicando certo grau de diferenciação entre os subsistemas, pois os mais jovens necessitam de maior orientação e proteção dos mais velhos.

2.4 Compreendendo a Fratria

A terminologia “fratria” designa o grupo de irmãos e/ou irmãs que pertencem a uma mesma família. Segundo Meynckens-Fourez (2000), é na relação com os irmãos que a criança aprende a situar-se com respeito aos seus pares, a viver experiências de rivalidade, a administrar sua agressividade e, também, a descobrir a cumplicidade.

Na fratria, por conseguinte, exercemos o convívio social, aprendemos a competir, dar, receber, além de vivenciarmos as proibições do incesto e do fratricídio.

Freud (1915-1916/2001) descreve a relação entre irmãos como sendo de ódio e rivalidade, percebida principalmente com o nascimento do irmão ou irmã menor. Essas atitudes podem persistir durante muitos anos, até a criança atingir certa maturidade e adquirir uma fase mais cordial. “Os motivos de tais desavenças são a rivalidade pelo amor dos pais, pelas posses comuns, pelo espaço vital. Os impulsos hostis são dirigidos contra membros da família mais velhos e também mais novos” (FREUD, 1915-1916/2001). Portanto, o medo de perder o amor do genitor, quando descobre que não é o único objeto de amor, conduz a sentimentos de intensa angústia.

René Kaës (1999, p.186), baseado nas ideias de Freud sobre a relação entre irmãos e o Complexo de Édipo, introduziu o conceito de Complexo Fraternal, definindo-o como a “organização fundamental dos desejos amorosos, narcísicos e objetais, do ódio e da agressividade face a este outro que o sujeito reconhece como irmão ou irmã”.

A partir desse conceito, Derby (2000) destaca os dois eixos principais: narcisista e objetal. No eixo narcisista, descreve a fratria como um duplo e um clã, ou seja, no duplo, a relação com um irmão ou uma irmã é de indiferenciação, isto é, a autora exemplifica pela relação do irmão mais novo com o mais velho, em que o menor quer “imitar” ou “copiar” o mais velho em tudo o que faz.

[...] Ele se transformou em seu sócio em miniatura: quer fazer tudo da mesma forma que ele, vestir as mesmas roupas, ter as mesmas atividades, deitar-se à mesma hora. “Eu também”, transformou-se na sua reivindicação

permanente. Ele gostaria de ser ele (o outro) e sofre como qualquer coisa que poderia diferenciá-los. (DERBY, 2000, p. 234).

Assim, no duplo, o(a) irmão(a) torna-se o objeto de investimento narcisista, amado(a) e detestado(a) pela semelhança que ele(a) apresenta com o outro e pelo que compartilham, como os pais, a geração, o contexto temporal e cultural, a herança etc. O duplo, por isso, “preenche a carência e mascara a incompletude. Ele nos mantém em situação de onipotência e de autosuficiência narcisistas” (DERBY, 2000, p. 236).

A fratria, enquanto um clã, pode exercer uma função fusionante, isto é, com suas leis, seus ritos, sua cultura, existindo pelo seu pertencimento ao grupo de irmãos e irmãs. O clã fraterno se organiza, por exemplo, para aplicar uma punição no caçula que havia estragado as férias de toda a família, de sorte que a fratria o chama à ordem:

[...] Ele chega todo molhado, as bochechas vermelhas, ao lugar de encontro com os pais. Diante de sua mãe apavorada ao vê-lo neste estado, ele afirma categoricamente que acaba de fazer uma guerra de bolas de neve, e que foi super legal. Pagou o preço do pertencimento ao clã e tudo entrou na ordem. À noite encontra sob seu travesseiro, um pacotinho de bombons oferecido pelo clã [...]. (DERBY, 2000, p. 236).

Com o preço pago, o caçula passa a pertencer ao clã, e esse pertencimento ao grupo oferece o sentimento de identidade,

No eixo objetal, a indiferenciação é superada, originando dois tipos de investimentos: “sob forma de amizade ou amor; sob forma de rivalidade ou de ciúme” (DERBY, 2000, p. 237).

A autora cita o exemplo, na mitologia grega, de Antígona, filha de Édipo e de Jocasta, e sobre o amor e sua fidelidade a um de seus irmãos que havia sido morto e condenado a não ter uma sepultura para os seus despojos. Antígona se insurge contra a ordem real, rejeitando a lei divina acerca da prescrição sobre o enterro dos mortos, obtendo como consequência a punição de ser encerrada viva no mausoléu familiar.

A fratria rapaz/moça se constitui no lugar dos primeiros apegos, em que o irmão pode prefigurar o namorado e amante.

Foram grandes cúmplices ao longo destes anos. Mas ele se apaixona, e agora vive só para sua namorada [...] A seus olhos sua irmã não existe. Em poucas semanas Anne tem a sensação de haver perdido tudo: seu irmão e seu melhor amigo. (DERBY, 2000, p. 238).

A renúncia ao irmão enquanto objeto de amor se faz necessária para um investimento fora do âmbito familiar, da mesma maneira que na situação edípica.

Os complexos edipiano e fraterno aparecem na mesma época. O complexo fraterno induz a um trabalho psíquico idêntico ao exigido pela resolução edipiana: ao renunciar o desejo incestuoso, superar a angústia e a raiva suscitadas pela necessidade de partilhar o amor. Ele nos convida à identificação e à sublimação. (DERBY, 2000, p. 242).

A relação entre irmãos é carregada de ambivalência, de sentimentos contraditórios. A rivalidade e a agressividade são observadas desde a descoberta de que o indivíduo não é o único objeto de amor do genitor e precisa compartilhar com o outro esse mesmo amor.

O irmão é aquele que incomoda, que impede, o concorrente. Daí surge a idéia de que a vida seria tão mais simples se só houvesse um filho na família. Ocupar todo lugar, dispor de todo afeto para si, sozinho. Qual é a criança de família numerosa que não nutriu esta fantasia? L. CORMAN (1970), sublinha, no entanto, o papel organizador da frustração: contrapondo-se à onipotência dos desejos, ela nos confronta com a realidade. (DERBY, 2000, p. 240).

Assim, os confrontos e as regulações no seio da fratria constituem aprendizagens preciosas em matéria de socialização. “As noções de eqüidade, de democracia, de cidadania, originam-se nesta primeira sociedade em miniatura que é a família” (DERBY, 2000, p. 243).

3. MÉTODO

Por se tratar de um tema que se originou a partir do questionamento da prática profissional, o método de pesquisa adotado manteve-se atrelado aos princípios teóricos, que subsidiam o modelo de atendimento desenvolvido na Instituição Pública. O objetivo da Instituição é o atendimento psicossocial às crianças e adolescentes, vítimas de violência, na perspectiva de um trabalho interdisciplinar, que se constrói na complementaridade das ações em rede. Tais peculiaridades exigem adaptações do método clínico, fundamentado nas teorias psicanalíticas. Entretanto, as adaptações feitas no atendimento permitem a construção de novos caminhos, para se ter acesso ao objeto de pesquisa.

O presente capítulo visa a explicitar o trajeto que julgamos mais apropriado para identificar as condições afetivo-familiares em que emergem cenas incestuosas entre irmãos, e descrever a estrutura familiar que as sustenta.

3.1 A Atuação do Psicólogo do CREAS na Abordagem à Criança e/ou Adolescente

A escolha metodológica que direcionou esta pesquisa está previamente relacionada ao meu olhar fundamentado na perspectiva psicanalítica e no trabalho desenvolvido no Centro de Referência.

A abordagem do paciente, na minha prática profissional, pode ser descrita como diferenciada de uma psicoterapia psicanalítica convencional, porque não é possível manter a presença regular do paciente, além de o contato poder não surgir de uma demanda dele. Ou seja, como já sublinhado no início, o trabalho é específico no atendimento a crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual e, portanto, recebe encaminhamentos de diversos serviços, como Conselhos Tutelares, Delegacias, juizados, promotorias, muitas vezes de forma compulsória.

Assim, durante a abordagem da criança ou adolescente, tenho como modelo o trabalho de Winnicott (1984) sobre consulta terapêutica. Esta requer a utilização de um método que deixe o terapeuta livre, para encontrar o melhor jeito de acolher a

pessoa que está em atendimento. Winnicott (1984, p. 9) propõe a “psicanálise em termos econômicos”, significando que dificilmente podemos denominar esse tipo de intervenção como técnica, pois não existem casos iguais, havendo um intercâmbio muito mais livre entre o terapeuta e o paciente do que num tratamento psicanalítico ortodoxo. Ele não desconsidera o valor de uma longa análise, contudo, ressalta que existem contextos em que isso não se aplica, como no caso do meu trabalho.

A consulta psicoterapêutica (WINNICOTT, 1994a) tem ênfase nas primeiras entrevistas, possibilitando “algo diferente da análise” (WINNICOTT, 1995, p. 237) para a realidade com a qual trabalhamos. Trata-se de proposta importante, quando, como é habitual, dispomos de um tempo limitado para tratamento (WINNICOTT, 1995).

O autor alerta para a necessidade de se ter capacidade para empregar lucrativamente o tempo limitado e ter técnicas já prontas, por flexíveis que possam ser (WINNICOTT, 1994a). Isso pode ser aplicado em relação aos nossos casos, principalmente quando muitos deles necessitam de medidas urgentes de proteção. Quer dizer, a criança ou adolescente, em algumas ocasiões, pode precisar de uma ação mais efetiva e concreta, por parte do profissional que o atende: a garantia de que ele esteja protegido de novas situações abusivas. No momento em que ele externaliza (verbalmente ou por outras formas) como o abuso ocorreu e quem foi o perpetrador, há uma confiança e também um pedido de auxílio.

A base para este trabalho especializado é a teoria de que um paciente, criança ou adulto, terá para a primeira entrevista uma certa capacidade de *acreditar* na obtenção de auxílio e de confiar naquele que o oferece [...] Talvez o principal trabalho que se faz seja da natureza da integração, tornada possível pelo apoio no relacionamento humano, mas profissional-uma forma de sustentação [holding]. (WINNICOTT, 1994a, p. 230).

Consequentemente, quando os casos de crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual são encaminhados para o atendimento, o mínimo e o necessário que se precisa fazer, durante as primeiras entrevistas, é oferecer o apoio, uma espécie de **holding**, para que a criança ou adolescente tenha certa capacidade de **acreditar** na obtenção de auxílio (WINNICOTT, 1994a).

A pergunta seguinte é: qual é o nosso objetivo? Desejamos fazer o máximo possível ou o mínimo? Em psicanálise, perguntamos a nós mesmos: quanto podemos fazer? No outro extremo, na minha clínica hospitalar, nosso lema é: qual é o mínimo que se necessita fazer? Isso nos permite estarmos sempre conscientes do aspecto econômico do caso [...] Nada há de original

nisso, mas talvez lhes agrade ouvir um psicanalista falar assim, dado que os analistas são especialmente propensos a atolar-se em longos tratamentos, no decorrer dos quais podem acabar perdendo de vista um fator externo adverso. (WINNICOTT, 1995, p. 238).

É necessário que o psicólogo esteja atento, nessas entrevistas, se a criança/adolescente está protegida, principalmente no caso de abuso sexual intrafamiliar, em que o perpetrador do abuso (por exemplo, o pai) pode estar convivendo cotidianamente com a vítima, e esta tem vivido sob ameaça constante, impedida de revelar o segredo do abuso.

Winnicott (1994a, 245) discute a importância da primeira entrevista, frisando que, nesse estágio, o terapeuta é visto como um objeto subjetivo, ou seja, o paciente tem

certa medida de crença ou de capacidade de acreditar em uma pessoa compreensiva ou que o ajude. Traz também uma certa medida de desconfiança. O terapeuta aproveita-se do que o paciente traz e age até o limite da oportunidade que isto concede [...], na entrevista psicoterapêutica há um papel já pré-ordenado para o terapeuta, baseado no padrão de expectativa do paciente.

Como a criança/adolescente é encaminhada com uma demanda específica para um serviço especializado, durante a primeira entrevista, há uma ideia preconcebida do psicólogo, tanto como aquele que compreenderá sua história de abuso, ajudando-o, quanto o que representa uma ameaça, que punirá severamente o perpetrador do abuso, com o qual a criança pode ter um forte vínculo, podendo até retirá-la da convivência familiar. Evidentemente, essas crenças iniciais também são compartilhadas pelos pais ou responsáveis, devendo ainda ser realizado um trabalho paralelo com eles. Essas duas situações são observadas durante a primeira entrevista e, conforme ressalta Winnicott (1994a), o paciente deve realizar uma percepção objetiva do terapeuta, despindo-o de magia. Nas próximas entrevistas, o paciente poderá se relacionar com o terapeuta real.

Em Winnicott, pude encontrar a base para o meu trabalho ser desenvolvido em uma instituição pública, utilizando-me da Psicanálise. O autor demonstra uma maior flexibilidade em suas ideias e conceitos, possibilitando muito mais o exercício de minha capacidade criativa no atendimento dos casos.

Winnicott (1994a) deixa claro que não existem instruções técnicas nítidas a serem dadas ao terapeuta, uma vez que ele deve ficar livre para adotar qualquer

técnica que seja apropriada ao caso; portanto, o terapeuta deve ser livre para ser ele próprio, desde que não distorça o curso dos acontecimentos, devido a sua ansiedade, culpa ou necessidade de alcançar o sucesso.

Assim, a consulta psicoterapêutica me ajudou a alcançar qual é o “mínimo” que se necessita fazer com esses casos. Considero-a uma forma eficaz e imediata, no contexto institucional, de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, podendo alcançar uma demanda maior, evitando longas filas de espera e ainda favorecendo uma mudança sintomática rápida, a qual é, em alguns desses casos, preferível a uma cura psicanalítica (WINNICOTT, 1994a).

3.2 A Pesquisa em Psicanálise

Pensar a Psicanálise como fundamento para a situação de pesquisa é um exercício que se submete a discussões teóricas infundáveis. Sobre a aplicabilidade da Psicanálise em pesquisa, Mezan (1993) reconhece o paradoxo, se considerarmos o modelo tradicional de pesquisa que trabalha com objetos observáveis, portanto passíveis de controle e quantificação, cujos resultados podem supor previsões.

A pesquisa em Psicanálise, para Mezan (1993), é possível de ser realizada e constitui-se a partir de duas vertentes: a que investiga a história das ideias psicanalíticas e a que investiga os processos psíquicos propriamente ditos. Segundo esse mesmo autor (MEZAN, 2002), toda pesquisa em Psicanálise deve ser considerada qualitativa, visto que ela trabalha em profundidade com casos específicos. Ao se usar a Psicanálise enquanto um método de investigação em pesquisa, entretanto, não se realiza uma intervenção terapêutica, porém se trabalha com uma atividade que visa “tanto à elucidação quanto à transformação do que ocorre entre ele e seu paciente” (MEZAN, 2002, p. 419).

[...] a elucidação do problema escolhido não visa diretamente uma intervenção terapêutica. Variam os métodos de colher os dados: entrevistas, pesquisa em textos, descrição de um fato social ou cultural-, mas a partir de certo ponto a tarefa do autor é idêntica e todos os casos: construir, com base em uma análise do material que ainda não é psicanalítica, mas formal, uma questão psicanalítica, de explorá-la e várias direções, de montar uma hipótese e sustentá-la [...]. (MEZAN, 2002, p. 428).

A Psicanálise foi criada enquanto método de pesquisa do inconsciente e método de tratamento de pacientes em sofrimento psíquico, que desenvolviam sintomas sem uma causa orgânica, diante do modelo científico da época. Nesse contexto científico de caráter positivista, no auge da psiquiatria alemã, ao final do século XIX, Freud construiu, através do seu trabalho analítico, tanto um novo ramo do conhecimento quanto um método terapêutico (FREUD, 1940 [1938] /2001).

A pesquisa em Psicanálise, no âmbito acadêmico, durante muitos anos, foi motivo de grande polêmica e ainda o é até os dias de hoje, por se basear em uma epistemologia pautada em fenômenos psíquicos inconscientes, que não satisfazem os princípios da cientificidade positivista, da qual derivaram conceitos como a Universalização, Ordem, Determinismo, Racionalidade, Empirismo e Neutralidade.

Diante de tal realidade, os fenômenos estudados pela Psicanálise exigem uma epistemologia diferente, aspecto considerado por Herrmann (1997) como um dos grandes desafios de nosso tempo.

Para este estudo, portanto, foi utilizado o método de pesquisa em Psicanálise, por se aproximar mais do objetivo de nosso estudo adaptado, todavia, ao contexto que não corresponde à clínica convencional, mas a uma instituição pública, composta por uma equipe que integra várias disciplinas.

Mezan (2002) denomina esse tipo de trabalho, realizado em Psicanálise, em contexto diverso do **setting** clássico, como extramuros, principalmente por extrapolar “as quatro paredes do consultório e se inscreve, de um modo ou de outro, na cena social e cultural” (MEZAN, 2002, p. 418).

Aqui se destacará a “elucidação do problema escolhido”, proposto por Mezan (2002), pois não visa diretamente a uma intervenção terapêutica e, a partir dele, várias estratégias serão esboçadas para colher as informações foram utilizadas.

Apesar de essa dimensão do **setting** clínico não ser o objetivo deste estudo, mesmo em situação de pesquisa, a relação transferencial também está presente, segundo Hermann (1993, p. 138), “quando o pesquisador se debruça sobre seu objeto, pensando psicanaliticamente, cria-se um campo transferencial”.

Nesse sentido, tanto a transferência (negativa ou positiva), ou seja, os sentimentos e atitudes atualizados, inconscientemente, das relações objetais infantis vivenciadas, como a contratransferência, em que sentimentos inconscientes também são despertados no pesquisador, em relação ao seu entrevistado, estão presentes e foram consideradas na pesquisa.

Na pesquisa ou no trabalho clínico, portanto, o objeto continua o mesmo, o inconsciente. É através da relação transferencial, da escuta, da associação livre, da atenção flutuante, que não só o pesquisador, mas também o analista alcançarão esse objeto.

Para Silva (1993b), o método da Psicanálise se apresenta com uma dupla face: de um lado, a associação livre – oferta de material sem crítica ou intenção pré-determinada –, e, de outro, a atenção flutuante – captação de material sem crítica ou intenção pré-determinada. Do consultório para o campo de pesquisa, contudo, ele sofrerá alguns ajustes necessários, tendo que se adequar à fonte de material em estudo: sessão psicanalítica, entrevista, teste projetivo, livro, obra de arte, lenda etc., conservando-se, no entanto, características essenciais do método, que é preservar a possibilidade de emergência do significado submerso.

Neste estudo, a escolha da Psicanálise enquanto método de pesquisa foi fundamental, visto que se trata de um problema de pesquisa complexo e, sobretudo, de um segredo familiar, daquilo que é culturalmente proibido, o incesto. E, dependendo da situação vivenciada, o pesquisador pode enfrentar algumas resistências dos participantes, durante a entrevista.

Por consequência, o caminho percorrido nesta investigação busca a emergência de conteúdos inconscientes, em conformidade com a opinião de Oliveira (2006, p. 231): “A psicanálise – a análise do psiquismo – funda-se na descoberta de que numa fala, numa expressão há mais sentidos do que se apreende imediatamente, na aparência”.

A Psicanálise vai além da aparência, do relato verbal, daquilo que está explícito. Segundo Oliveira (2006), o sentido do relato pode ser ampliado para além do imediato, e o método (o caminho percorrido), diz respeito ao trabalho de buscar aquilo que se apreende na tessitura do relato, isto é, fios de sentido que constroem e sustentam esse relato.

Cabe ressaltar igualmente que, por se tratar de uma pesquisa que possui implicações éticas, os devidos cuidados foram tomados para não expor a família estudada a situações que trouxessem maior sofrimento ou constrangimento aos seus membros. De fato, conforme Cabral Filho (2004, p. 225), a investigação científica deve seguir:

[...] o preceito hipocrático de não só buscar o benefício do paciente, mas também não lhe causar dano. Para isto, portanto, a integridade moral e o domínio dos métodos de pesquisa pelo investigador são dois fatores imprescindíveis.

Portanto, este estudo teve como compromisso ético zelar pelo sigilo dos participantes, de modo a não causar-lhe nenhum dano, sendo, assim, de livre e espontânea vontade a participação na pesquisa, sem nenhum custo ou qualquer prejuízo em relação aos atendimentos oferecidos pela Instituição.

3.3 Participantes da Pesquisa

Participaram desta pesquisa quatro famílias de crianças e adolescentes, com experiências sexuais incestuosas entre a fratria, as quais estão incluídas no Centro de Referência, porém, que não receberam atendimento psicológico pela pesquisadora/psicóloga.

As famílias foram selecionadas a partir de prontuários e de indicações através de conversas informais com os profissionais, sendo o motivo do encaminhamento a ocorrência do envolvimento incestuoso entre os irmãos, crianças e/ou adolescentes⁶, que possuem uma convivência familiar desde a tenra idade.

Como critério, escolhemos famílias em que todos os membros estivessem em condições gerais de saúde, permitindo-lhes prestar informações verbais e para as quais todas as medidas protetivas ou legais, caso necessárias, tivessem sido previamente realizadas pela Instituição, quer dizer, encaminhamento da denúncia ao Conselho Tutelar, Ministério Público, entre outros, garantindo-se assim a proteção integral da família.

⁶ A definição de criança e adolescente tem como parâmetro o que foi preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90 (BRASIL, 1990).

3.4 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro de Referência da Assistência Social (CREAS), que oferece atendimento psicossocial às crianças e adolescentes vítimas de todas as formas de violência, bem como aos seus familiares, localizado em um município no interior do Estado do Paraná.

O serviço possui as devidas condições de infraestrutura exigidas para as entrevistas realizadas, sendo disponibilizada uma sala de atendimento própria para adultos, crianças ou adolescentes.

3.5 O Acesso às Informações

Após a escolha das famílias, foi realizado um contato inicial com os seus membros, por meio de profissionais que possuíam um maior vínculo com eles, expondo os objetivos da pesquisa e o convite.

Posteriormente, um novo contato e a aceitação de participação da pesquisa seu deu, entre todos os membros da família presentes e a pesquisadora. A pesquisadora explicou à família sobre a liberdade de decidir sobre a participação na pesquisa ou não, a recusa a falar sobre algum assunto e a manutenção do sigilo quanto a qualquer forma de identificação.

Para ter acesso a esses dados, foram utilizadas: a entrevista aberta com os responsáveis pelas crianças e/ou adolescentes, a aplicação da Entrevista Familiar Diagnóstica (EFD) com todos os membros, nos moldes propostos por Soifer (1989) e Souza (1995), com algumas adaptações voltadas para esta pesquisa. Também se realizaram entrevistas com os irmãos que mantiveram algum envolvimento sexual incestuoso entre si.

A entrevista aberta com os responsáveis foi escolhida como um recurso útil para que os entrevistados se expressassem com maior liberdade. Um roteiro contendo os assuntos a serem abordados foi utilizado apenas como um norteador, possibilitando que todos os entrevistados falassem sobre o mesmo assunto, favorecendo a etapa de análise dos dados. Portanto, objetivou-se que os

participantes expusessem assuntos do cotidiano, de sua história, daquilo que surgisse no momento.

Essa escolha é muito próxima do método usado nas pesquisas com o referencial psicanalítico, que atribui importância à escuta, ajudando a extrair mais informações de uma forma mais espontânea que um questionário fechado permitiria alcançar.

3.5.1 Roteiro Norteador para a Entrevista com os Responsáveis pelo Cuidado Parental

- 1- COMPOSIÇÃO FAMILIAR (genograma).
- 2- HISTÓRIA FAMILIAR (desde as gerações passadas, como os pais se conheceram, até o nascimento dos filhos. Verificar se há a ocorrência de outros casos de incesto, na família).
- 3- VIDA SOCIAL DA FAMÍLIA COMO UM TODO. (exemplo: como se relacionam, se saem, o que fazem nos feriados).
- 4- COMO DESCREVEM A COMUNICAÇÃO INTRAFAMILIAR (se falam sobre assuntos relativos à sexualidade, ou como é dada a educação sexual).
- 5- PRINCIPAIS CONFLITOS NA FAMÍLIA (exemplo: relação do casal, dos irmãos, como lidam com o conflito).
- 6- ATITUDES FRENTE À SITUAÇÃO DA RELAÇÃO INCESTUOSA ENTRE OS FILHOS.
- 7- ACERCA DO MOTIVO DO ENVOLVIMENTO SEXUAL ABUSIVO ENTRE OS FILHOS.
- 8- COMO LIDARAM COM O OCORRIDO (houve denúncia dos próprios pais, procura de ajuda, separação dos irmãos, ambiguidade dos sentimentos).

3.5.2 A Entrevista Familiar Diagnóstica

Compreendemos que a utilização da entrevista por si só não seria suficiente para atingir o nosso objeto de estudo, de modo que optamos pela aplicação, depois da entrevista com os responsáveis pelo cuidado parental, da *Entrevista Familiar*

Diagnóstica (EFD), nos moldes propostos por Soifer (1989) e Souza (1995), com algumas adaptações mais relevantes à nossa pesquisa.

Souza (1995), ao usar a Entrevista Familiar Diagnóstica, prioriza a observação de alguns aspectos familiares, dentre os quais destacamos: as relações familiares, dos pais entre si, dos pais com cada filho, dos filhos com cada pai, e dos irmãos entre si; a plasticidade dos vínculos familiares e a possibilidade de estabelecer relações com o psicólogo; como a família configura o espaço, o tempo, a comunicação; a resistência do grupo familiar a frustrações e situações de conflito, assim como a capacidade de **holding** dos pais, para conter as ansiedades dos filhos, a capacidade das crianças brincar simbolicamente, assim como de seus pais compreenderem suas mensagens pré-verbais.

Para a realização dessa entrevista, preparamos uma sala com os seguintes materiais:

- casa de madeira vazada, dividida em vários ambientes: sala de estar, cozinha, quartos, banheiro e área de lazer. As peças de mobílias (sofá, cama, mesa, fogão, entre outros...) também completavam a casa;
- bonecos anatômicos em tecido, com idades e gênero variáveis, podendo representar uma família;
- utensílios de cozinha;
- vários tipos de carrinhos de brinquedos;
- blocos de montar em tamanhos variados;
- jogos de memória, quebra-cabeças, jogo de damas;
- papéis e lápis de cor;

A sala disponibilizada para as entrevistas possuía um espaço suficiente para comportar todos os membros de uma família com as seguintes mobílias:

- uma mesa infantil com quatro cadeiras;
- uma mesa comum;
- as cadeiras eram disponibilizadas em função do número de pessoas da família.

Para todas as famílias entrevistadas, oferecemos o mesmo enquadre básico:

Trouxe este material para vocês utilizarem conforme vocês decidirem, com o objetivo de conhecê-los melhor. O tempo que vocês possuem é de 50 minutos, portanto, fiquem à vontade.

Para os membros da família, estabelecemos igualmente o critério de prosseguir com as entrevistas, mesmo na falta de algum integrante, considerando esse dado relevante para nossa pesquisa.

Durante as entrevistas, busquei agir como um observador participante e também registrei o seu desenvolvimento.

As entrevistas levaram a uma compreensão maior da estrutura familiar, dos relacionamentos entre os membros da família, da comunicação entre eles, concepções da sexualidade, vida social e, a partir delas, exploramos um pouco mais sobre aspectos relativos ao envolvimento incestuoso entre os irmãos, complementando-as com as entrevistas individuais com os membros da fratria.

3.6 Procedimentos

Utilizei como procedimento a seguinte estratégia:

- A identificação dos participantes da pesquisa foi realizada por meio da consulta aos prontuários e de conversas informais com os profissionais que trabalham na instituição.
- Foi feito um convite a todos os familiares (pais e filhos) para a participação na pesquisa mediada por um profissional que possuía um maior vínculo com eles, finalizando com a aplicação do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).
- Foi efetivada uma entrevista aberta, com um roteiro como norteador, com os genitores ou responsáveis pelos irmãos, totalizando quatro entrevistas.
- Em seguida, a Entrevista Familiar Diagnóstica (EFD) foi realizada, conforme exposto acima, para melhor compreensão da família, totalizando quatro entrevistas.
- Como complemento da Entrevista Familiar Diagnóstica, foram feitas Entrevistas individuais com a(s) criança(s) e/ou adolescente(s) encaminhada(s) para a Instituição pelo envolvimento incestuoso entre eles, em um total de dez entrevistas.
- Todas as entrevistas foram transcritas, organizadas de acordo com as informações de maior relevância e analisadas.

- Por último, foi elaborada a Análise do Material Colhido nas Entrevistas e Discussão.

4 AS ENTREVISTAS

Neste item, destacamos cada etapa das dezoito entrevistas realizadas e analisadas concomitantemente.

As entrevistas das quatro famílias estão apresentadas na seguinte ordem: entrevista com os pais ou responsáveis, entrevista familiar diagnóstica, entrevista individual com cada membro da fratria envolvida na relação incestuosa.

4.1 A História da Família Silva⁷

Por meio de consultas ao prontuário da instituição e de conversas informais com os profissionais responsáveis pelo caso, soube-se que a família Silva foi encaminhada após a denúncia de abuso sexual perpetrado por dois primos adolescentes contra um dos filhos, de nove anos, e pelo envolvimento incestuoso, entre a fratria, de três irmãos, do sexo masculino, sendo um de doze anos, outro de nove, e o caçula, de sete anos.

Foram três tentativas de agendamento para uma conversa informal com a família, com o objetivo de propor a participação na pesquisa. A primeira ocorreu por meio do contato telefônico com o genitor, o qual justificou que ele não poderia comparecer à entrevista devido à sua árdua jornada, mas anotou o meu recado para repassá-lo à sua esposa, que não estava no momento. Furneci-lhe o dia e o horário da primeira conversa, todavia a família não compareceu.

O segundo contato telefônico aconteceu novamente com o genitor, que me solicitou que agendasse pessoalmente com sua esposa e me repassou um novo número, alegando que eu teria que falar diretamente com ela sobre “essas consultas” (sic), demonstrando certo desinteresse de sua parte.

Um novo contato telefônico foi feito diretamente com a Senhora Maria⁸, a qual se dispôs a trazer os filhos para a entrevista, exceto o primogênito Lucas, que, segundo a mesma, estaria trabalhando e não poderia vir em nenhum dia agendado. Questionei acerca da possibilidade de seu marido comparecer, contudo ela me

⁷ Sobrenome fictício.

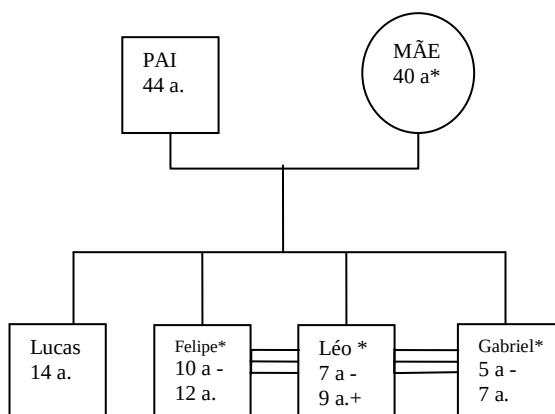
⁸ Nome fictício.

informou que ele estava trabalhando muito e que seria inviável aceitar o meu convite. Percebi que, diante de suas justificativas, a senhora Maria estava resistente quanto ao meu convite, oferecendo-me a possibilidade de entrevistar apenas três dos quatro filhos e sem a presença do genitor.

O primeiro contato com a família foi intermediada por outro profissional responsável pelo caso, quando apenas a mãe e três filhos compareceram e aceitaram participar da pesquisa.

Diante da mãe, dos filhos e do profissional, expliquei o objetivo da pesquisa e os procedimentos a serem adotados, em uma linguagem acessível também para as crianças, finalizando com a aplicação do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

4.1.1 Composição familiar



Legenda:

Relação Incestuosa: ═══

Vítima de abusos sexuais: *

Vítima de violência física: +

Idade da ocorrência do abuso: -

4.1.2 Relato da entrevista com a mãe

A Senhora Maria se ateuve à sua história de vida pessoal, às dificuldades vividas no relacionamento com sua mãe, à rejeição sofrida desde o nascimento, uma história marcada pela violência e, inclusive, por abusos sexuais:

Ela tinha me dado quando meu vô ficou sabendo que ela tava grávida, e ele mandou ela embora de casa. Ela era filha mais velha, então ele não aceitou e mandou ela embora, ela foi morar com o meu pai, com a família do meu pai. Então, eu fiquei sabendo que o meu pai bebia muito e ele judiava muito da minha mãe, ele era viúvo e tinha 2 ou 3 filhos. Daí quando foi para mim nascer, ela foi para Santa Casa, teve o parto de cesariana e aí teve uma complicação lá e... ela me deu para freira. Só que o meu avô ficou sabendo que eu tinha nascido e ele foi no hospital me buscar, daí a freira falou que ela tinha me dado, que ela ia me levar embora, daí meu avô falou que eu não era 'filho de cachorro nem de cadela para ficar dando', e, aí, ele me pegou, foi lá me registrou. E eu fiquei com eles, e eles foram meus pais, chamava de pai e de mãe, tudo. (sic)⁹

Ela viveu toda a sua infância sendo criada pelos avós maternos, tendo pouco contato com sua mãe e nenhum com o pai biológico, nem chegando a conhecê-lo. A transgressão de fronteiras geracionais foi um fator relevante a ser considerado, visto que o avô assumiu o lugar do pai, inclusive por meio de um registro de nascimento ilegal e o impedimento no estabelecimento de um vínculo com os verdadeiros pais.

As primeiras experiências da Senhora Maria, quanto à sexualidade, foram igualmente vivenciadas negativamente, isto é, desde a sua gestação, o fato da sua mãe ter sido expulsa de casa devido a uma gravidez precoce demonstra uma recusa da família e dos avós em lidar com essas questões.

O relacionamento com os avós (pais), por meio de seu relato, pareceu realçar dificuldades na transmissão do afeto, de sorte que a Senhora Maria era vista como uma “posse” deles.

Minha mãe, de cada ano em ano, aparecia em casa, ela vivia mais na casa de patroa, porque ela trabalhava de empregada, cada vez ela tava num canto, nisso, fui crescendo tudo, e uma vez ela foi em casa e queria sair comigo, mas, meu pai (avô) não deixou, porque ele disse que tinha medo dela me roubar.

⁹ Todas as falas foram transcritas de modo fiel, sem correções.

Após a morte dos avós, o modo como conheceu o seu atual marido, durante a sua juventude, através de cartas a emissoras de rádio, também enfatiza essas dificuldades em estabelecer relacionamentos afetivos e em lidar com aspectos da sexualidade.

Após o casamento, a Senhora Maria passou a residir com os sogros, enquanto o marido morava e trabalhava em outro município, até o seu primeiro filho completar pouco mais de um ano. Nesse período, ela vivenciou grandes conflitos familiares, uma vez que o sogro era alcoolista, agredia fisicamente a sogra, havendo um episódio em que o presenciou com uma faca, tentando agredir seu cunhado (que era adolescente, na época).

Apesar de ter consciência de todos os conflitos familiares envolvidos, o seu marido a deixou sozinha, aos cuidados de seus familiares. No entanto, a Senhora Maria decidiu mudar da casa dos sogros para perto do marido, a partir do momento em que o seu filho passou a ser vítima constante de violência física, perpetrada pelo tio paterno:

[...] meu outro cunhado catava fósforo e queimava o meu menino, acho que porque ele tinha alguma coisa contra o meu marido, que era irmão mais velho, e falava para ele, e ele não acatava, era adolescente, tinha uns 12 e 13 anos, ele fazia isso. Eu ia lá falar com ele e ele negava, daí não dava mais, minha sogra insistiu, mas eu falei que não aguentava mais, fomos embora...

Durante a entrevista, a Senhora Maria disse ainda ter sido vítima de abuso sexual perpetrado pelo sogro, quando, deitada na cama, ele teria “erguido” (sic) a sua roupa. Segundo o relato da mesma, o seu sogro é padrasto do marido e também já teria sido flagrado pela sogra abusando da enteada. Em seguida, relembrou outro episódio traumático em sua vida, de um abuso sexual extrafamiliar, oferecendo resistência em falar sobre esse acontecimento:

*Comigo já aconteceu quando eu era pequena, mas eu nunca contei nada para ninguém [...] Eu era criança, não me lembro direito, era uma pessoa fora da família, um adulto [...] Olha, antes, me marcava muito, mas, agora, Deus me libertou, está no passado e acabou. **Quanto mais você mexe na ferida mais machuca**¹⁰.*

¹⁰ [grifo meu]

Houve um reconhecimento, por parte da entrevistada, enquanto vítima de duas situações de abuso vivenciadas, nunca reveladas antes, de fatos que haviam permanecido em segredo e no “passado” (sic). Essas situações, agora reveladas, não foram aprofundadas, porque iriam além do meu objetivo de pesquisa e desrespeitaria o pedido da entrevistada de não “mexer na ferida” (sic).

A Senhora Maria, após a mudança de cidade, concebeu mais três filhos e, segundo o seu relato, todos os períodos de gravidez foram turbulentos: *“Dos quatro, a gravidez não foi, ah, é difícil explicar, não foi aquela gravidez calma, tranquila. Não sei explicar”* (sic).

A mãe não revelou exatamente quais os conflitos vivenciados no decorrer da gravidez dos seus quatro filhos, porém explicou apenas que vivenciou algumas *“discussões, conflitos emocionais e fragilidades”* (sic), no decorrer da sua segunda gravidez, que não teria sido planejada.

A mudança de cidade a afastou dos perigos reais vividos com o sogro acerca da situação de alcoolismo, abuso e violência perpetrada contra o seu filho pelo cunhado; entretanto, também favoreceu a ocorrência de novas situações traumáticas, de abusos sexuais praticados pelos primos contra um dos filhos, pois a Senhora Maria revelou que passou a morar de *“parede e meia”* (sic) com sua cunhada.

Portanto, sua subjetividade continuou a se configurar pelo incesto negado, mas presente: a cunhada, que também teria tido uma história marcada pela violência do padrasto (sogro da Senhora Maria), seja física, seja até sexual, compartilhava, agora, do mesmo espaço físico com a sua família.

Não se sabe ao certo qual a idade exata da ocorrência da primeira situação de abuso efetuada pelos primos contra o seu filho Léo; todavia a mãe relatou que presenciou o primeiro episódio havia dois anos, quando Léo tinha sete anos e os primos entre catorze e quinze anos.

A mãe contou como tomou conhecimento da situação de abuso sexual do filho, visto que chegara a flagrar o sobrinho. Sua única atitude tomada foi falar com a genitora deste:

Daí eu fui procurar onde o meu menino tava, e, chamei, e nada, daí na casa dela, chamei e encontrei ele sentado, na hora que ele me viu, ele ergueu a roupa correndo, e o primo falou alguma coisa no ouvido do meu menino, e daí eu perguntei para meu sobrinho, o que que era, ele não contou, e eu disse: “Olha,

vou contar para tua mãe”. E ele não contou, chamei a mãe dele, e ela deu uma bronca nele, e passou, ficou por isso mesmo.

Novas situações abusivas, com um outro primo, vieram ainda a ocorrer:

Daí um dia a gente viajou para a casa da sogra, e fomos tudo para o rio, e eu tava deitada e de repente a cunhada chama. E “o que é que foi?”, então ela contou que o meu outro sobrinho tava fazendo aquelas coisas com o meu filho, o de nove anos, e ele tava de quatro, e de calça arriada. Acho que ele não conseguiu fazer nada não, porque foi na hora que ela chamou. Na hora, minha sogra começou a meter a boca, a brigar e tal, aí eu fui e falei “O que é que foi?” e ela então falou para mim...

Nem a mãe nem a cunhada, portanto, demonstraram condições emocionais em lidar com a situação e, em nenhum momento, mantiveram um diálogo adequado com os filhos sobre o que acontecera, ou seja, havia apenas incômodo em “ver” a situação ocorrendo, quer dizer, o “não ver” significava o mesmo que “não existir”, como um pensamento primitivo de criança, revelando a dificuldade de ambas em enfrentar a angústia.

A Senhora Maria evitava também ouvir o filho e agia por meio de uma atitude bastante ameaçadora:

“Então você não vai contar para mim, nós vamos lá para a Delegacia e o delegado vai fazer você falar, eu não tô te batendo, não tô te judiando”. Daí ele me disse “Ah, ele fez isso, isso e aquilo comigo”.

Assim, mesmo após a revelação feita pelo filho, novas situações tornaram a acontecer. Observei também que a mãe não identificava os possíveis sinais que indicassem um novo abuso:

*Quando foi um dia, eu estava estendendo a roupa e meus dois filhos estavam sentados assistindo televisão, e chegou aquele meu sobrinho que morava de parede e meia, perguntando pelo mais velho, e eu disse que ele não estava, e então **eu nem me toquei**, terminei de estender a roupa e fui para dentro, quando cheguei só tava o mais novo assistindo televisão, e peguei e chamei ele e não respondeu, na hora que eu tava voltando para colocar a bacia, veio o meu menino todo desconfiado, e falei para ele “Você não tem jeito mesmo, eu falo com você e você não me escuta mesmo”, “O que que você tava fazendo?”, ele respondeu “Eu não tava fazendo nada”, mas, você já sabia que ele estava fazendo alguma coisa.*

A negação da realidade, a não colocação de limites, a proteção e até mesmo uma atitude inconsciente de favorecimento do abuso (ambiguidade) foram evidenciadas, durante toda a entrevista.

O genitor, a partir do relato da esposa, ora demonstrava estar alheio a essa situação, deixando toda a responsabilidade do cuidado dos filhos para a mãe, ora apresentava atitudes ameaçadoras para a resolução desse problema:

“Oh, não quero nem saber! Porque você deixa a vontade, você não cuida, e você tá vendo e, não vem falar na minha cabeça não porque se eu perder a cabeça não sei o que é que eu faço”.

Provavelmente, com essa atitude, somada a sua ausência, durante a entrevista, isto é, ao seu não comparecimento, o pai pode indicar que essas questões relativas aos filhos não é o seu papel, na família, porém é somente o da esposa. No momento em que foi necessária a sua intervenção, apelou para uma atitude despótica, como tentativa de impor limites:

Daí o meu esposo pegou, catou um fio e bateu no meu menino. Daí eu falei “Meu filho não é assim, você não pode fazer isso!”, só que eu não conseguia explicar para ele entendeu?. Daí começou de novo: “É porque você não cuida, que não sei o quê”.

A partir do relato da Senhora Maria, o marido foi referido como uma figura extremamente violenta, ainda que ela tentasse amenizar a situação, justificando a atitude do pai contra o filho e atribuindo a este último toda a responsabilidade pelo abuso sofrido; na verdade, permanecia em uma postura totalmente submissa e passiva, diante do companheiro.

Sobre o envolvimento incestuoso entre os seus filhos, ela declara:

Envolveu outros meninos também, só o meu mais velho que não [...] Aí o meu menino (de nove anos) que aconteceu essas coisas todas com ele, foi fazer com o meu filho menor, que hoje tem sete anos. Eu escutava às vezes eles falando bem baixinho e dizendo “Ah, a mãe vai ver, a mãe vai ver”. Era durante o dia e à noite também e, aí, eu fui no posto de saúde, e contei tudo, e eles me encaminharam para o Conselho Tutelar.

A minha impressão inicial foi de que a Senhora Maria tomou a decisão de pedir ajuda às autoridades, a partir do momento em que se incomodou com o envolvimento incestuoso entre a fratria, todavia, ao ser questionada se ela mesma

havia tomado atitude de denunciar, replicou: *“Não, não fui eu que denunciei, foi o posto, aí eu falei na escola também. A orientadora me chamou e eu contei”* (sic).

Por conseguinte, constatei que, sem ajuda de outra pessoa, que a fizesse ver ou ouvir e não negar o problema, provavelmente a Senhora Maria continuaria perpetuando as cisões, negando ou rejeitando a realidade, em uma atitude defensiva.

A respeito do motivo do envolvimento incestuoso entre a fratria, a genitora justificou: *“Porque descobriu o prazer antes, a infância sumiu, entendeu? Porque, se você não sabe, não conhece aquilo, você não vai procurar aquilo, entendeu?”* (sic).

Nessa perspectiva, conforme o relato da mãe, o fato do seu filho ter tido um envolvimento sexual com os primos, culminou com a “descoberta do prazer” ligado à genitalidade e à perda de uma espécie de “inocência” infantil. Em nenhum momento, a mãe pareceu acreditar que o filho fosse vítima dos primos, mas, do seu ponto de vista, houve uma relação não abusiva, de troca sexual, existindo um consentimento entre eles.

Paradoxalmente, os envolvimentos com os primos e com os irmãos foram vivenciados com muita culpa pela genitora, como se ela pudesse e tivesse a função de evitar que isso ocorresse, ao mesmo tempo em que posicionou passivamente diante da situação, sendo mesmo permissiva, em alguns momentos.

[...] porque se eu tivesse tido mais cuidado, sendo assim... mais protetora, porque a função da mãe é ser protetora, e não só protetora, mas, amiga, companheira, auxiliadora, não teria acontecido tudo isso, depois todo mundo começou a falar que eu era a culpada, porque eu deixava à vontade e deixava mesmo [...] Ah, se eu tivesse tomado mais cuidado, tivesse meus olhos mais abertos, e se na minha infância eu tivesse tido uma orientação, uma conversa, acho que seria diferente.

Nessa fala, a mãe parece mostrar uma maior consciência sobre a gravidade da situação e do seu papel de proteção relacionando à falta de tudo isso em sua história de vida. Ou seja, como ela poderia dar aos filhos aquilo que não teve?

Durante a entrevista, percebi também que a mãe exibia grande dificuldade e inibição em pronunciar algumas palavras, como abuso, sexo, envolvimento ou relacionamento sexual, sempre usando palavras como “isto”, “aquilo”, “quando aconteceu aquilo”, “em relação ao... que você vai me perguntar”, não revelando

detalhes também sobre o que havia presenciado entre os irmãos ou os primos com um dos filhos.

Tal característica acentua algumas atitudes rígidas e puritanas, em relação à sexualidade, como algo sujo, proibido, um tabu. A própria mãe deixou claro que possui algumas dificuldades em relação a conversar com os filhos aspectos relativos à sexualidade: *“Olha, muito difícil, antes eu não conversava muito com meus filhos, em relação a.... ao que você vai perguntar (risos)...”* (sic).

Sobre a convivência familiar, a vida social e a comunicação intrafamiliar, a mãe teve um discurso sucinto, dando-me a impressão de que a família não se relaciona socialmente com pessoas de fora, sendo fechada em si mesma. A Senhora Maria também demonstrou grande rigidez quanto à sua religiosidade, afirmando ser evangélica e frequentar a igreja assiduamente, atitudes que foram percebidas, especificamente, ao evitar verbalizar sobre aspectos da sexualidade.

4.1.3 A Entrevista Familiar Diagnóstica

A genitora compareceu apenas com os três filhos e todos foram conduzidos para a sala de atendimento, contendo os materiais propostos na metodologia e cadeiras em número suficiente para todos, formando um círculo.

Iniciei perguntando para a mãe se o marido e o filho mais velho não se interessaram em comparecer a esse momento da entrevista, e ela apenas me contou, um pouco constrangida, que o marido estaria “andando pela cidade”, enquanto esperava que ela e os filhos fossem atendidos. Ela não justificou a ausência do outro filho.

Realizei uma breve apresentação, enfatizando que todos poderiam utilizar os materiais dispostos na sala, conforme decidissem, e que o meu objetivo era conhecê-los um pouco mais.

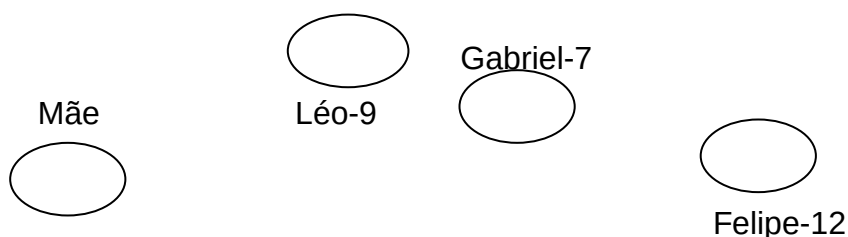
A criança de nove anos, chamada Léo¹¹, e o irmão mais novo, Gabriel¹² sentaram-se bem próximos e, no chão, esparramaram os lápis de cor e papel, passando a desenhar.

¹¹ Nome fictício.

¹² Nome fictício.

Enquanto isso, Felipe¹³, o irmão de 12 anos, sentou-se na cadeira, em um canto da sala, e começou igualmente a desenhar, pegando certa quantidade de lápis e papel para si, enquanto os outros irmãos dividiam os materiais entre eles.

A genitora sentou-se na cadeira, ficando bem distante de todos os filhos, de onde apenas os observava, não interagindo com eles.



Léo apresentou-se uma criança extremamente agitada, sendo por várias vezes repreendido pela mãe, que não interagiu ludicamente com os filhos, mas permaneceu sentada, observando e tentando dar limites ao mesmo.

Notei que os dois irmãos, Léo e Gabriel, falavam muito alto, chegando a gritar, durante a entrevista, ao passo que Léo parecia muito agressivo, ameaçando bater no irmão mais novo, porque este queria o seu lápis de cor.

A mãe, da mesma forma, gritou por diversas vezes com Léo, com orientações de que este tirasse o lápis da boca, parasse de “tontice” (sic), enquanto ele tentava apenas chamar a sua atenção, principalmente quando ela fazia isso ao mais novo, como ocorreu com o desenhar:

Léo desenha um coração e diz:

- Faz um coração deste...

- Ah, não tô conseguindo fazer! (diz Gabriel)

Mãe apenas verbaliza:

- Dá aí que eu faço para você, Gabriel.

- Ah, mãe... não precisa... (criança se nega)

Léo se irrita com a atitude da mãe e diz, gritando:

- Ah, eu não sei desenhar!!! (E imita o choro de uma criança)

Mãe permanece imóvel na cadeira e pede para Léo parar.

- Hum! Que nervo! (Léo verbaliza)

Em seguida, passa a imitar o choro de um cachorro.

- Não tô achando graça nenhuma, Léo, para de tontice! (mãe)

¹³ Nome fictício.

Léo, que até o momento não havia se dirigido a mim, passou a tentar chamar a minha atenção, perguntando se eu sabia fazer um envelope. Antes de minha resposta, Gabriel se dirigiu até a mãe e solicitou que ela fizesse o mesmo para ele, enquanto Léo, muito mais irritado com a atenção requerida, recebida da mãe pelo irmão, reclama verbalmente e, naturalmente, desvia sua atenção de mim, passando a brincar com o irmão.

Nesse momento, constatei que Léo detinha um lugar de poder dentro da família, determinando algumas posições e funções dentro dela.

A mãe, que já permanecia distante dos filhos, mantendo apenas uma atitude repressora, plena de impaciência e desinteresse, em certo momento recolheu a sua cadeira até uma mesa distante, sentando-se de costas para os filhos.

Felipe, o irmão mais velho, ficou todo o tempo desenhando, sentado ao chão e utilizando a cadeira como mesa, até que o irmão menor chamou-lhe a atenção, dizendo que iria imitar o seu desenho, irritando-o. Percebendo sua irritação, os irmãos se unem para debochar, referindo-se a ele como “*Kiko*” (sic), ou seja, uma personagem do seriado “Chaves”, apresentado pela emissora SBT que, sempre quando contrariado ou quando é enganado, recorre à mãe para defendê-lo.

Verifiquei que, no relacionamento entre a fratria, Léo e Gabriel, se comportavam como um “duplo” ou um “clã”, isto é, exercendo uma função fusionante, de indiferenciação um com o outro (DERBY, 2000).

Felipe permaneceu calado e demonstrou, apesar de ser o mais velho, uma posição de submissão em relação aos irmãos. Após o deboche, convidou Léo a jogar, com os lápis de cor, uma espécie de jogo “pega varetas”. Felipe recebeu como resposta do irmão um “*depois*” (sic) e principiou a brincar sozinho, por um período de tempo. Quando Léo aceitou brincar com o irmão, demonstrou ter vantagens no jogo, não respeitando as regras, mas impondo a sua vontade. Por várias vezes, Felipe se irritou com o irmão, porém suportou a situação, por certo tempo, até que o jogo se encerrasse: “*Vamos brincar de carrinho que é melhor*” – determinou Léo.

Muito insatisfeito, Felipe tentou convencer o irmão mais novo e também recebeu um “*depois*” (sic) como resposta. Optando por não insistir mais, passou a brincar sozinho, novamente.

A mãe se conservou de costas, durante todo esse momento, virando-se apenas para chamar a atenção de Léo ou Gabriel, por discutirem ou falarem muito alto.

Isso me despertou vários sentimentos contratransferenciais, pois ela se recusava a dar atenção aos seus filhos. Por algumas vezes, vi-me representando o papel de uma mãe, colocando limites e interagindo afetivamente com essas crianças, por meio da brincadeira que elas criavam.

Léo e Gabriel brincaram de carrinho, com grande agressividade e certa falta de limite, até o momento em que esbarraram na cadeira em que eu estava sentada, de forma que acabei impondo-lhes o limite. A partir da minha atitude, Léo e Gabriel, acostumados com a minha presença, passaram a solicitar-me atenção. Mostraram-me os carrinhos, que possuíam diferentes qualidades, como o de Léo, feito de ouro, ou o de Gabriel, que dava choque.

A certa altura, Gabriel exclamou: *“Coitada da minha mamãe, ela tá chorando...”* (sic). Com isso, iniciei um diálogo para descobrir o motivo de seu relato e, de certa maneira, para chamar a atenção da mãe, que despertou em mim alguns sentimentos contratransferenciais, por permanecer na mesma postura, de costas para os filhos. A mãe respondeu rispidamente: *“Larga de ser bobo, Gabriel!”* (sic).

Continuei o diálogo com Gabriel, perguntando acerca do motivo do choro, ao que Léo respondeu: *“Porque sim”* (sic). Devolvi a pergunta para Léo, questionando-o sobre o que seria o choro do *“porque sim”*, e Léo terminou o diálogo comigo com uma única resposta: *“A gente chora de saudade”* (sic).

Compreendi essa situação como uma atribuição, à mãe, daquilo que é dele mesmo, pois ambos sentiam a falta desta presença materna, que não era muito disponível para eles. Descobri que, aos poucos, as crianças passaram a interagir mais comigo, inclusive pela atenção que ofereci, durante o diálogo.

Dessa vez, Léo passou a brincar comigo, representando um restaurante em que ele é o cozinheiro e o irmão Gabriel, o garçom. Léo me presenteou com um banquete: *“Arroz, feijão e omelete”* (sic).

Observei que Léo encontrara em mim uma figura mais responsiva e, em uma atitude de identificar-se com a mãe, que seria a figura provedora, mostrou-me o que muitas vezes ocorre em sua família, quer dizer, a inversão de papéis e funções em que ele é o que alimenta o que é frágil.

Esse momento da entrevista foi de grande valor terapêutico, visto que Léo começou a me revelar o que o seu falso **self** mascara (com algumas atitudes antissociais, de agressividade, de transgredir limites), ou seja, ao demonstrar ter

encontrado em mim uma pessoa de confiança, agia de modo diferente, indicando o seu verdadeiro potencial, de compartilhar, de dividir, de assumir papéis diferentes.

A mãe, que todo esse tempo se conservava de costas, virou-se e disse, em uma postura enciumada e infantil: “*É, pra mim você não deu, né?*” (sic), enquanto Léo, parecendo gostar da atenção fornecida pela mãe, riu-se e passou a cozinhar também para ela.

Felipe, que permanecia quieto, brincando sozinho, tenta chamar a minha atenção, perguntando quantos anos eu achava que ele tinha e, após minha resposta, era bruscamente interrompido por Léo, o qual não gostara de sua intromissão na brincadeira, por desviar a atenção recebida.

A mãe quis brincar com os filhos, oferecendo um pouco mais de atenção ao menino e perguntando, ainda que em uma postura um pouco agressiva: “*Cadê a minha comida?*” (sic). Ao oferecer o prato para a mãe e para mim, Léo é surpreendido com risadas dela, quando ele me respondia que fizera “*batata com maçã de sobremesa*” (sic).

Conforme Soifer (1989, p. 32), as funções que os genitores desempenham dependem, entre outras, da “possibilidade de entrar em regressão parcial ou inconsciente, regressão que vai ser maior ou menor conforme a flexibilidade de sua personalidade e a rigidez ou permeabilidade da repressão de suas vivências infantis”. Nesse momento, observei uma mãe com dificuldades de brincar, de entrar em regressão, para relacionar-se com o filho, através de uma maneira lúdica, não sendo transicional.

Logo em seguida, Léo teve uma atitude agressiva com o irmão Felipe, roubando-lhe o carrinho das mãos, até que acontece uma briga entre ambos; eu acabei perguntando o que havia ocorrido entre eles, iniciando um intenso diálogo. Durante o relato dos irmãos, ficou explícita a rivalidade e ciúmes entre Felipe e Léo. Léo afirmou várias vezes que odeia o irmão e que bate nele, chegando a lhe “tacar” tijolo.

Felipe, na fratria, revelou ser aquele que busca atenção dos pais e da família, sendo o “bonzinho”, ou seja, normalmente não oferecendo problemas na escola assim como os irmãos, não reagindo de um jeito tão agressivo, além de dividir todas as suas coisas com os outros irmãos. Por outro lado, pareceu ser uma pessoa frágil, assumindo uma postura de vítima das agressões sofridas pelos irmãos. A mãe tendia igualmente a considerá-lo como diferente da fratria, porque “às vezes *ele não*

dá de volta, entendeu? Daí o irmão fala que, se ele deixa ficar batendo, fica pior do que mulher” (sic).

No decorrer da conversa, Léo revelou sentir que é o menos amado pela família, o motivo de muitos conflitos dentro dela, com grande sentimento de inferioridade *“É, minha mãe só dá mais pra ele (Gabriel) do que para mim! Mãe, você não gosta de mim, não, porque eu peço as coisas, você não me dá e ainda me bate!” (sic).*

E a mãe, como não é sensível ao pedido de ajuda e afeto do filho, confirmou praticamente que Léo, muitas vezes, se torna o bode expiatório da família: *“Porque você não obedece!” (sic).* A entrevista se encerrou, quando a mãe confirmou que o filho sempre reclamava para ela sobre a diferença entre o cuidado com ele e com outros irmãos.

Com essa entrevista, por ser a primeira família abordada por mim, percebi que ficara um pouco insegura com a situação de entrevista e pesquisa diversa de um atendimento, concluindo que poderia ter interagido um pouco mais com a família, perguntando-lhe, inclusive, sobre o motivo de terem sido encaminhados à instituição, o que me daria abertura para ouvi-los sobre o envolvimento incestuoso entre a fratria, como aconteceu com as entrevistas posteriores.

Portanto, ao longo da aplicação das entrevistas, os procedimentos metodológicos foram tomando uma forma mais padronizada, facilitando o alcance do meu objetivo.

4.1.4 A entrevista com Léo

Como proposta inicial desta pesquisa, busquei notar, ao longo da entrevista, alguns aspectos que me indicassem algo a mais sobre o envolvimento incestuoso entre os irmãos.

Após a Entrevista Familiar Diagnóstica, tive uma conversa individual com Léo, visto que a relação transferencial já havia se estabelecido, permitindo que eu abordasse alguns aspectos particulares com ele. Fiz uma breve entrevista com a criança, disponibilizando todos os materiais expostos na Entrevista Familiar.

Iniciei relatando ter percebido que, durante a entrevista anterior, a criança demonstrara sentir-se pouco amada pela mãe, questionando sobre o que ele pensava a esse respeito.

Léo me respondeu com uma pergunta: *“Você sabe por que eu tenho esse negócio (cicatriz) na testa? Eu caí da cama do hospital, e a mãe não contou nada para a médica! Eu chorei um monte!”* (sic).

Indaguei quando isso ocorreu; a criança retrucou que foi logo que ele nascera, conforme sua mãe lhe havia contado. Percebi grande sentimento de rejeição descrito por meio das atitudes de negligência da mãe, além de relacionar esse fato a todos os abusos sexuais sofridos, ou seja, a mãe não tomou providências a seu favor, causando-lhe um sofrimento ainda maior.

Aos poucos, perguntei para a criança se sabia o motivo do seu encaminhamento; revelou, com grande tristeza, o fato de ter sido vítima de abuso perpetrado por dois primos adolescentes, apesar de não se lembrar de quando ou como isso teria começado, *“porque eles mexeram comigo”* (sic).

Quando quis saber se havia acontecido mais alguma coisa, ele me disse: *“Porque fiz isso com o Felipe”* (sic), expressando, no seu olhar, intensa culpa, o que pode ter sido compreendido como uma atitude abusiva.

Durante a entrevista, Léo não declarou ter feito “isso” com o irmão Gabriel e, quando questionei se o “mexer” também havia ocorrido com mais algum irmão, ele me negou.

Léo também me confidenciou compreender que quem teria maior problema na família era ele, *“[...] porque bato nos meus irmãos”* (sic).

Durante essa entrevista, percebi o pedido de ajuda da criança por uma mãe que tomasse providências acerca das situações de abuso vivenciadas por ele, as quais lhe foram negadas até o momento em que isso passou a acontecer, dentro do próprio núcleo familiar, entre os membros da fratria.

A criança não encontrou, na mãe, uma pessoa de confiança. Ferenczi (1932/1992, p. 103) salienta que, nessas ocasiões, as relações com a mãe não são “suficientemente íntimas para que a criança possa encontrar uma ajuda junto dela”.

O autor descreve algumas consequências da situação abusiva, para a criança: o primeiro movimento seria a recusa, o ódio, a repulsa, uma resistência violenta; posteriormente, a identificação com o agressor, pois ela ainda não possui uma estruturação física ou psíquica para reagir contra a força e a autoridade de um adulto (ou, neste caso, de um primo mais velho), originando um estado confusional que a faz submeter-se à vontade do outro.

Portanto, Léo vivenciou situações traumáticas com a experiência do abuso e também com a sua revelação (não acolhida). Podemos pensar que sua atitude de relacionar-se incestuosamente com os irmãos pode ter constituído o estado confusional que o levou a agir da mesma maneira, de forma abusiva, repetindo o abuso sofrido contra outras crianças, no caso, os irmãos.

Ferenczi (1932/1992) enfatiza que, por identificação, a criança introjeta o agressor, o qual desaparece enquanto realidade exterior e se torna componente intrapsíquico. O sentimento de culpa advindo do autor do abuso também é introjetado pela criança, que vive o episódio de modo confuso e se sente ao mesmo tempo inocente e culpada pelo que ocorreu. O sentimento de culpa expresso por Léo, em sua fala – “*Por que fiz isso com o Felipe*¹⁴” (sic), mostrou igualmente essas características.

A maneira como Léo vivenciou a experiência do abuso, além da falta de uma estrutura familiar que propiciasse o sentimento de confiança e fidedignidade, proporcionando-lhe um **holding**, prejudicaram-no na elaboração dessa vivência traumática.

4.1.5 A entrevista com Felipe

Uma nova entrevista foi agendada com os outros membros da fratria, portanto, solicitei que a genitora comparecesse apenas com seus dois filhos (Felipe e Gabriel) em um próximo agendamento, justificando que eu estaria complementando o meu trabalho. A mãe colocou-me algumas dificuldades, por estar residindo em outro município, perguntando-me quanto tempo mais eu levaria. Revelei que seria mais uma única vez – e ela aceitou o meu convite.

A genitora compareceu no dia e horário agendados, trazendo seus três filhos. Informei-lhe que eu entrevistaria apenas os irmãos Felipe e Gabriel explicando para Léo que, naquele momento, eu ouviria apenas os seus irmãos, lembrando-o que eu já teria realizado uma entrevista individual com ele. Léo mostrou-se inicialmente indignado, entretanto, concordou em permanecer na sala de espera.

Iniciei a entrevista com Felipe, dizendo que eu estaria passando um momento para conversar individualmente com ele, o qual apenas observava o ambiente em

¹⁴ Nome fictício.

que estava: *“Da última vez que eu vim não tinha este jogo. Vamo brincá com ele?”* (sic).

Felipe estava atento a todas as modificações ocorridas na sala de atendimento, desde a última vez em que estivera comigo, achando um novo jogo em cima de minha mesa (“UNO”), que iniciamos a jogar e a conversar.

- *Lembra da última vez que você veio para cá? (pergunta)*
- *Huum. (Felipe)*
- *Eu disse para vocês que vocês podiam brincar do que quiserem e vocês ficaram brincando por um tempo. Mas, a gente não teve muito tempo para conversar, né?...E eu queria conversar com um pouco mais só com você, para te conhecer mais. (digo)*
- *[...] Ocê começa! (Felipe)*
- *Então tá! (respondo)*

Comecei o jogo e a conversa também, compreendendo que o adolescente havia me autorizado.

Ao questionar se Felipe sabia o motivo de ter sido encaminhado à instituição, ele replicou: *“Por causa do que aconteceu com meu primo. Quando eu tomava banho, ele fazia besteira comigo”* (sic).

Dessa forma, constatei que Léo não teria sido a única vítima de abuso, conforme fora relatado pela genitora.

- *Que tipo de besteira? (pergunta)*
- *Aquelas coisas. (Felipe)*
- *Me dá um exemplo. (digo)*
- *Ele falava assim: “Felipe, deixa eu entrar no banheiro que eu quero fazer xixi!”. Daí eu deixei, mas não era xixi, era aquelas coisas que ele fazia. (Felipe)*

Percebeu-se o adolescente um pouco resistente em descrever mais detalhes.

- *E quantas vezes isso aconteceu? (pergunta)*
- *Só daquela vez. (Felipe)*
- *Quantos anos seu primo tinha? (pergunta)*
- *Acho que quinze. (Felipe)*
- *Você sabe se seu primo fez isso com mais alguém? (pergunta)*
- *Com o Léo. (Felipe)*

Felipe parece ter tido a confiança em mim, para me relatar novas situações de abuso que não haviam sido contadas por nenhum outro membro da família, até o momento. Ao questionar se os pais sabiam o que havia ocorrido com ele, respondeu:

- Um dia, ela pegou e falou assim: “Que que o Juca¹⁵ fez com ocê?”. Daí eu disse: “Não vou falar, senão a senhora vai me bater”. Depois eu falei “Ô, mãe! o Juca fez isso, isso e isso!” (Felipe)
- E a sua mãe te bateu? (pergunta)
- Não. Ela pegou e procurou a tia do posto. (Felipe)

Portanto, novos segredos foram sendo revelados, ao longo dessa entrevista.

- E sobre o Léo, o que você sabe que aconteceu com ele? (pergunta)
- Ele gosta de passar a mão nas coxas dos outros. (Felipe)
- Ele já fez alguma coisa com você? (pergunta)
- Quando eu tava dormindo, ele arrancava a roupa e fazia comigo do jeito que o Juca fazia. (Felipe)
- E o que ele fazia? (pergunta)
- Colocava o pipi na minha bunda e eu não acordava, pensava que tava sonhando. (Felipe)
- E você acha que já aconteceu com outros irmãos também? (pergunta)
- O Gabriel é esperto, ele acorda quando faz isso com ele. Ele pegava e brigava com o Léo. (Felipe)
- O Léo já te ameaçou? (pergunta)
- Ele pegava e falava “Cê tira a roupa, senão eu te bato”. Quando eu tava sozinho, ele fazia, ele mandava, e eu pegava um pedaço de pau, “Cê não ficar quieto, eu pego meus colegas da escola para te bater”. (Felipe)
- Você pegava um pedaço de pau para se defender? (pergunta)
- É. (Felipe)

Nesse diálogo, observei que Felipe, assim como demonstrou na primeira entrevista, aparentava grande fragilidade, o que provavelmente, mesmo sendo mais velho que Léo, fez com que fosse vítima de abuso pelo irmão, assim como foi pelo primo.

Léo, a partir do relato do irmão, mostra um encaminhamento perverso de identificação com o agressor (FERENCZI, 1932/1992), enquanto Felipe segue um encaminhamento melancólico, tornando-se um adolescente passivo, que não consegue se defender de novos abusos, mantendo-se na posição de vítima em todos os contextos, repetindo a vivência traumática.

Com a abertura dada por Felipe, pude explorar um pouco mais sobre o relacionamento familiar com outros membros da família, como o irmão mais velho e o pai:

- E o seu irmão mais velho? (pergunta)
- Ele é o mais legal. Ele é quietinho, comportado e legal. Ele tem o play dele, ele deixa jogar. (Felipe)

¹⁵ Nome fictício.

- E tem alguém chato? (pergunta)
- O Gabriel, porque não dá nada para os outros. (Felipe)
- E o Léo? (pergunta)
- É mais ou menos. O Léo não brinca direito. (Felipe)
- Como é o seu pai? (pergunta)
- Meu pai é legal, porque sempre dá as coisas pra mim, ele fala “Todas as coisas que eu peço para o Felipe ele faz”. (Felipe)
- Tem alguma coisa que você não gosta nele? (pergunta)
- Meu pai podia ser menos briguento, ele é um pouco nervoso. (Felipe)
- Nervoso como? (pergunta)
- Ah, nervoso, bravo. (Felipe)
- E a sua mãe? (pergunta)
- Você viu o meu ouvido? Está infeccionado e a minha mãe pediu para Deus me sarar. Aí parou, mas infeccionou de novo e depois piorou. Minha tia que pingava os remédios no ouvido. (Felipe)
- A sua mãe não te levou no médico? (pergunta)
- Não é isso, primeiro ela orou e depois que infeccionou de novo, a minha tia que começou a pingar os remédios... A minha mãe faz comida gostosa, muita coisa gostosa, ela falou que ia fazer um bolo para mim. (Felipe)

Felipe parece se identificar mais com o irmão mais velho, o único que foi totalmente elogiado por ele

Notei que, assim como Léo, Felipe trouxe uma história de negligência da mãe, configurando seu pedido de ajuda por uma mãe que tomasse providências mais eficazes e com maior rapidez, assim como nas constantes situações abusivas vivenciadas por ele.

Felipe, diferentemente de Léo, alterna entre o seu pedido de providências à mãe e sua atitude de “aceitação” da forma como está e como ela é, dando-me a impressão de que isso está mais ligado à sua carência afetiva e ao medo da perda, quer dizer, mesmo na falta de uma mãe que desempenhe adequadamente sua função de proteção e cuidado, ela é aquela que o alimenta, de quem ele depende.

4.1.6 A entrevista com Gabriel

Gabriel apresentou-se uma criança muito comunicativa, contou-me várias situações da família e, sem que eu perguntasse, confidenciou-me uma nova situação de abuso:

- Ô tia, eu vou contar um negócio pra você, mas você não pode contar pra ninguém: esses dias atrás, o Lino¹⁶ tava baixando as calças do Léo lá em casa. (fala baixo.
- E quem é Lino?(pergunta)
- É um moleque que tava lá em casa! (Gabriel)
- É primo? (pergunta)
- Não! (Gabriel)

Gabriel me contou que Lino era uma criança de aproximadamente nove anos, que passou um período em sua casa sob os cuidados de sua mãe (em troca de uma mensalidade). Pelo relato da criança, percebi que Lino era um garoto que fora abandonado pela mãe quando pequeno e ficava na casa de Gabriel, enquanto o seu pai trabalhava muito. Lino era agressivo, falava palavrões e provocava todos os seus irmãos, chegando a ameaçar e abusar sexualmente de Léo e do próprio Gabriel.

- Eu tava fazendo de conta que eu tava fazendo xixi, assim, e oia lá, quando eu olhei: “Te peguei no fraga, né, Lino?” (Gabriel)
- “O que que foi? Se você contar pra sua mãe, eu vou te matar” (Gabriel reproduz a fala de Lino)
- Daí o Léo falou assim: “Seu viado!”, e o Lino falou assim: “Não me xinga de viado, não, hein!”. (Gabriel)

Segundo Gabriel, a situação foi revelada para a mãe, que não tomou nenhuma providência eficaz: “[...] daí minha mãe pegou e contei tudinho pra minha mãe daí minha mãe foi lá e brigou com o Lino, e o Lino levou bronca” (sic).

Gabriel mostrou dificuldade em contar que também fora vítima de Lino, e só confirmou a situação após abordar o envolvimento incestuoso com o irmão.

- [...] E quando ele (Léo) fez isso (abuso), ele mandou você ficar quietinho e não contar pra ninguém? (pergunta)
- Ele não, mas, o Lino sim! (Gabriel)
- Quem? O mesmo que abaixou as calças do Léo? (pergunta)
- Ui! Fala baixo! (Gabriel)
- Então ele também fez isso com você?(pergunta)
- Huhum (Gabriel)

Tentei organizar os relatos de Gabriel cronologicamente, para compreender mais claramente as várias histórias de abusos que foram sendo revelados, ao longo da entrevista.

- [...] mas, como é? Deixa eu entender? A mamãe cuidou do Lino antes do Léo fazer isso com você?(pergunta)

¹⁶ Nome fictício.

(concorda)

- O Lino fez isso com você primeiro? (pergunta)
- Não, o Lino fez em segundo! (Gabriel)
- Teve mais alguém sem ser o Lino e o Léo? (pergunta)
- Não! Foi só o Lino e o Léo. (Gabriel)

Inicialmente, Gabriel omitiu outras situações abusivas, porém, ao questioná-lo diretamente se algum primo havia abusado dele, disse, de maneira evasiva: *“Ele ia tentar fazer comigo, mas, não conseguiu fazer, porque ele descobriu que era meu primo!”* (sic)

Assim, Gabriel revelou três situações abusivas, respectivamente: abuso sexual perpetrado por um primo adolescente (o mesmo que abusou de Léo e Felipe), abuso praticado por Lino e o envolvimento incestuoso com o irmão. Notei que este último envolvimento foi relatado com certo consentimento pela criança, diferenciando-o dos demais.

- E o Léo? Parou de “abaixar as suas calças” também? (pergunta)
- Parou, que minha mãe descobriu. (Gabriel)
- O que ela descobriu? (pergunta)
- Que o Léo ficava abaixando as minhas calças! (Gabriel)
- O Léo tentou fazer algumas coisas, é verdade? (pergunta)
- Sim. (Gabriel)
- E o que ele tentou fazer? (pergunta)
- Aquele negócio que você falou! (Gabriel)
- O quê? (pergunta)
- Não pode contar alto! (Gabriel)
- Ah, não pode contar alto? (pergunta)
- (Se aproxima do meu ouvido e diz: “Besteira!”)
- E ele fez isso mesmo? (pergunta)
- Aham! Pois é, pois é, pois é! (fala com indiferença, em tom de brincadeira)
- E foi só uma vez? (pergunta)
- Só uma... Na verdade, vou falar a verdade, duas vezes. (Gabriel)

Gabriel mencionou esses episódios com o irmão, aparentando certa indiferença, como se fosse algo natural, uma brincadeira, apesar de reconhecê-la como proibida.

- “Eu vou deitar que eu tô com sono” – e eu fui deitar pra dormir e ele (Léo) foi lá e “pruuu”... (som)
- O que é pruuu?(pergunta)
- (Faz um gesto de ato sexual)
- O que é? (pergunta)
- Aquele negócio que eu te falei agorinha! (Gabriel)
- Você não explicou o que é “besteira”... (digo)
- Tirar o pipi e... (fala muito baixo)

- *Tirar o pipi, quem que tirou o pipi? Você ou ele?(pergunta)*
- *Ele, porque eu tava dormindo e... (Gabriel)*
- *Ele abaixou as suas calças? (pergunta)*
- *Fala baixo! (Gabriel)*
- *E fez o quê? (pergunta)*
- *E fez esse negócio aí! (Gabriel)*
- (faz novamente um gesto)*
- *[...] Perto da minha perna e perto da minha bunda!*
- *Ele chegou a machucar você?*
- *Não.*

Segundo o relato de Gabriel, o envolvimento sexual com o irmão não ocorreu a partir de uma ameaça e não implicou dor física, diferentemente das atitudes abusivas de Lino: *“Ele falou: ‘Se você contar pra tua mãe, eu venho aqui de novo e vou fazer de novo com você’”* (sic).

Observei que Gabriel passou a ficar um pouco incomodado em verbalizar as situações abusivas e fez-me um pedido:

- *Ô, tia, vamo deixar isso pra lá? (Gabriel)*
- *Mas, eu gostaria de saber se isso passou mesmo. (digo)*
- *Passou! (Gabriel)*
- *E o coraçãozinho, como é que ta? (pergunta)*
- *Meu? (Gabriel)*
- *Ainda lembra, fica triste? (pergunta)*
- *Fica triste! (Gabriel)*
- *Qual que fica mais triste? Com o que aconteceu com o Lino, com o Léo, com... (pergunta)*
- *Com o Lino, viado, quero matar ele! Quero catar ele e fazer assim ó (faz gestos de agressão) “tá!” (passa a bater com uma espada de brinquedo na mesa) “por tudo o que você fez com o meu irmão”, prendê ele! (Gabriel)*

Gabriel pegou duas espadas de brinquedo, entregou uma para mim e fingiu um duelo com o seu algoz: *“Você não vai conseguir me matar! Você vai morrer!”* (sic), externalizando toda a raiva sentida, simbolizada na luta de espadas que passou a travar comigo.

Gabriel também brincou comigo, simulando um sequestro; brincou de polícia e ladrão, de sorte que compreendi seu desejo de vingança, em uma atitude de querer “fazer justiça com as próprias mãos” (sic) pelos abusos sofridos.

- *Então, você não pode fazer justiça com próprias mãos? (pergunta)*
- *Não! (Gabriel)*
- *Mas, às vezes, você fica com vontade, né? De bater no Lino... (pergunta)*
- *Ah, eu fico com vontade, eu quero catar ele, eu quero catar ele, quero bater, “arf arf!” (fala com muita agressividade). (Gabriel)*

- [...] *Eu vou fazer, eu vou fazer! Eu vou fazer uma justiça contra o Lino, eu vou fazer um veneno pro Lino, pro Lino morrer! (Gabriel)*
- *Então, você está com muita raiva dele? (pergunta)*
- *Eu não gosto dele! (Gabriel)*
- *Do que você tá com raiva: pelo que o Lino fez com você ou com o Léo? (pergunta)*
- *Pelo que o Lino fez com o Léo e comigo também! (Gabriel)*
- [...] *Os dois! (Gabriel)*
- [...] *É! Eu quero catar ele e matar ele, Ôô, matar não! Encher ele de murro na frente do pai dele! Porque esses dias atrás era pra minha mãe tá com cem reais e o pai do Lino não quis pagar!*

Durante a entrevista, deixei que a criança expressasse toda a sua raiva e verbalizasse seus sentimentos, ofereci-lhe um momento em que ela não precisasse se calar ou falar baixo, pois ele seria ouvido, diferentemente do que parecia vivenciar, dentro de seu lar.

Léo, Felipe e Gabriel confiaram seus segredos e seus pedidos de ajuda a mim, omitidos e/ou negados pela genitora. Provavelmente, ainda tinham muito mais a revelar. Refletindo sobre isso, senti um incômodo, ao lembrar-me do outro filho (Lucas), a quem não lhe foi permitido sequer um espaço de fala: por onde ele andaria?

Percebi a difícil tarefa de ser a “pesquisadora” e não a responsável pelo caso, uma vez que eu estava envolvida com a família e desejava continuar a acompanhá-la. O grande consolo para mim foi saber que a família prosseguiria recebendo o devido acompanhamento pela instituição, mesmo com a finalização de minha pesquisa.

4.2 A História da Família Ferreira¹⁷

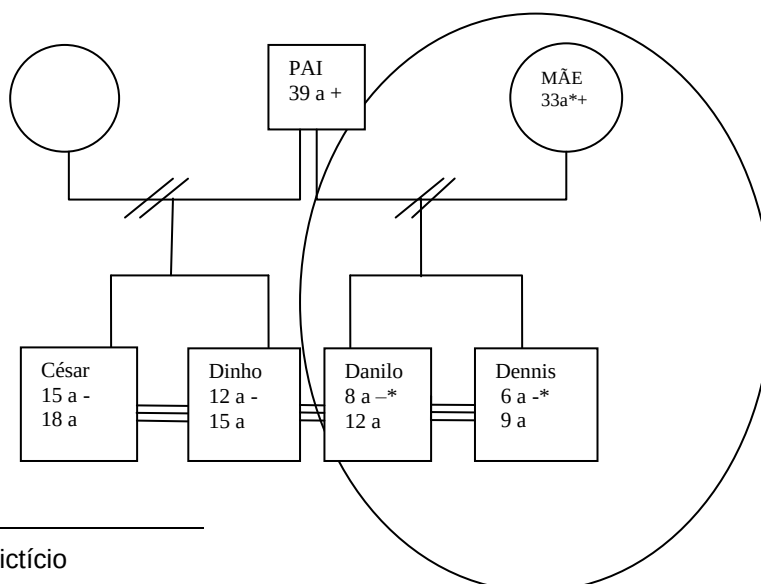
Segundo o prontuário da instituição, a família Ferreira foi encaminhada para atendimento no serviço devido à denúncia de abuso sexual perpetrado por dois irmãos, por parte de pai, adolescentes, contra os dois filhos: Danilo, de doze anos, e Dennis, de nove anos. O envolvimento incestuoso entre os irmãos Danilo e Dennis também foi relatado pela genitora.

O primeiro contato com a família foi intermediada por outro profissional responsável pelo caso. Diante da mãe, dos filhos e do profissional, expliquei o objetivo da pesquisa e os procedimentos a serem adotados, em uma linguagem acessível também para as crianças, finalizando com a aplicação do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

Questionada sobre a ausência do genitor, na entrevista, a mãe explicou que estaria separada e ainda mencionou um agravante de estar “*escondida*” (sic) dele. Conforme o esclarecimento da genitora, a situação da separação seria por motivo de violência doméstica praticada contra ela e os filhos, os quais tinham sido anteriormente abrigados em uma instituição cujo objetivo é proteger de situações que envolveriam risco de morte.

Devido à gravidade da situação, pressupondo risco à vida, optei por não envolver o genitor, durante a pesquisa, a pedido da própria família e pela segurança dos mesmos.

4.2.1 Composição Familiar



¹⁷ Sobrenome fictício

Legenda:

Relação Incestuosa: ≡

Vítima de abusos sexuais: *

Vítima de violência física: +

Idade da ocorrência do abuso: -

Separação: //

4.2.2 Relato da Entrevista com a Mãe

A entrevista, realizada apenas com a genitora, pelos motivos supracitados, os quais envolveriam risco à família, foi extremamente longa e densa. Percebi que a mãe tinha dificuldade em se expressar verbalmente, chegando a me sentir confusa pelos seus relatos, principalmente no que se referia aos dados de passado e presente. Em alguns momentos, pareceu também um pouco contraditória, despertando em mim sentimentos contratransferenciais, como desconfiança sobre a veracidade dos seus relatos.

A história de vida da Senhora Josiane¹⁸ traz, como pano de fundo, uma família com condições precárias de subsistência, associada à falta de planejamento familiar. Ela é a oitava filha, de uma sucessão de doze. Três destes faleceram no decorrer de sua vida. A ausência de informação, na época, e a falta de condições financeiras contribuíram para que seus irmãos gêmeos morressem durante o parto, realizada por uma parteira, que teria feito um procedimento inadequado.

Ao longo de seu relato, Josiane delineou uma figura de genitor ausente, no exercício de seu papel.

[...] Então o dinheiro que ele pegava, ele gastava no bar, com bebida, com mulher. Ele teve doze filhos, só que sobreviveu só oito, né?

Portanto, Josiane relembra com tristeza sua infância com um pai alcoolista, promíscuo e que a rejeitou, em seu nascimento.

É, eu gosto do meu pai, mas não foi um pai assim de exemplo [...] Ele sempre bebia, não era um pai presente, ele me deu pros outros.

¹⁸ Nome fictício.

Com a justificativa de falta de condições financeiras, o pai de Josiane levou-a para ser criada por uma tia. Todavia, isso não foi revelado à mãe, que posteriormente buscou a filha.

Segundo Josiane, a genitora era uma “*pessoa muito boa*” (sic); entretanto, vivenciara muitos conflitos com ela, sobretudo na adolescência, por sentir-se controlada e privada de sua liberdade: “*eu não podia fazer nada, que ela saía, ficava gritando e xingando*” (sic). Durante toda a entrevista, sustentou que sua mãe era uma pessoa extremamente rígida, autoritária, e que não tinha muito sensibilidade para conversar e orientar a filha, na adolescência.

Ah, eu ia namorar, fazer essas coisas assim, e eu não podia fazer nada, que ela saía ficava gritando e xingando [...]

*Eu não queria que fosse assim, né? **Eu queria que fosse diferente, que ela chegasse e sentasse e conversasse comigo.** Eu tava namorando escondido e ela ficava “Ah, não sei o quê...” **Eu tinha vergonha, queria que ela fosse diferente né? Ela não conversava comigo.***

Aos seus quinze anos, Josiane sofreu um estupro praticado por um vizinho, casado, amigo de confiança da família, especialmente da mãe. Esse fato nunca foi revelado para os familiares, de maneira que Josiane continuou convivendo com o assédio do agressor até a idade adulta e pelo período em que esteve casada.

É, ele ficava falando: “Se você denunciar, eu vou te matar”, e daí eu não contei pra minha mãe, não contei pra ninguém, daí duas vezes aconteceu de ele vir atrás de mim, puxava a minha camiseta, eu corria dele.

Além da ameaça do agressor, Josiane não parece igualmente ter encontrado, em sua família, alguém de confiança, sobretudo na figura da mãe, para contar o ocorrido. Por isso, manteve esse segredo até a nossa entrevista ser realizada.

Aos poucos, ela também se lembrou de outro fato fixado em sua memória, de que já teria sido abusada anteriormente, quando tinha aproximadamente dez anos:

*Então pode ser que eu não era mais virgem, não [...] uma vez que minha mãe foi pra igreja (pausa) e a minha calça tava abaixada, sabe? Até assim (joelho)... Daí ela chegou e eu tava dormindo, e eu não lembro de nada, e acordei com ela me batendo, eu nem sabia o que tava acontecendo. “Você não presta!”, eu nem sabia o que tava acontecendo, agora não sei! [...] **Olha vou ser sincera com você (pausa), eu imagino ou o meu irmão, ou o meu pai.** Por que quem pode*

ter feito isso? Eu acordei com ela me batendo! Me chamando de sem vergonha, de safada.

A manutenção do segredo a respeito do estupro perpetrado pelo vizinho é justificada por uma atitude anterior da mãe, ao flagrar uma situação de abuso praticado pelo irmão ou pelo pai contra Josiane. Uma atitude de condenação, atribuindo toda responsabilidade à filha (dez anos na época), pelo abuso sofrido. A postura da mãe demonstrou ainda uma inversão de papel, isto é, comportando-se como rival da filha, como alguém que disputasse o seu lugar de mulher e esposa.

Josiane assegurou que não saberia dizer se o pai ou o irmão mais velho (diferença de dez anos) teria abusado sexualmente dela, demonstrando a dinâmica incestuosa da família. Conforme ela, seu irmão mais velho já teria abusado dela por mais de uma vez, durante sua infância. Outras duas irmãs também confirmaram que foram abusadas sexualmente por esse irmão.

Foi assim, eu era criança e ele era adulto, e a gente brincava e eu não tinha seio, só que tava começando, sabe? Eu lembro que ele pegava, sabe? [...] Não sei por que, minha outra irmã falava que ele sondava ela, ficava espiando ela tomar banho. Ele mexia com ela [...] já aconteceu da minha irmã com o meu irmão.

Josiane continuou a explicitar a dinâmica de uma família tipicamente incestogênica, onde existia uma confusão no nível das fronteiras, como o papel de pai ou irmão e, ao mesmo tempo, o de amante. Em toda a família, percebi que não havia uma interdição ao incesto, a sexualidade circulando livremente, sem qualquer tipo de controle.

Enquanto ela falava, verifiquei que a própria entrevistada verbalizava um conteúdo carregado de sensualidade e erotismo, diante dos relatos de incesto entre os seus irmãos, começando a falar lentamente e em volume muito baixo, como se cochichasse um segredo: *“Gosto muito dele, mas não consigo encarar ele como irmão, sabe?”*(sic).

Sobre esse relacionamento incestuoso entre irmãos e até um possível abuso consumado pelo genitor, Josiane descreveu uma postura de negação e de conivência da mãe, diante das situações:

Ah, não sei! Eu penso assim: ela sabe o que aconteceu e não quer admitir (sobre o episódio em que acorda apanhando de sua mãe) [...] Daí ela (a irmã

que viu o abuso da outra irmã) tentou contar pra minha mãe e ela disse: “Ai, vocês não prestam, vocês são sem vergonha, é mentira de vocês”. Então, a minha mãe nunca deu atenção, por isso que eu acho que teve sim essas coisas.

A atitude da mãe quanto aos abusos, de negação e ao mesmo tempo de rivalidade, também se estendia a outras irmãs de Josiane: *“Minha mãe nunca gostou muito de mulher. Ele era mais apegada nos homens”* (sic). Nesse sentido, todas as filhas não encontraram na mãe uma atitude de acolhimento e proteção necessários ao desenvolvimento, agravando ainda mais as consequências do abuso sofrido, já que, por diversas vezes, ela também vitimizava as filhas física e psicologicamente: *“A mãe vivia batendo ni nós. Ela era muito brava. Ela batia com pau”* (sic).

Todos esses fatores traumáticos contribuíram para que Josiane se afastasse de sua família, no decorrer da adolescência, e se envolvesse, posteriormente, em vários tipos de relacionamento, o que não foi suficiente, todavia, para evitar novos abusos. Na verdade, podemos dizer que houve uma repetição estereotipada em ato dos abusos sofridos, ou seja, mesmo na vida adulta, Josiane continuou a ser vitimizada, não mais pelo pai, irmão ou vizinho, mas pelos próprios companheiros.

Gabel (1997, p. 176), em um capítulo descrevendo o sistema das famílias de transação incestuosa, afirma: “Nessas histórias familiares, as repetições que aprisionam as mães nas escolhas sucessivas de marido ou concubino são impressionantes”, salientando a repetição dos padrões familiares.

A genitora continuou agindo com muita influência, na vida de Josiane, determinando um casamento forçado, após a revelação da gravidez da filha:

Daí depois eu casei, só que foi um casamento forçado, porque eu casei grávida, né? Aos 17, eu engravidei. E minha mãe ficava com vergonha, porque “Ah, uma mãe solteira em casa”, entendeu? Só que eu gostava dele [...] Daí, minha mãe ia lá e ficava falando, e falou que eu tinha que casar na marra, “Ah, não aceito filho meu engravidar a filha dos outros” (sic), daí acabamos casando. E ficamos juntos.

As atitudes da mãe de Josiane acentuaram preocupações maiores com valores morais, de sagrada família, da mesma maneira que agia em seu lar: perpetuando o silêncio sobre o incesto e as violências que existiam, em detrimento do cuidado e proteção de suas filhas. Novamente, Josiane submeteu-se às violências:

É, eu gostava dele, mas, eu não queria casar assim, a gente vivia brigando e ele me batia também [...] Ah, ele não gostava que eu saía pra nenhum lugar, era ciúmes, né? [...] Ele me batia, me dava soco na boca. Ele me dava soco na boca aqui, ele era bem bravo.

As violências somente cessaram, quando o companheiro a abandonou definitivamente e ela retornou para a casa de seus pais. A filha nascida desse relacionamento, Dayane¹⁹, foi igualmente retirada de Josiane e deixada sob os cuidados dos avós paternos, algo de que ela se arrepende até os dias de hoje. Josiane passou grande parte da entrevista ressaltando o sofrimento dessa separação e, inclusive, uma tentativa de suicídio:

Não queria saber de mais nada. Não sei como tive força de ver ela, porque, olha, muito difícil [...] Culpa demais, se pudesse voltar pra traz eu voltaria... e começar tudo de novo, porque, se é hoje, eu não faria de novo! Me arrependi bastante, não faria novamente.

Depois do término do primeiro casamento, Josiane disse que começou a namorar o pai de Danilo²⁰ e Dennis²¹, enfrentando de novo as dificuldades de aceitação do novo relacionamento pela mãe, a qual continuava a exigir, dentro dos seus padrões rígidos, morais e religiosos, outro modelo de esposo para a filha. A mãe de Josiane chega ao ponto de se envolver tanto com a história da filha que praticava agressões físicas contra ela.

[...] meu pai que me ajudou a ficar com ele. Daí minha mãe descobriu, não sei, foi lá, armou um barraco, ela pegou um cabo de vassoura pra me bater dentro da casa dele. Porque ela não queria, “Ah, porque ele já foi casado um monte de vezes, tem filho”.

A despeito da intervenção da mãe proibindo o relacionamento, Josiane se envolveu com o rapaz e levou consigo seus dois outros filhos, César²² e Dinho²³.

Ah, mãe, não tem nada a ver, ter filho e essa coisa e tal. E depois no comecinho foi bom, e depois que começou o inferno!

¹⁹ Nome fictício.

²⁰ Nome fictício.

²¹ Nome fictício.

²² Nome fictício.

²³ Nome fictício.

Foram doze anos de relacionamento com o novo companheiro, sofrendo todos os tipos de violência: física, sexual, psicológica e, inclusive, ameaças de morte.

Olha, eu tenho tanta sorte, eu sou uma mulher de sorte que só arruma homem bravo [...] Ah, ele pegava faca pra tacar na gente [...] Na hora que eu entrei, ela já pegou o facão, já queria me matar e já queria matar a irmã dele, a irmã dele com três crianças pequeninhas, sabe.

As situações de violência passaram a ser cada vez mais frequentes, que, segundo Josiane, ocorriam por motivos banais ou sem um motivo aparente.

Uma vez, ele deu um soco ni mim... outra vez... ele me deu uma pisada... outra vez.... ele machucou a minha boca assim... outra vez, um murro no filho... (Mais silêncio). Da outra vez, ele, ficou chutando o meu filho até lá fora, ficou chutando a bunda dele até lá fora [...] Ele me traiu um monte. Só que ele negava, né? Ele não queria ficar sem me trair. Ele pegava a faca assim, tentava me matar com martelo, e o filho dele também fazia arte, sabe? Fazia o que queria, eu não podia fazer nada. Eu não podia abrir minha boca, e eu não queria que quebrasse as coisas em casa e, se eu falasse, ele quebrava. Com a faca, ele já tentou matar eu mais de cinco vezes, com martelo uma vez. Quando eu tava em depressão, ele vivia deixando a janela fechada, e eu falava “Deixa a janela aberta que eu tô passando mal”, e ele trancou a janela, trancou a porta, só pra mim passar mal, ficou com a chave, e eu tive que aguentar. Eu não sei como eu aguentava cuidar dos meus filhos, tava ruim da depressão e tinha que fazer tudo em casa, eu nem aguentava ficar de pé, mas não tinha o que fazer, eu fazia de tudo pra não chamar a atenção, tinha que fazer sexo na marra.

Apesar de reconhecer todas as violências sofridas nesse novo relacionamento, Josiane se submeteu durante muitos anos às situações de violência praticadas pelo companheiro, mostrando certa dependência emocional dele e não tendo condições de proteger os próprios filhos, que também eram vitimizados fisicamente.

Josiane tornou a vivenciar novas situações de abusos sexuais, exercidas pelo próprio companheiro:

*Nossa, eu era tão prejudicada (durante o ato sexual), eu estava tão prejudicada, que tinha vez que eu tava fazendo e me dava vontade de fazer xixi (falou bem baixo), ele me torturava, ele era bruto também. Não, machucar não, mas, eu tinha muita dor, né? Quando eu sabia que eu ia ter que fazer naquela noite, era terrível, viu! **Eu me sentia igual quando eu fui estuprada, pra falar a verdade!** [grifo meu] Mesma coisa.*

Observei novamente a repetição de toda a cena traumática passada em sua história de vida, comprovando não ter ela elaborado psiquicamente esse trauma. Josiane parece ter sido aprisionada pela sua própria história, sendo destinada a escolher inconscientemente um companheiro violento, representando o mesmo agressor em sua vida.

Sobre a história de vida desse companheiro, Josiane descreveu como “*muito complicado, tudo bagunçado. Porque o pai dele criava eles assim, tacava eles na parede*” (sic). A genitora teria falecido e o pai, casado com “*uma madrasta pior ainda*” (sic). Por isso, a violência física era constante nessa família, além de uma situação de abuso sexual envolvendo seu cunhado e uma sobrinha.

Uma vez a irmã dele me falou que o irmão dele beijou a boca da menina dela. Mas, foi coisa passageira [...] Não foi coisa grave! Ele também é bem revoltado, bem nervoso.

Percebi que Josiane aparentava uma atitude de minimizar e banalizar o acontecido entre tio e sobrinha, chegando a justificar a conduta do mesmo, por ser “nervoso”.

A violência física e psicológica perpetrada pelo marido também se estendia aos seus enteados (César e Dinho).

E o filho dele tava desobedecendo muito ele, e ele tacou a cabeça do menino na parede. Só porque tava teimando.

Assim como em sua família de origem, o genitor cometeu o mesmo ato de arremessar os filhos contra a parede, cujo motivo real foi omitido pelo marido e pela madrasta (Josiane). Os dois filhos do marido, após esse episódio, passaram a residir com a mãe biológica e, frequentavam a casa do pai e de Josiane durante as férias e feriados.

Quando Danilo tinha cerca de oito anos e Dennis, seis, houve a descoberta do abuso sexual protagonizado pelos dois irmãos mais velhos, César e Dinho.

Eles iam passear e eu nem pensava nessas coisas, sabe? A gente nunca acha que essas coisas vão acontecer com a gente, né? Daí, meus filhos eram pequenos [...] E o César falava assim: “Josi, deixa eu dar banho no Danilo?” Tá, eu deixava, porque achava que era verdade, né? [...] É “deixa eu ajudar”, “dar banho” e, eu acreditava, né? Daí, meu menino começou a fazer um com o outro assim... Tudo assim, aquele sexo oral, e eu não achei normal aquilo, não era

normal, porque eu e o meu marido nós não faz né? E, se fizesse não ia ser perto de criança, no caso. E, como tá acontecendo isso, né? Daí eu falei pro meu irmão mais velho, que hoje tá nas drogas, e ele falou: “Josi, fica de olho no meu irmão (pai das crianças)!”. Só falou isso, não falou mais nada.

A suspeita de abuso sexual somente passou a ser cogitada pela mãe, quando começou a observar o comportamento incestuoso entre os irmãos Danilo e Dennis; mesmo assim, não soube lidar com a situação, chegando a punir os mesmos.

Novamente, observei a repetição do padrão abusivo, e Josiane atuou a mesma cena (bater nos filhos), ocorrida em sua infância com sua mãe, não podendo perceber, portanto, o abuso de seus filhos.

Eu descobri assim, porque o Danilo tava sentado em cima do sofá, uma vez, e ele “batendo punheta” e chorava. E ele começou a chorar, chorar, chorar, e fazia assim com o pipi [...] E eu falei “pára fio, de fazer isso!”, “por que você tá fazendo isso?”. Mandeí ele parar, brigar com ele e tudo. Daí depois ele começou, sabe, a fazer sexo oral assim.

Nesse momento do relato da mãe, foram despertados em mim vários sentimentos contratransferenciais frente à “passividade” e a uma certa “ausência de sensibilidade”, com respeito ao sofrimento manifestado pelo filho, como um pedido de socorro.

Ah, eu brigava com eles, falava que não podia, que isso não ia dar certo, mas não resolvia. Eu já até bati nele, daí não resolvia, e eu procurei alguém para me ajudar, né?

Foram várias tentativas frustradas de tentar cessar o relacionamento incestuoso entre os irmãos, até que a mãe, ao procurar ajuda especializada para tentar se separar do ex-marido, devido às violências sofridas (aos espancamentos), foi encaminhada, juntamente com os filhos, para atendimento psicológico no qual essas situações foram reveladas e principiaram a ser trabalhadas.

Ah, daí eu perguntei: “E daí? O que é que está acontecendo?” “Ah, o César mandou chupar o pipi dele, mandava eu agachar, daí ele mandava eu pôr na boca, mandava eu abrir a boca pra ele pra pôr”, daí ele começou a chorar, chorar, e foi essas coisas.

A genitora apenas soube da situação de abuso vivenciada pelo filho Danilo após as intervenções, durante os atendimentos psicológicos, o que evidenciou um distanciamento muito grande e falta de diálogo entre eles.

Gabel (1997, p. 97) afirma que mães que foram vítimas de abuso, na infância, pelo pai ou padrasto descrevem a atitude de suas próprias mães como frias ou distantes emocionalmente e, posteriormente, podem agir da mesma forma com seus próprios filhos, por terem tido um modelo materno insuficiente para se identificar, tendo sofrido carências afetivas.

Foi depois que eu procurei (ajuda especializada), depois do que aconteceu. Porque antes não, como era durante a semana comigo, “Então deixa, né?”, deixava quieto, mas, foi ruim, né? Porque agora ele tá com trauma.

Questionada sobre se a genitora teria dificuldade de conversar com os filhos, principalmente sobre sexualidade, esta responde:

Tenho. Nem sei como chegar nisso, eu tenho medo de falar, e falar errado, então eu nem falo, meu medo é não falar direito, então eu não falo, porque não sei...

O fato de “não saber”, conforme Josiane se expressa, significa que não houve um aprendizado adequado em sua história de vida, pois ela própria possuía muitas dificuldades em lidar com sua própria sexualidade.

Sobre o motivo do relacionamento incestuoso entre Danilo e Dennis, a mãe verbaliza como se houvesse uma “tendência natural” para isso ter ocorrido entre irmãos, não captando o sofrimento dos seus filhos.

Por eles (César e Dinho) terem feito com eles (seus filhos), né? Deles acharem que podia, né? Você vê, é ao contrário, né? Quando eu fui estuprada, eu sentia ódio da pessoa, talvez porque eu era adolescente, né? Eu queria matar o agressor.

Josiane comparou sua experiência de estupro com a relação incestuosa entre os filhos, sublinhando que houve um consentimento entre os mesmos, sendo que, para ela, eles não compreenderam o ato como abusivo.

Além dos abusos sexuais vivenciados pelos irmãos, Danilo e Dennis foram vítimas de violência física por parte do pai, e ameaçados de morte juntamente com a mãe, o que muito contribuiu para agravar ainda mais a situação e, inclusive,

podendo acontecer uma perpetuação do ciclo de violência, através de uma identificação com o agressor, conforme o depoimento abaixo:

Daí ele pegou e foi falar um negócio pro Danilo. Foi assim, choveu nesse dia e, eu falei: “Danilo não vai lá na terra, que a mãe não quer”, e ele tava comendo com um prato de comida, daí ele deu um murro, deu um tapa assim (Danilo confronta a mãe, não a acerta, age com agressividade). O pai ameaça: “Ah é? Seu danado! Eu só não vou quebrar o prato, tacar o prato no chão com comida, porque eu tô tentando me controlar, tá difícil! Tô cheio de problema, ainda mais com problema e casa, uma hora não vou aguentar não, vai acontecer o pior”. Daí ele pegou, e falou pro meu filho assim, ele mirou o dedo nele e disse assim: “Eu tô te marcando, porque a hora que eu pegar você, ninguém vai aceitar você”. E ele pegou e falou pra mim assim: “E quem entrar no meio pra separar, eu vou deixar aleijado”.

4.2.3 A Entrevista Familiar Diagnóstica

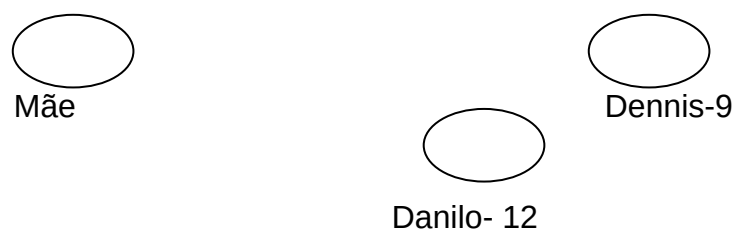
Após a realização da entrevista com a genitora, uma nova entrevista foi remarcada (EFD), entretanto, houve uma falta justificada por motivo de saúde e 35 minutos de atraso, no próximo dia agendado. Sem justificar seu atraso, ela foi conduzida, juntamente com os dois filhos, para a sala de atendimento. Apresentei-me novamente, lembrando-os brevemente acerca da proposta da entrevista familiar, deixando-os livre para utilizar o tempo conforme desejassem.

Logo no início, a genitora evidenciou sua resistência em relação à entrevista, ficou em pé, olhando o movimento da rua pela janela, em seguida questionou-me: “O que eu tenho que fazer?” (sic), ao que eu lhe repeti novamente as instruções.

Enquanto isso, os dois filhos, apanharam os brinquedos. Danilo²⁴ (de onze anos) pegou um boneco (do sexo masculino) e Dennis²⁵ (de nove anos) carrinhos variados, esparramando-os ao chão e brincando em silêncio. Posteriormente, a genitora sentou-se em uma das cadeiras (adaptada para crianças) e apenas observava os filhos brincando. Ela permaneceu na mesma posição, durante toda a entrevista:

²⁴ Nome fictício

²⁵ Nome fictício



Danilo solicitou, por várias vezes, a atenção da mãe, ensaiando para ela posições com o boneco, retorcendo-o várias vezes (cabeça e pés). A mãe continuou observando e conservou-se sentada.

Em seguida, Danilo pegou outro boneco (bebê) e dramatizou uma situação de o boneco maior dizer para o menor: *“Eu vou te matar”* (sic), começando a pisoteá-lo, utilizando os pés do boneco.

- Mãe, o que você tá fazendo aí? (diz Danilo)
- A mãe não responde, apenas observa o filho.
- Agora, ele vai ajoelhar, vai orar... (Danilo posiciona o boneco que havia acabado de pisotear um bebê)
- “Socorro, socorro, socorro, ele tá correndo...” (Danilo reproduz uma fuga com o boneco).

Naquele momento, Danilo sentiu-se livre para representar, através do brincar, algumas situações de violência vivenciadas em sua vida e até o fato de estar escondido do genitor, fugindo dele. Simulou como tentava buscar ajuda, junto à mãe, que não respondia a ele, não sendo sensível às suas necessidades de cuidado e de proteção.

Dennis, por outro lado, permaneceu em silêncio a maior parte da entrevista, chegando a brincar sozinho com os carrinhos, até que o irmão chamou sua atenção e ambos passaram a brincar juntos.

Danilo novamente denunciou o que ele sentia estar faltando, ao colocar o seu boneco no carrinho, dizendo:

- Fez um berço carro, aqui ele come, se alimenta e anda. (Danilo diz)
- É um bebê gigante. (Danilo diz)
- Olha o jeito que ele luta, faz exercício. (Danilo)

Desse modo, Danilo revelou que, mesmo sendo uma criança no período de latência, possui carências afetivas comparadas às de um bebê, que precisaria ser cuidado e nutrido.

A genitora, após um longo silêncio e observação, principiou a dar, aos poucos, atenção aos filhos, inicialmente para Dennis, que revidou com uma atitude inicial muito hostil.

*- O que é isso, Dennis? Um caminhão? (A mãe tenta conversar com o filho Dennis, quando ele se senta próximo).
Dennis não responde e se afasta.*

Posteriormente, os dois irmãos se aproximaram da mãe e se sentaram nas cadeiras ao redor, formando um círculo. Os filhos ficaram em silêncio, brincando durante certo tempo.

Danilo solicitou a atenção da mãe, novamente:

*- Mãe, você sabe fazer trança? (diz Danilo).
- Não pode! (diz a mãe, em um tom de repreensão).
A criança se cala e deixa a boneca.*

Presenciando a cena de repreensão da mãe, decidi questioná-la acerca do motivo da proibição, mas ela apenas justificou, sentindo-se um pouco envergonhada, de que fazer trança estragaria a boneca. Suas atitudes me fizeram pensar mais como uma proibição relacionada aos preconceitos de gênero, isto é, “brincar de boneca é coisa de menina”.

Logo em seguida, a genitora pegou a boneca que havia sido deixada por Danilo e resolveu fazer uma trança, apresentando ao filho o que havia feito, apesar de este já não se interessar mais pelo brinquedo.

*- Você tá brincando de quê, Dennis? (mãe pergunta novamente para o filho).
- Nada (responde Dennis)
- Vou desenhar, vou treinar o meu carro... (diz Danilo, como se indiretamente ele respondesse para a mãe).
- Treinar como? Menino! (mãe pergunta para Danilo, em tom de deboche).
Danilo permanece calado.
Pausa.
- Que você tá fazendo? (A mãe pergunta para Danilo).
- Nada (responde o filho, como se estivesse chateado)*

Grande parte da entrevista eu observei que a comunicação intrafamiliar era muito precária, tendo a mãe dificuldade em dialogar e interagir com os filhos, provocando longos intervalos de silêncio.

Para solucionar a falta de diálogo e o incômodo que o silêncio trazia, sua atitude foi de estabelecer um diálogo comigo, cujo assunto eram os filhos, de maneira que acabei desempenhando um papel de “mediadora”. Nesse sentido, a mãe começou a se referir às dificuldades com os filhos, relacionando às rivalidades e disputas entre eles e, assim, iniciou-se uma conversa.

Danilo queixou-se do irmão mais novo, por ser bravo e bater nele. Dennis apresentou uma constante atitude de disputa de poder com o irmão, descrevendo-se como o mais inteligente e atribuindo ao irmão um “*problema de cabeça*” (sic), por estar na terceira série com onze anos, aludindo a algumas situações em que Danilo era visto batendo em sua própria cabeça.

A mãe também confirmou algumas atitudes de autoflagelação de Dennis, em que se cortava com uma faca, porém ela foi minimizada pelo menino como algo não proposital, mas apenas para conseguir a permissão da mãe para ir à casa de uma tia.

Vários personagens importantes foram sendo revelados por Dennis e Danilo, desempenhando uma função de afeto e cuidado com eles, ao ponto de Danilo confessar que gostava mais de uma tia do que da própria genitora:

- *O Danilo falou que ele gosta mais da tia Valdirene²⁶ do que da mãe! (Dennis diz)*
- *É verdade? (pergunto para Danilo)*
- *É (responde)*

Ao questionar a mãe sobre seu ponto de vista, esta manifestou com frieza a aceitação de não ser a preferida pelo filho.

- *Pra mim tá tudo bem, eu não me importo, se um dia eu morrer, eu penso que ela vai cuidar deles para mim, e é até bom que eles gostem dela. (a mãe responde com uma naturalidade que demonstra certa indiferença ou frieza).*
- *Mas, você não fica triste por não ser a preferida do seu filho? (pergunto)*
- *Eu não, eu acho que o amor a gente não pode forçar, a gente não pode forçar ninguém a gostar da gente, igual no meu caso, eu era obrigada a fazer as coisas que eu não queria com meu marido. Então, se ele não gosta tanto de mim, fazer o quê?. (A criança permaneceu calada, escutando).*

²⁶ Nome fictício.

Compreendi que Josiane não conseguia assumir o seu papel e a sua função de mãe, no contexto intrafamiliar, parecendo extremamente infantilizada, observada no simples gesto de sentar-se na cadeira infantil, até o momento em que declarou não brincar com os filhos, por sentir vergonha de a confundirem com criança:

- *E você também brinca com eles? (pergunto)*
- *Só quando era menor, agora cresceram, né? (mãe)*
- *Por quê? (pergunto)*
- *E eu tenho vergonha dos outros achar que a gente é criança, né? E eles gostam de carrinho também! (mãe responde)*
- *[...] Quando eu era da idade deles, até que eu brincava de boneca com minhas amiguinhas. (mãe responde)*

Danilo passou a requisitar minha atenção, no decorrer da entrevista, mostrando-me as suas produções (pelos desenhos) em busca de uma pessoa que pudesse oferecer a atenção desejada, como uma mãe, já que Josiane estaria impossibilitada de colocar-se nesse papel. Em outro momento, Danilo acaba verbalizando: “*A vida é chata!*”, denunciando para mim a insatisfação com sua vida.

Dennis expressou igualmente a sua insatisfação com a falta de diálogo, a falta de passar um tempo juntos, em família:

- *E vocês conversam muito entre vocês? (direciono a pergunta para toda a família).*
- *Pouquinho! (diz Dennis).*
- *[...] Às vezes eu falo as coisas que eles têm que fazer e eles fazem (mãe responde).*
- *Você acha que precisa conversar mais? (direciono para Dennis).*
- *Precisa (diz Dennis)*
- *[...] E a família? O que vocês costumam fazer juntos?*
- *Ah, quando a gente morava em casa, era mais fácil. (mãe responde) [...] A gente ia passear. (mãe responde)*
- *Pouquinho! (denuncia Dennis).*

O relacionamento com o pai também foi questionado, e Dennis, em uma atitude de comparação e supervalorização quanto ao irmão, acabou mencionando várias situações de violência desse pai, mais intensamente contra o irmão, provocando inclusive sua revitimização:

- *[...] meu pai espancou o Danilo e eu só fiquei de castigo (Dennis)*
- *E vocês dois se dão bem? (pergunto para os dois irmãos)*

- Não, eles vivem brigando. (disse a mãe)
- A minha vó não se dá bem com o Danilo, porque ele apronta. (Dennis)
- E o Dennis me bate. (denuncia Danilo)
- Mas, não é! Ele que tenta me bater, daí um dia eu contei pro meu pai e, quando ele viu o pai, fez xixi nas calças! (Dennis)
- [...] É! Eu tenho trauma, porque ele já me espancou! (Danilo)

O relacionamento entre a fratria configurou uma relação de assimetria de poder entre Dennis e Danilo; apesar de Dennis ser o mais novo, existe uma relação de poder em que Dennis parece se identificar com a figura do pai agressor, tendo conseguido maior atenção e privilégio, em detrimento do outro irmão.

Indagados sobre o motivo do encaminhamento ao serviço de atendimento, ambos tiveram dificuldade em explicar o ocorrido, porém remeteram à situação vivenciada, no passado, com outros dois irmãos:

- Não sei! (responde Danilo)
 - Eu sei, mas, tô com vergonha... (responde Dennis).
 - Vocês podem me falar? (pergunta)
 - Irmãos... (responde Danilo)
 - O que tem os irmãos? (pergunta).
- Silêncio.
- Esqueci (Danilo).
 - Você não quer falar? (pergunta)
 - Tô com vergonha! (Danilo responde)
 - Conta, Dennis, a gente tá aqui para isso, ela é uma profissional. (mãe incentiva)
 - Ele... (sussurros) (Dennis)
 - Ele chupou meu pinto! (Dennis diz rápido e em voz alta)
 - Quem? (pergunta).
 - O César e o Dinho. (refere-se aos dois irmãos por parte do pai)
 - Não, ele fazia só com o Danilo, comigo não... (disse Dennis).

Danilo demonstrou grande dificuldade em verbalizar, porém parece assumir, expondo seus sentimentos de vergonha diante da situação vivenciada. Dennis, por outro lado, verbalizou rapidamente sobre o ocorrido e, logo em seguida, teve uma atitude de negação, realizando um grande esforço em se manter inabalável, diante do sofrimento vivenciado.

Com aproximadamente cinco anos de diferença entre os irmãos, os dois meio-irmãos (César e Dinho) perpetraram o abuso contra os meio-irmãos Danilo e Dennis, o qual, segundo o depoimento da mãe e a confirmação dos irmãos, ocorria concomitantemente:

- Vocês sabiam o que acontecia com um e com outro? (pergunta).
- (confirmam com a cabeça e continuam brincando)

- *Ah, acontecia dos dois abusar juntos deles... (mãe responde).*
- *É verdade, meninos? (pergunta).*
- *Humhum (Dennis responde).*

Ambos revelaram que foram ameaçados pelo irmão mais velho, César, “*porque o César falava que ia me bater!*” (sic) e, por isso, não contaram a situação abusiva a ninguém.

Questionados sobre o envolvimento incestuoso entre eles, Danilo afirmou ter-se esquecido, enquanto Dennis negou esse tipo de envolvimento. Mostraram uma atitude muito resistente, inclusive com a postura de acusação da mãe: “*Aconteceu sim, eu via! Os dois ficava mexendo um com outro (mãe)*”.

Expliquei para ambos que havia percebido o sentimento de vergonha e tristeza, ao lembrá-los desses acontecimentos, ao que Dennis concorda – “*é*” (sic) –, parecendo um pedido para que eu parasse de perguntar sobre isso. Em seguida, Danilo começou a exibir o seu desenho, e a entrevista foi encerrada:

- *Olha, tia. (Danilo me mostra o seu desenho)*
- *O que você desenhou, Danilo? (pergunta)*
- *Desenhei um caminhão, aqui é o banco, aqui é motor, aqui é o sol...*
(*Danilo vai me mostrando um pouco de si, através do desenho, “por partes”, assim como ele se revelou a mim*)
- *E você, Dennis?*
(*Dennis não diz nada, apenas me mostra o seu desenho*)
- *Parece uma cidade, com muitos prédios... bem coloridos. É isso?*
- *É.*
(*Parecia que Dennis demonstrava menor abertura do que o irmão, em relação a conhecê-lo. Queria que eu, de certa forma, adivinhasse, o que dificultaria para mim; entretanto, o fato de eu ter acertado parecia que estava no caminho correto*).

4.2.4 Entrevista com Danilo

Após a EFD, realizei a entrevista individual com os irmãos, iniciando pelo mais velho: Danilo.

Na sala de atendimento, Danilo começou a brincar com os blocos de montar, em silêncio, pegando posteriormente o boneco (do sexo masculino), simulando lutas e chutes.

Sentei-me ao chão, assim como ele, acompanhando-o visualmente, e perguntei se poderíamos conversar. Danilo me respondeu: “*Vamos!*” (sic)

Danilo foi seletivo em minhas perguntas, de sorte que, quando não desejava respondê-las, permanecia em silêncio.

A conversa se iniciou com perguntas sobre o seu encaminhamento e logo me respondeu: *“Meu irmão mexeu em mim”* (sic), aparentando grande abatimento. Deixei que a criança relatasse o que quisesse acerca dessa situação, mas ela apenas disse: *“E ele me ameaçou”* (sic).

A criança não me revelou maiores detalhes sobre o abuso ocorrido, nem sua autoria, isto é, sobre de que irmãos ele falava, porém compreendi, através dos relatos na entrevista familiar, que ele se referia a César ou a Dinho, meio-irmãos por parte de pai, o que parece ter causado maior sofrimento emocional.

No decorrer da entrevista, Danilo me fez um pedido: *“Eu não quero mais falar”* (sic) – e este foi realizado em respeito à criança e ao entendimento de que a lembrança e o relato lhe causavam grande mal-estar. Assim, passei o resto da entrevista brincando com Danilo de carrinho, de blocos de montar e, nesses momentos, ele interagiu muito bem comigo, mas não tocamos mais no assunto do abuso, conforme o seu pedido.

Finalizei a entrevista agradecendo a participação da criança e me despedindo dela.

4.2.5 Entrevista com Dennis

Dennis entrou na sala de atendimento e logo escolheu os seus brinquedos, os carrinhos. Passei a interagir com ele, pegando outro carrinho e o acompanhando em sua corrida.

Iniciei perguntando o que a criança sentia em vir para a entrevista, obtendo uma resposta lacônica: *“legal”* (sic). Retomei a explicação sobre o motivo da pesquisa, ao que ele replicou: *“eu sei”* (sic).

Dennis, pelas minhas perguntas, evidenciou a cumplicidade e a experiência de rivalidade vivenciada com o irmão, conforme foi percebido na entrevista familiar. Ambos mantêm um relacionamento bem próximo, brincam juntos, brigam pouco, porém Dennis tem uma atitude de se sobressair perante o irmão, sublinhando algumas vantagens, como a de ser “o mais inteligente”, de receber maior atenção e

carinho da mãe, todavia se contradizendo, ao negar e posteriormente afirmar que foi vitimizado fisicamente pelo pai:

- [...] queria que o meu pai fosse menos nervoso.
- E com você, como é que ele fica nervoso? (pergunta)
- Ele me coloca de castigo.
- Como é que é o castigo dele? (pergunta)
- Eu fico sentado.
- E você disse que ele só bate no Danilo, é verdade? (pergunta)
- Eu já apanhei.
- E como é que você apanhou dele?
- De tapa.

Dennis pareceu sentir a ausência paterna muito mais do que o irmão, afirmando que gostaria que ele voltasse a residir com a família e que fosse menos nervoso.

Durante toda a entrevista, optou por responder apenas coisas positivas a respeito do pai e da mãe, dizendo que desejaria que a mãe conversasse mais com ele, embora, posteriormente, negasse algo negativo da mãe.

Em relação ao envolvimento incestuoso com os meio-irmãos, negou ter vivenciado esse tipo de experiência, colocando o irmão, outra vez, como única vítima e declarando que soube de tudo o que ocorrera através da verbalização do irmão.

Também negou ter tido qualquer envolvimento sexual com Danilo; mesmo quando interrogado sobre a afirmação da genitora, na entrevista familiar, Dennis limitou-se a dizer *“Eu não lembro disso”* (sic), e se calou.

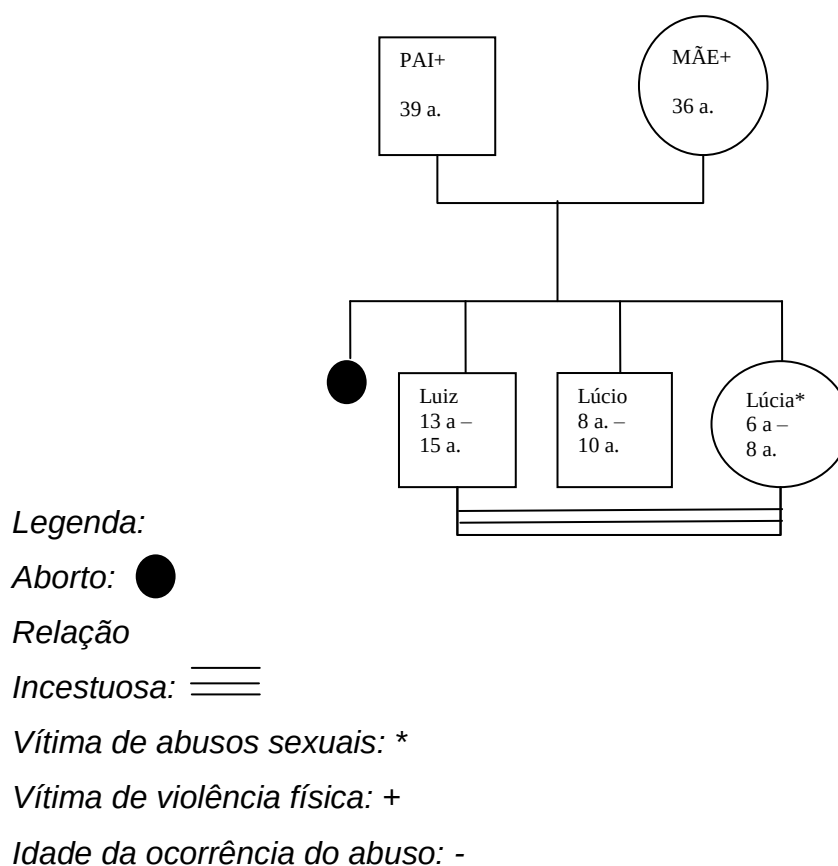
Observei uma atitude de Dennis de minimizar ou atenuar toda a situação de conflito vivida na família, esforçando-se para ter uma imagem de família idealizada. Apesar de ser o mais novo, a criança carrega grande responsabilidade conferida pela família, pois o irmão é visto como “doente”, ou seja, teria “problema de cabeça” (sic), a mãe seria muito fragilizada, o pai agressivo, e ele, portanto, desempenharia uma função de *“bombeiro”* (sic), segundo o relato de sonho profissional para o futuro, quer dizer, tem um papel decisivo na família, de salvá-la. Ao questioná-lo sobre o motivo da escolha de sua profissão, diz: *“pra salvar pessoas”* (sic).

4.3 A História da Família Oliveira²⁷

A família Oliveira foi encaminhada para a Instituição, após a denúncia dos próprios pais, ao Conselho Tutelar, de abuso sexual perpetrado pelo filho adolescente Luiz, com treze anos, contra a sua irmã Lúcia, de seis anos. Os pais ainda denunciaram o envolvimento de mais cinco adolescentes, na situação de abuso da filha.

O primeiro contato com a família foi realizado após dois agendamentos, com a justificativa do genitor em conciliar o seu horário de trabalho. Outro profissional responsável pelo caso intermediou o contato da família comigo e, diante da mãe, do pai, dos filhos e da profissional, expliquei o objetivo da pesquisa e os procedimentos a ser adotados, finalizando com a aplicação do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

4.3.1 Composição Familiar



²⁷ Sobrenome fictício

4.3.2 Relato da Entrevista com os Pais

O casal compareceu após dois agendamentos e, logo no início da entrevista, observei alguns conflitos experienciados pelo casal, por meio da divergência de opiniões e a disputa de poder.

Ambos relataram que se conheceram na escola, no início da adolescência, cuja idade não foi revelada com exatidão, pela divergência de opinião entre os eles. A Senhora Ingrid²⁸ contou que seu pai era muito rígido e que a deixara namorar apenas quando completou seus quinze anos.

A Senhora Ingrid é a segunda filha e possui mais duas irmãs. Seus pais eram casados e, durante sua fala, estabelece uma relação de comparação com as irmãs.

Só que a mais velha fazia o que queria, a mais nova fazia o que queria e eu não podia fazer nada! [...] As minhas irmãs tinham mais liberdade do que eu.

O Senhor Armando²⁹ complementou, dizendo que a esposa sempre foi extremamente fiel à família, sobretudo ao pai, enquanto suas outras irmãs não eram assim – e até hoje não o são.

Na opinião do casal sobre a família de origem da esposa foi de que a Senhora Ingrid seria totalmente diferente dos outros membros (pais e irmãs), principalmente por manter uma relação de submissão total às imposições dos pais. Os afazeres domésticos foram assumidos por ela, tendo acatado as ordens do pai de não trabalhar fora. Por conseguinte, aos treze anos, todo o cuidado da casa ficava sob sua responsabilidade, enquanto todos os outros (pais e irmãs) trabalhavam fora.

Logo no início da entrevista, pude notar que o lugar que a Senhora Ingrid ocupou, em sua família de origem, sublinhava uma inversão na hierarquia entre ela e a mãe, isto é, possuía um papel doméstico, de dona de casa, além de que o seu pai tinha uma preferência por ela, em detrimento das irmãs, instaurando uma relação conflituosa com a esposa.

A Senhora Ingrid enfatizou, ainda, ter uma relação conflituosa com a sua mãe até os dias de hoje, lembrando-se de várias situações de violência física, inclusive de um episódio em que foi agredida fisicamente, na frente do namorado (atual marido), com uma toalha no rosto, por não ter cozido o arroz.

²⁸ Nome fictício.

²⁹ Nome fictício.

[...] se não estudava, apanhava, se não fazia serviço, apanhava, se não fazia direito, apanhava, se tinha roupa encardida no varal, apanhava, se tinha roupa mal estendida, apanhava, se o arroz “tava” feito e não “tava” mexido pra ficar soltinho, apanhava e tudo.

Por seu turno, o Senhor Armando descreveu a sogra como uma pessoa “cruel” (sic) com a filha:

Eu acho cruel mesmo, porque o que ela faz com ela não faz com as outras. [...] E as outras maltratam, as outras respondem, ofendem [...] Xingam, entendeu? E ela trata as outras com muito mais carinho do que ela, que trata ela só com carinho.

Por algum motivo inconsciente ou omitido durante a entrevista, ambos descreveram a existência de uma aliança entre mães e filhas e entre o pai e a Senhora Ingrid. Em várias ocasiões, a Senhora Ingrid referiu-se a algumas atitudes da mãe e das irmãs, tentando “separá-la” do pai:

[...] ele era caminhoneiro. Aí, todas as vezes, até que ele telefonava, ele conversava com todas e não conversava comigo, porque, sempre que ele conversava com todas, quando ele ia conversar comigo, o telefone ia ficar mais caro.

A lealdade ao pai permanece até os dias de hoje, mesmo após o seu falecimento, visto que, a Senhora Ingrid ouviu várias críticas de sua família quanto a defender o pai de uma situação de adultério, antes de sua morte.

Questionada sobre a sua percepção quanto à família de origem, descreveu um relacionamento conflituoso entre os pais: “*minha mãe era muito brigona com meu pai*” (sic), tendo confessado nunca ter-se sentido amada pela mãe, até os dias de hoje. Em relação às irmãs, não se relaciona bem com elas, mesmo atualmente, de modo que raramente vai até a casa delas, apesar de morarem no mesmo município.

O Senhor Armando iniciou o relato sobre sua família de origem, apontando o falecimento do pai com um grande pesar. Seus pais tiveram oito filhos, sete homens e uma mulher, sendo ele o antepenúltimo. Percebi certa dificuldade e tensão, quando ele falava sobre sua família; preferiu ficar mais calado, quando a atenção se voltou somente para a sua fala.

Disse-me que a sua infância foi muito feliz, com uma família muito unida, e que até hoje todos os irmãos mantêm a rotina de visitar a mãe pelo menos uma vez ao dia. Quanto ao relacionamento dos pais, *“Ah, pra ser bem franco, né, nós nunca vimo” eles discutir*” (sic).

O Senhor Armando afirmou ter apanhado muito, em sua infância, com cinta: *“Nossa Senhora, eu fui o que mais apanhava!”* (sic). Entretanto, não descreve o fato como algo negativo em sua vida, mas como uma forma de educação, comparando muito a educação das crianças de hoje com a falta de limites e de valores morais. Segundo seu depoimento, não havia nada de negativo em sua família ou em sua história de vida: *“Eu graças a Deus, em parte de família, de criação, não tenho nada a reclamar”* (sic).

Embora não tenha dito nada negativo em relação à criação e à educação dada pela sua família, ressalto aqui que a situação de abuso ocorrida com a filha e praticada pelos primos se restringiu aos parentes da família paterna.

O Senhor Armando casou-se com dezenove anos e a Senhora Ingrid, com dezesseis. Houve um aborto aos cinco meses de gestação de um menino. Ambos disseram que o filho não tinha sido planejado, mas era muito desejado. Após essa situação, quatro anos se passaram, até que, depois de muita tentativa, ela ficou grávida de Luiz, porém, teve complicações durante a gestação, tendo que ser medicada para evitar um novo aborto. Esse filho, segundo o casal, foi muito desejado, mas veio em um período de muita dificuldade, pela situação financeira do casal, com o desemprego do marido. A esse respeito, a Senhora Ingrid conta: *“na gravidez do Luiz, eu comi muito arroz com abóbora madura”* (sic). Além disso, ela não contou para sua família o que estava passando.

Não, não queria contar pra ninguém. Então, guardava tudo pra mim, né, e porque eu era, até hoje são muitas das coisas minhas, que eu não conto pra minha mãe.

Ambos sublinharam a dificuldade de obter auxílio e apoio da família, revelando que, logo em seguida, seriam cobrados por isso. Ou seja, nesse momento, o Senhor Armando deixou visível uma imagem mais real de sua família, que não teria sido tão unida e perfeita.

A segunda gravidez, de Lúcio, também foi esperada; Luiz e Lúcio nasceram de parto normal, mas a gravidez de Lúcia não foi desejada pela genitora:

[...] agora a Lúcia que foi meio “anssim”, inesperada, fiquei “revortada”! [...] Foi uma coisa que aconteceu, na semana que eu fiquei sabendo que “tava” grávida eu ia pôr o DIU [...] eu tive de esperar, a primeira vez era uma menina, segunda foi moleque, terceiro moleque, aí eu fiquei grávida, eu não queria aquela gravidez, não aceitava aquela gravidez, ainda foi a minha sogra falou, aí se for uma menina, você dá pra mim, minha sogra até hoje ela toca nisso, e a minha pressão subiu, porque eu não queria ficar grávida mais e tá, foi o seguinte, pra mim aceitar a minha gravidez [...] Eu chorava a gravidez inteira.

O Senhor Armando revelou não saber o motivo da não aceitação dessa gestação, visto que a Senhora Ingrid sempre desejou ter uma menina. Todavia, segundo o relato da esposa, havia alguns motivos, tais como: acreditar que a gravidez era de um menino, mesmo após a realização do ultrassom e a confirmação do sexo do bebê; a dificuldade de falar sobre a gravidez para a mãe, já que, esta havia imposto à filha a condição de não engravidar novamente. Assim, Ingrid escondeu o resultado da gravidez da mãe, durante mais de um mês.

O marido se queixou, ao longo da entrevista, do excessivo controle da sogra sobre a filha e, inclusive, a tentativa de controlar o casamento, sendo necessária a imposição de limites, que ele teve de fazer:

[...] a mãe dela só não se meteu no meu casamento com ela, porque da primeira vez eu discuti com ela na porta de casa, não deixei ela nem entrar dentro de casa...

Ao serem questionados sobre o relacionamento do casal, ambos trocaram olhares e a Senhora Ingrid contou que estavam brigados, e não se falavam há quinze dias. A reclamação constante da esposa foi sobre a falta de comunicação do marido sobre suas decisões, apesar de ela também mostrar imaturidade em lidar com os conflitos, tendo atitudes como abster-se da comida (“*eu fiquei duas semanas sem comer em casa*” (sic), por uma situação com o filho, o qual tentou resolver o conflito do casal, ao dar razão ao pai. A Senhora Ingrid, ao invés de enfrentar a situação, passou a agir agressivamente contra ela mesma. O Senhor Armando reclamou ainda da conduta da esposa, quando ambos estão brigados:

Ela desconta em todo mundo, fica de mau humor, as crianças, qualquer coisinha é motivo dela responder malcriado, esse tipo de coisa.

Além disso, notei o conflito no relacionamento entre a mãe e o filho Luiz, com uma situação de rivalidade entre mãe e filho, pois o pai se queixa da conduta da esposa de “*botar contra ele, entendeu?*” (sic), uma vez que pai e filho se relacionam bem:

Tô brigada com ele, porque ele já falou que não tem mãe, ele só fica me maltratando, ele fala que não tem mãe, agora ele não tem mãe [...] Ele falou que não tinha mãe, veio falar comigo, você não tem mãe! Eu não sou sua mãe, hora que você aprender a me respeitar [...] Ele quer medir força, ele quer medir força, sabe que ele olhou na minha cara e falou, eu quero ver quem vai ganhar nessa guerra, se é eu ou se é você...

A Senhora Ingrid demonstrou não conseguir dar limites aos filhos, agindo de forma agressiva com os filhos, inclusive utilizando xingamentos:

Eles me atormentam o dia inteirinho que Deus deu, eles não me deixam em paz, tem coisa que eu obriguei ele deixar, então, quando eu falo, quando você for sair, leva pelo menos um, e deixa dois comigo, porque dois deixando comigo, eu consigo levar, o mais velho já não me obedece, aí ele fica, o mais novo fica, o pai saiu, o que que vou fazer, não tem ninguém pra mim brincar, aí eu respondo: “Enfia o dedo e fica rodando”.

Quanto à comunicação intrafamiliar, ambos concordaram que não há um bom diálogo em casa: “*O diálogo que tem, é briga*” (sic).

Em determinado momento da entrevista, a esposa passou a relatar a respeito de seus sentimentos sobre o relacionamento do casal e dos filhos, dizendo sentir-se sempre culpada por tudo:

- *Ela se autodefende de tudo entendeu, ela tem uma barreira, que tudo que você vai conversar com ela, muitas vezes, a respeito do Luiz, muitas vezes eu tento conversar com ela. (Senhor Armando diz)*
- *A culpada é só eu, então eu já me culpo! (Senhora Ingrid)*

Expus a eles algumas percepções que tive, ao longo de nossa conversa, como a baixa autoestima, os sentimentos de fracasso diante da educação dos filhos, ligando-as com sua história de vida, por vivenciar uma educação muito rígida, ter sido submetida a constantes violências físicas. A essa altura, a Senhora Ingrid começou a chorar muito, mencionando as saudades que sentia do pai falecido, dizendo que apenas ele a entendia.

Quanto à educação dos filhos, questionei o casal acerca da maneira que colocam limites. O pai descreve: *“Eu vou lá e dou duas, três cintadas, daquela de doer mesmo”* (sic), agindo com um mesmo padrão de educação recebida. A Senhora Ingrid discordou dessa maneira de disciplinar, justificando que *“passa mal”* (sic), ao ver seus filhos apanhando, sente culpa e remorso, mas permanece conivente, recorrendo ao marido quando sente que a sua forma de disciplina foi ineficaz.

Parece que ele tá batendo, conforme ele vai dar aquela cintada, vai arrancar o couro, sabe, então eu não gosto de ver. (Senhora Ingrid)
Não é. É que eu apanhei muito. (Senhor Armando)
Mas eu não gosto de ver. (Senhora Ingrid).

Portanto, percebi que os pais utilizavam o mesmo modelo adquirido na família de origem para educar e impor limites aos filhos: a punição corporal, sendo esta considerada a maneira mais eficaz e justificada pelo próprio Senhor Armando. Sobre a educação sexual, mãe confessou: *“Eu não converso esse tipo de coisa! [...] Também nunca ouvi, eu não posso falar, porque nunca ouvi”* (sic).

Única coisa que esses dias o Luiz chegou e falou que “tava” namorando, “tava” paquerando, né, eu falei cuidado com a filha dos outros, a filha dos outros não é peteca, só isso que eu falava, falo pra ele, né, mas sobre as outras coisas, aí igual esses dias eu falei pra ele, é você que tem que falar com ele, não é eu, parte de homem com homem, agora com a Lúcia já é assunto meu, né, que nem esses dias, ela olhou pra minha cara, mãe, que que é menstruação? Mãe, por que que eu não tenho isso, mãe, por que que eu não tenho aquilo? [...] Ah, eu falei pra ela, com o tempo você vai ter, mas ainda não tá na hora, ainda não (relato da Senhora Ingrid).

A mãe se queixa de não ter recebido nenhuma orientação a respeito da sexualidade: *“Tudo que eu fiquei sabendo, fiquei sabendo sozinha. Na véspera de quando eu fui pra casar, que a irmã dele e a cunhada dele me falaram, me falou (sic).*

O pai, por sua vez, garantiu já ter orientado o filho: *“Com o Luiz já andei conversando um pouco”* (sic), sustentando ter tido algumas conversas com o pai, na sua juventude.

Quando perguntadas sobre a situação de abuso sexual de sua filha, Ingrid conta como soube da situação:

“Nós” descobriu porque aí eles “tava” planejando de fazer de novo. O I. estava planejando de fazer de novo, chamou, convidou esse parente meu que ele é

evangélico [...] O J., um outro adolescente, vai tá com doze anos, aí ele pegou esse J., foi , chegou lá e contou pra minha mãe, aí tia Lola, os moleques tão falando que fez isso, isso e isso com uma menina, minha mãe disse que já gelou, que sentiu que era parente, aí minha mãe falou assim, vai lá eles convidando ele, vai lá e fala que você quer participar.

Todos os adolescentes envolvidos eram primos, por parte da família paterna, praticando os abusos na residência da avó paterna, situação descoberta pela avó materna, a qual contou para Ingrid e Armando. Sua reação foi de negar a situação, até que um dos sobrinhos acabou confessando o abuso.

A mãe disse ter tentado dialogar com a criança, mas, no princípio, esta negou:

Ela, “Não, mãe, não é verdade”, aí eu fui e falei, “Ai, mãe, é mentira isso”, eu também não acreditei, né? [...] Ela falou: “Não, mãe!” Ai, filha, você tem certeza, ela falou não, eu fiquei insistindo, então tá bom, “Vamo” fazer o seguinte então, se não aconteceu mesmo, eu vou levar você no médico amanhã, se o médico fala que aí foi mexido você vai apanhar, porque você não confiou na mãe, aí ela ficou “anssim”, mexendo com as mãozinhas, com os pézinhos: “Mãe, mas se eu falar, você vai deixar o pai me bater?”, eu já fiquei gelando, né, não, você tem que confiar na mãe, você tem que falar, “mãe, mas o pai vai me bater”, eu falei, o pai não vai te bater, aí ela pegou e falou quem tinha sido, aí ela contou.

Observei que Lúcia, além das situações de abusos e ameaças extremamente graves a que foi submetida, conservou o segredo por receio de apanhar, não conseguindo encontrar nos pais pessoas de confiança, que pudessem compreendê-la e acolhê-la. Para conseguir que a filha confessasse o abuso, a mãe realizou novas ameaças à criança.

Ela falou “anssim”, aí, é... o que ela falou? [silêncio] G. e o M. segurou ela e o I. foi o primeiro, o G. tampou a boca dela, aí ela foi falando um por um.[...] Dois segurava e um tampava a boca e o outro, aí quando o outro. Ela disse que doía, doeu “tudinho”, aí só que aí os exames acusou que foi negativo, né, que não aconteceu nada, né.

Pelo exame de perícia não ter sido positivo, mãe demonstra uma atitude de minimizar a situação de abuso da filha e a violência sofrida, de sorte que os sentimentos vivenciados pela criança passam a ser secundários.

Sobre a reação dos pais, o pai revela: “Ah, terrível, né, minha vontade era de moer todos eles (sic)”, enquanto a mãe afirma: “Nóis” nem acreditou na minha mãe” (sic).

Ao questionar os pais como haviam lidado com Luiz, quando descobriu seu envolvimento, a mãe revela: *“Ah, o Luiz, eu dei uma surra nele, coloquei ele de castigo”* (sic), ao passo que a postura do pai foi a de não bater.

Ai, ela disse que ele também colocou nela, né, só que ele xinga ela de mentirosa, que ela é mentirosa, que ela é isso, que ela é aquilo [...] Até hoje ele nega!

A atitude de Luiz foi não admitir a situação de abuso, e a partir dessa situação proibiram Luiz de permanecer sozinho com Lúcia, além de não ter levado mais a criança para a casa da avó.

Sobre o motivo que teria provocado o envolvimento entre os irmãos, o Senhor Armando enfatiza: *“Ah, eu nesse caso aí, eu acho que foi mais assim, tipo coisa de molecada”* (sic). A mãe declara: *“Maria vai com as outras!”* (sic). Além disso, a mãe justifica que seu filho Luiz toma medicamento desde bem pequeno, em virtude das convulsões que teve, desde os quatro meses, quando foi diagnosticada uma *“irritação nervosa no cérebro”* (sic), frisando também que ele tem *“hiperatividade”* (sic).

O relato do genitor foi o de simplificar ou minimizar a situação vivenciada pela filha como algo *“de molecada”* (sic), ou seja, algo natural e comum para idade, como os jogos ou brincadeiras sexuais, não levando em consideração o sentimento da própria filha.

Quando interrogados sobre como foram seus sentimentos, a fazer a denúncia do próprio filho, o Senhor Armando revela: *“Que eu falo sempre, né, não é porque que é meu filho que eu vou passar a mão na cabeça”* (sic,) enquanto a genitora concorda e reclama da atitude dos outros pais, que acabaram protegendo os seus filhos.

Sobre o relacionamento entre os irmãos, para eles, Lúcia e Luiz são como *“gato e rato”* (sic), existindo muitas brigas entre eles, sendo que o pai aludiu à existência de um tratamento diferenciado da mãe com Lúcia, em detrimento dos outros.

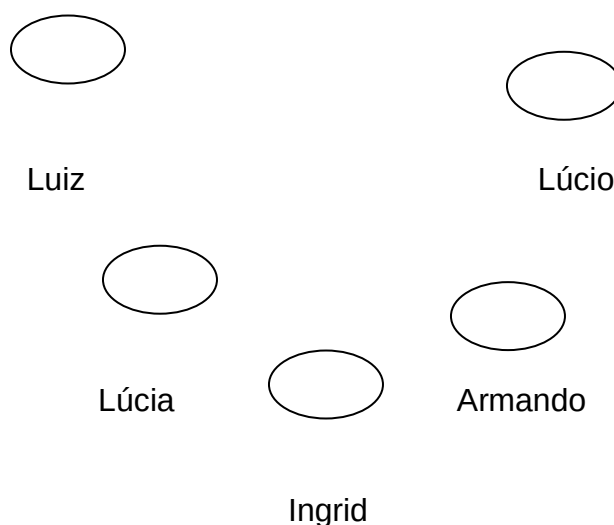
Nesse sentido, durante a entrevista realizada, percebi o pai extremamente resistente, esforçando-se em demonstrar uma imagem de “superpai”, com uma *“família de origem ideal”* (sic), omitindo sua própria história e focalizando a da

esposa. Sutilmente, ele parece ter atribuído à esposa toda a responsabilidade pelo ocorrido (situação de abuso da filha) em sua família.

4.3.3 A Entrevista familiar diagnóstica

A família compareceu apenas no segundo agendamento, justificando que, no primeiro, o genitor estaria trabalhando.

Ao entrar na sala de atendimento, cada um escolheu uma cadeira e todos se sentaram em círculo. Ofereci tanto cadeiras apropriadas para adultos como para crianças, entretanto, Lúcia escolheu uma cadeira de adulto e se sentou com rapidez, deixando o pai alguns segundos em pé, até que Lúcio, que também havia escolhido a cadeira maior, cede ao pai.



Expliquei para a família que eles teriam liberdade para interagir da forma como quisessem, durante cinquenta minutos. Enquanto eu permanecia apenas observando, a genitora decidiu quebrar o silêncio e, rindo, disse: *“Tá todo mundo com cara de santo, com coisa que lá em casa, tudo carinha de santo, de anjo!”* (sic).

A mãe começou a delatar as brigas que os irmãos Lúcio e Lúcia tiveram, até comparecerem à entrevista, focalizando também a atenção em Luiz, que se conservou em uma postura bastante defensiva, dizendo em vários momentos: *“Não sei, sei de nada”* (sic).

Lúcia e Lúcio sentaram-se no chão e brincavam: Lúcio, com o carrinho, e Lúcia, com a boneca; o pai permaneceu sentado de braços cruzados e, mãe, algumas vezes, emitia alguns risos.

Luiz chamou a atenção do pai, dizendo para ele fazer uma casinha de bonecas de madeira para Lúcia, que, entusiasmada com a ideia, ordenou ao pai: *“Pai, você vai fazer um desse pra mim!”* (sic). O pai nada respondeu e apenas riu. *“Pai é chato! Não quer fazer essa casinha!”*, respondeu Lúcia (sic). Em seguida, provocou o irmão mais velho, Luiz: *“Até que enfim esse moleque feio falou!”* (sic).

A mãe passou a relatar que esses tipos de provocações terminavam sempre em briga, no contexto familiar, com socos, pontapés e pedaços de pau. Em acréscimo, afirmou que os filhos não obedeciam aos pais, e isso se perpetuava até que o pai intervinha, batendo com a cinta: *“A cintada dele dói [...] Porque ele bate com toda a força dele!”*, revelou Lúcio (sic).

Em todo o tempo, a mãe focalizou o relacionamento dos irmãos e as brigas constantes, dizendo para mim: *“Presta atenção por que daqui a pouco começa a sair briga!”* (sic). Com a autorização e o incentivo da mãe, Lúcia passou a provocar o irmão, batendo em sua cabeça.

Ele (Lúcio) quer avançar nesse (no Luiz), e esse (Luiz) pega e bate nele (Lúcio), daí eu já fico irritada e quero dar na orelha dele (Luiz).

Perguntei-lhes sobre qual dos irmãos tem mais afinidade e brincam juntos. e, Lúcia respondeu que brinca mais com Lúcio, que também gostava de sair para pescar com Luiz; entretanto, a mãe logo criticou os filhos, afirmando que ambos chegavam muito sujos, não lavavam as próprias roupas e ainda as escondiam para a mãe não ver; o pai denunciou as atitudes da mãe sobre os filhos: *“Pó falar que você briga, você xinga, você grita, você...”*(sic), ao mesmo tempo em que Luiz censura a atitude da mãe: *“Vai! Fica falando dos outros!”* (sic).

Em grande parte da entrevista, houve situações de confronto entre irmãos, mãe e filhos, esposa e marido, com uma significativa falta de diálogo adequado entre todos os membros:

- Vou te perguntar uma coisa: Você me respeita? (a mãe pergunta para Luiz).
- Não sei. Não sei de nada. (responde Luiz)
- Você não me responde? (a mãe pergunta para Luiz).
- Nem sei de nada... (responde Luiz).
- Agora você não sabe! (diz mãe).

- Para. Pula essa! (risos; Luiz fica encabulado)
- Lúcio, o Luiz não me responde? (a mãe pergunta)
- Responde (delata o irmão).
- Você não me responde? (pergunta para Lúcio).
- Não! (responde)
- Ahahahhah (todos riem).
- Responde (denuncia Lúcia).
- Tirei o meu da reta! (diz Lúcio).

O genitor se manteve numa posição mais passiva, apenas observando o comportamento dos filhos e da mãe, enquanto esta mobilizava todo o grupo familiar, destacando vários aspectos negativos do comportamento dos filhos, de sorte a desvalorizá-los.

Ele é bocudo, preguiçoso, essa semana ele foi estudar para prova, ele entra no quarto e faz assim com a folha. (a mãe se refere ao filho Lúcio, na escola).

Em certo momento, a mãe passou a se queixar do pai, por deixar sob sua total responsabilidade o acompanhamento do desempenho escolar dos filhos, sobretudo de Luiz, levando em conta que ele não necessitava de seu apoio e cuidado, por ser um “adulto”, conforme descreveu:

Dele (Luiz) é ele (pai) que vai... eu não vou assumir dele mais, porque no ano passado mandaram eu tirar xerox das coisas que ele fazia no colégio e, mesmo assim, ele falava que era mentira, então eu ia, e acabava participando, participando dos dois (Lúcia e Lúcio) e ele (pai) participa dele (Luiz), que já é adulto.

A genitora parece ter renunciado ao seu papel de mãe, com respeito ao filho Luiz.

A crítica passou a se voltar contra o marido, que tentava de alguma forma justificar para a esposa que, incessantemente, continuava a criticar suas posturas e a conduta de Luiz; todavia, vendo que não havia uma compreensão, acabou se calando.

Naquele momento, senti a necessidade de intervir, colocando para a família que estava sentindo toda a entrevista como um grande tribunal com posturas de acusação e defesa. O Senhor Armando riu em concordância, Luiz se esquivou – “*Eu não sei de nada*” (sic), enquanto mãe tentou se justificar sobre a necessidade desse acompanhamento escolar e o pai, já irritado, declara: *E o que adianta eu ir? Não vai MUDAR NADA! Não vai MUDAR NADA!* (sic).

O genitor, por sua fala, mostrou uma renúncia ao seu papel com o filho, deixando Luiz “livre” dos pais, sentindo-se no direito de fazer o que bem entendesse.

Observando que a mãe não oferecia oportunidade para os outros membros da família exporem suas opiniões, controlando grande parte da entrevista, eu disse que gostaria de ouvir Luiz e, principalmente, sobre o que ele achava do seu relacionamento com a mãe. Frisei também que a minha posição não era de julgamento, mas de compreensão e de contribuição para um melhor relacionamento familiar.

- *Ah, esqueci! (Luiz demonstra muito receio em responder, não se sentindo à vontade diante de tudo o que estava se passando).*
- *Não! Pode falar Luiz, eu quero que você fale! (a mãe se impõe).*
- *Não vou falar, não! (Luiz).*

Diante do silêncio do filho, a mãe outra vez se colocou, dizendo que Luiz reclama que ela o “xinga” muito. Interrompi a fala da mãe, lembrando que gostaria apenas de ouvir Luiz, sem interrupções. Luiz, um pouco inibido, recebeu uma autorização do pai: *“Pode falar o que a mãe fala de vocês”* (sic); incentivei-o a falar, inclusive se a mãe o xingava um pouco, e o adolescente respondeu ironicamente *“Pouco! Ah, tá!”* (sic).

Luiz falou pouco e, apesar de dizer que a mãe era brava, evidenciou ter mais medo do pai *“Mais é do pai! Do pai eu corro!”* (sic).

O casal conjugal parece falhar em suas funções parentais, em vários aspectos, até mesmo no estabelecimento de uma hierarquia familiar. Por exemplo: a mãe tentou se justificar, descrevendo situações de violência entre ela e o filho:

- *Aquele ali se você for bater nele ele avança ni mim! (mãe fala de Luiz)*
- *Ele avança ni mim!... O dia que ele avançou ni mim eu enforquei ele! (mãe) (sic)*
- *Ele vive me ameaçando, me ameaça: “Você vai ver, você vai ver”*

A relação de rivalidade da genitora com o filho Luiz, a luta pelo poder, as agressões físicas que dela decorrem transmitem uma inversão de papel e função, repetindo o mesmo padrão de sua família de origem, isto é, como uma “irmã” e não “mãe”, revelando imaturidade em lidar com os filhos. Dessa forma, oscila entre o papel de mãe, de exercer autoridade sobre os filhos, e o papel de irmã, agora se

tornando não mais vítima de suas irmãs, mas um algoz, com palavras, xingamentos e agressões físicas, pela autoridade que hoje detém.

Um exemplo prático contado pela família seria o momento do jogo, quer dizer, ainda que a genitora brinque com seus filhos, não consegue manejar as brincadeiras de uma maneira mais madura, menos regredida.

- *Quem que se dá melhor com quem aqui? (pergunto)*
- *Eu se dou melhor com... (Lúcio fica pensativo)*
- *O Lúcio ficou meio assim... (digo)*
- *Com os da rua! (mãe complementa).*
- *A Lúcia já apontou pra mãe já! A Lúcia e a mãe são meio grudadas? (pergunto).*
- *É! (Luiz)*
- *É! As duas catam meu joguinho e não deixa eu jogar! (Lúcio)*
- *As duas ficam brincando? (pergunto)*
- *É que o pai não fica em casa! (Luiz)*
- *Não é! É que quando eu vou jogar aquele joguinho, jogo da memória, vocês não brincam com nós? (mãe)*
- *Brinca. (Lúcia)*
- *Só que quem começa a escrachar as brincadeiras? (Mãe)*
- *O Luiz! (Lúcio).*
- *Oi, Lúcio! (Luiz).*
- *Oi, Luiz! (Lúcio).*
- *Os dois! (mãe)*

Como foi descrito acima, a mãe, no momento do jogo, manifestou um comportamento imaturo e de exclusão dos outros filhos, oferecendo maior atenção à filha, o que é igualmente observado, ao longo da entrevista, quando, por diversas vezes, Lúcia solicita a atenção da mãe, com uma conduta bem infantilizada, dizendo “Ô, mãaaaa!” (sic) – e esta prontamente a atende, de forma diferenciada, com grande paciência.

Luiz, por outro lado, revelou ter mais afinidade com o pai, ainda que reivindicasse maior atenção dele, dizendo que o pai não participava com a família desses momentos lúdicos.

Muitas responsabilidades eram atribuídas ao filho Luiz, incluindo o papel de corrigir e educar, embora a mãe se queixasse dessa situação:

- *Ele adora dar educação, mas educação mesmo ele quase não tem! (mãe)*
- *Ele quer corrigir, ele quer educar, uma vez eu fui chamar a atenção deles aqui, “mas, por que você tá brigando com o moleque?” e que não sei o quê, achando ruim porque eu tava corrigindo o outro. (mãe)*

Contudo, notei uma contradição entre a fala da genitora, quando eu questionei Luiz sobre o que pensava, sendo o irmão mais velho da fratria:

- *Isso aí é chato! (responde)*
- *Por quê? (pergunto)*
- *Porque ele cuida de nós e nós dá um escambal nele... (Lúcio responde)*
- *Tem que cuidar do resto dos irmãos? (pergunto)*
- *Huum... (mãe)*
- *Praticamente! (Luiz)*

A vida social da família é desfrutada de uma maneira muito independente; Lúcio e Luiz, por exemplo, vão pescar todos os fins de semana, sozinhos. Quando indaguei, à família, se existia alguma atividade ou algum momento que todos passavam juntos, a mãe respondeu:

- *Nada... (mãe)*
- *Assiste tevê de vez em quando. (Luiz)*
- *E, na hora de almoçar? Vocês sentam juntos pra comer? (pergunto)*
- *Não! (Luiz, Lúcio, Lúcia e Mãe respondem todos juntos).*
- *[...] Esse aqui senta na cama dele, essa aqui senta na cama dela, esse no chão do quarto assistindo televisão... (mãe fala sobre o almoço dos filhos).*
- *E esses dois na sala! (Luiz)*
- *Mentira. que eu como mais sozinha do que com teu pai! (mãe)*

Durante toda a entrevista, Lúcio, quanto aos outros irmãos, preferiu ficar um pouco alheio da família, brincando sozinho ou com os dois irmãos, colocando-se muito pouco. Quando questionei sobre quem da família era o mais bravo, Lúcio denunciou a sua posição na fratria e na família: *“Pior, eu sou o mais bravo e o que apanha mais”* (sic).

A última etapa da entrevista consistiu em saber sobre o encaminhamento da família ao serviço; assim, no momento em que perguntei a Lúcia o motivo que a trouxe para os atendimentos, Luiz e Lúcio, que estavam jogando em silêncio, se incomodaram e passaram a falar sobre o jogo, em alta voz: *“Vai, Lúcio! (Luiz fala em alta voz)”*, ao que Lúcio responde: *“Vai, eu já mexi esse aqui!”* (sic).

Lúcia ficou um pouco constrangida, com os olhos marejados, e olhou para a mãe, que a autorizou a falar: *“Não é pra você chorar, é pra você falar!”* (sic), Lúcia se aproximou da mãe e disse em seu ouvido: *“Fala, você”* (sic), porém a mãe continuou incentivando a criança a falar, segurou-a e ofereceu apoio para a filha.

Os irmãos continuaram a falar em alta voz sobre o jogo e, em seguida, Luiz disse: *“Hij, tô ferrado!”* (sic).

Continuei incentivando a criança a falar, perguntando se havia ocorrido algo que era triste ou chato. Lúcia respondeu: *“Triste!”* (sic). Perguntei-lhe: *“Que mais?”* (sic). Ao fundo, Luiz resmungou algo para Lúcio, que não pôde ser ouvido. Lúcia afirmou: *“Chato, e mais um monte”* (sic). Quis saber da criança se ela sabia o motivo do seu encaminhamento, e ela respondeu afirmativamente. Quando perguntei se teria a ver com a família, Lúcia apontou para os dois irmãos.

“Tem a ver com o Luiz e o Lúcio?”, perguntei, e Lúcia confirmou, gesticulando a cabeça, enquanto a mãe interrompeu a filha: *“Cê explica que o Lúcio só ficava vendo, né? O Lúcio não fazia nada com você”* (sic).

A atitude da genitora, de interromper a filha, de minimizar o ocorrido, foi compreendida por mim como uma atitude de negação da situação vivenciada. Desse modo, voltei a questioná-la se isso se restringia a Luiz e a Lúcio apenas, e a criança passa a contar nos dedos, colocando mais cinco nomes de garotos. Quando indaguei *“E o que eles faziam?”*, Lúcia se aproximou de mim e preferiu dizer baixinho em meu ouvido: *“Besteira!”* (sic). Não insisti mais, para não constranger mais a criança diante da família.

A criança também contou que, após o relato da avó, a primeira da família a contar, terminou por revelar tudo para a mãe, tendo guardado o segredo devido à ameaça realizada contra ela: *“Eles falavam que iam me bater!”* (sic). Questionei se o abuso havia ocorrido em um único episódio e me respondeu: *“Um monte”* (sic)

- Vocês concordam com o que a Lúcia falou? (pergunto para os irmãos)
- Sei de nada! (Luiz)
- [...] tô quietinho no meu canto! (responde Luiz)
- [...] Esqueci de tudo, não sei de nada! (Luiz)

Luiz, portanto, ficou em uma situação difícil após a denúncia da irmã e se protegeu, dizendo nada saber.

Perguntei sobre a participação de Lúcio e este negou, afirmando posteriormente que participava indiretamente, sendo incumbido de vigiar o local, para ver se algum adulto se aproximava; caso isso acontecesse, teria que avisar os demais.

Luiz, perguntado sobre o que ele achava que motivou toda a situação, continuou em uma posição defensiva, repetindo: “Não sei” (sic).

A genitora acabou desabafando:

Aí ele fala deu confiar nele! Você acha que eu tenho condições de confiar nele depois do que aconteceu? [...] Eu não confio nele nem em ninguém mais, em ninguém, nem nele (pai), que não mexeu com ela eu confio... (mãe)

Chamou-me a atenção o fato de a própria mãe levantar suspeita em relação ao marido e este permanecer calado.

Nesse momento, passei a me colocar mais diante da situação, visto que a mãe ficara extremamente nervosa:

O que a gente tá percebendo aqui, Lúcia (estava jogando bola), senta aqui só um pouquinho que eu vou falar agora, tá? Luiz e Lúcio, eu não estou aqui pra julgar, mas pra ajudar vocês, e houve lá no passado uma coisa que quebrou a confiança de todo mundo, e hoje a gente tá percebendo que a família... ela tá unida. Que que vocês acham? (pergunta)

Luiz e Lúcio responderam que “não” (sic); o pai, que estava apenas ouvindo, pediu que todos escutassem com atenção o que eu estava dizendo. A mãe continuou falando sobre quebra de confiança:

Mas, antigamente, eu ainda confiava, tudo o que eles falavam pra mim, eu acreditava, mas, depois que aconteceu, não confio, não acredito mais ... (mãe)

Luiz demonstrou não se sentir confortável ouvindo aquilo, de modo que comecei a focalizar sobre o afeto na família, perguntando sobre o que cada um sentia em relação ao outro. Todos os filhos, inclusive Luiz, responderam que se sentiam amados pela mãe e pelo pai. Entretanto, a mãe não disse o mesmo de Luiz, revelando que, por ele não obedecê-la ou respeitá-la, sentia que ele não a amava, falando ainda sobre a não aceitação desse filho:

Eu não tô contra ele, mas, eu queria que ele mudasse o jeito dele, só isso! Eu quero que ele cresça, ele tá com quinze anos e com uma mentalidade de criança... (mãe diz, zangada)

Falei sobre aceitação e, principalmente, sobre a compreensão de Luiz enquanto adolescente, ao que a mãe completou: “aborrescente” (sic).

Em vários momentos, tentei evitar o confronto direto entre mãe e filho, que, a essa altura, estava literalmente “encostado na parede”, em uma posição defensiva, repetindo: “*não sei*”. Percebi que essa postura irritava tanto a mãe quanto o pai, o qual, já sem muita paciência, interroga o filho: “*O que que é gostar pra você, Luiz?*” (pai pergunta) “*Óooo, pai, ôo!*” (Luiz fica sem graça) (sic).

Logo em seguida, o Senhor Armando procurou colocar para o filho o seu exemplo: “*Igual o pai gosta da mãe, o pai respeita a mãe, o pai conversa com a mãe, o pai não ofende a mãe...*” (sic) – e todos riem, demonstrando não estar de acordo com esse relato de “superpai”, enquanto a genitora fazia uma expressão questionadora: “*Eu assustei com tudo isso*” (sic).

De minha parte, principiei a dialogar com a família, dizendo que notara que havia uma relação de carinho e afeto entre todos, porém, pedi para refletirem sobre o que precisava melhorar. Todos, em comum acordo, afirmaram que as brigas deveriam cessar e fazer imperar o respeito mútuo.

Questionei também se, com respeito à situação ocorrida entre os irmãos, já estava resolvida para o pai: “*Não é fácil não!*” (sic), o pai respondeu.

Para Luiz, a mãe quis saber se ele estava envolvido no abuso ocorrido, demonstrando que realmente estava negando a situação, como se fosse a primeira vez que eles estivessem conversando, Luiz respondeu: “*Não sei*” (sic). A mãe mostrou irritação com o filho e eu disse para a mesma: “*Talvez ele não queira falar, mas o “Não sei” diz muita coisa*” (sic).

Depois disso, o pai perguntou: *Você tá arrependido?*(sic). Luiz respondeu afirmativamente com um “*Aham!*” (sic), contudo, a mãe continuou insistindo para que Luiz assumisse verbalmente, como se ela precisasse acreditar no acontecido e disse, em um tom ameaçador: “*Então você tava envolvido!*” (sic), mas Luiz responde: “*Não sei!*” (sic).

- *De coração, filho?* (pai)
- *Nós estamos conversando sério, Luiz!* (mãe)
- *Você está arrependido mesmo?* (pai)
- (Luiz concorda, balançando a cabeça)
- Se você pudesse voltar atrás?* (pai)
- *la fazer diferente!* (Luiz)
- *Que jeito que é seu diferente?* (mãe)
- *Ah, aí, ó!* (Luiz reclama das atitudes da mãe)
- *É uma pergunta que eu tô te fazendo! Quem sabe depois da resposta que você me de,r eu possa até voltar a confiar em você* (mãe)
- *Não cometer o mesmo erro que eu cometi...* (Luiz)

Deixei que os pais expusessem os seus sentimentos ao filho, observando que, nesse momento, todo o segredo estava sendo quebrado e a família estava dando o seu primeiro passo para uma verdadeira reconciliação.

A entrevista tomou um rumo o qual eu jamais imaginava, de grande valor terapêutico, em que todos estavam falando sobre seus sentimentos. Dessa forma, perguntei se Lúcia havia perdoado os seus irmãos; todavia, a criança declarou que ainda sentia muita tristeza. Perguntei se eles haviam pedido desculpas pelo ocorrido, mas ela negou, tomando em seguida uma atitude de querer ouvir isso dos irmãos.

Transcrevi, abaixo, essa parte inteira, que considero uma etapa significativa da entrevista:

- *Você não quer aproveitar e pedir desculpas? (pai diz, em um tom amigável)*
 - *Tô quieto! (Luiz)*
 - *Eu já pedi sim, mentirosa, eu já pedi! (Luiz)*
 - *Mentira! (Lúcia)*
 - *Então pede de novo! (pai)*
 - *Que dia que você pediu que eu não tô sabendo? (mãe)*
 - *Ah, faz tempo já... (Luiz)*
 - *Ah, Luiz, não vem não! (mãe)*
 - *Por que você não aproveita pra pedir? (pai)*
 - *Desculpa! (Luiz)*
 - *E o Lúcio? (pergunto)*
 - *Eu já pedi já... (Lúcio)*
 - *Então pede de novo! (pai)*
 - *E agora, Lúcia, você perdoa os seus irmãos? (pergunto)*
 - *O Lúcio não me pediu! (Lúcia)*
 - *Eu pedi, sim, você não ouviu... desculpa! (Lúcio)*
 - *E agora? Você desculpa os seus irmãos? (pergunto)*
 - *Não sei! (e olha para mãe)*
 - *Por que você olha pra mim? (mãe)*
 - *Não sei!*
 - *Não precisa olhar para a mãe, se você quer receber a desculpa ou não, você precisa sentir no seu coraçãozinho. (digo)*
 - *Você perdoa ou não os seus irmãos? (mãe)*
- Lucia concorda*

Encerrei, falando sobre a importância do perdão para a família, sublinhando que a falta de respeito, de limites, também partiu de Luiz e Lúcio contra a irmã e, que caberia aos pais, a tarefa de cultivar esse respeito mútuo em casa.

Luiz relacionou o que eu disse com uma situação ouvida no colégio:

- Ah! Sabe o que o professor falou, no colégio? Que muitas vezes, quando os irmãos brigam, tão seguindo o caminho do pai e da mãe, que começa a discutir na frente dos filhos. (Luiz)
- E tem isso em casa? (pergunta)
- Aham! Muitas vezes! (Luiz)
- Pais ficam calados, apenas ouvindo.
- Então, às vezes o desrespeito começou antes e, dali, o desrespeito foi aumentando, foi passando... (digo)
- Foi passando primeiro pra mim e pro Luiz! (Lúcio)
- Não que vocês estejam isentos de culpa, mas cada um tem a sua parcela, mas que estava todo mundo assim, na falta de limite, de cuidado, o que você acha, Ingrid? (pergunta)
- Fala, meu coração! (pai faz uma brincadeira com a mãe e todos caem na risada)

Assim, a entrevista se encerrou, com todos brincando e rindo, reivindicando maior presença e participação do pai.

- Quando que o pai ia pra igreja, era mais legal, agora que ele não tá indo mais, ficou chato! (Luiz)
- Quando ele tava indo na igreja com a gente, a nossa vida melhorou da água pro vinho, e ele parou de ir, quer saber da maior? Quando a gente passava na rua, as pessoas falavam, que bonita essa família! (mãe)
- Até as mulheres que sentavam atrás da gente falavam que era bonita a família, toda unida! (Luiz)
- Nós tudo cinco sentava num banco só! (mãe)

Pela primeira vez, na entrevista, mãe e filho concordaram sobre algum aspecto, relembrando, com nostalgia, os momentos felizes da família e desejando a mudança.

4.3.4 A Entrevista com Luiz

A entrevista individual com Luiz se deu duas semanas após a entrevista familiar. Comecei perguntando sobre o que o adolescente sentiu com a entrevista familiar, visto que falou muito pouco. Ele apenas me respondeu: “Foi boa!” (sic), complementando que se sentira livre para colocar tudo o que tinha para falar. Frisei que percebera que ele estava com um pouco de vergonha, sobretudo em relação à postura da genitora, ao ressaltar seus vários aspectos negativos, como as notas no boletim. Em seguida, Luiz revelou que tirou quatro vermelhas e que a mãe acabou buscando o seu boletim mesmo, ao contrário do que havia dito, durante a entrevista. Luiz afirmou que ela “só fala!” (sic), de maneira que compreendi essa atitude da mãe como um potencial de mudança, assumindo maior responsabilidade sobre o filho.

Quanto a isso, questioneei o adolescente como eram os xingamentos da mãe, que foram mencionados no decorrer da entrevista.

Vixi, da boca dela sai muita coisa! Ela xinga nós de capeta, demônio, um monte de coisa.

Luiz falou muito do relacionamento familiar, com muitas brigas entre os pais:

*Aqueles dois já é caso perdido já, os dois só briga!
De um dois meses que eles ficam conversando, eles ficam brigando quatro e cinco. Toda semana tem que ter briga naquela casa entre os dois.*

No relacionamento da fratria, foi possível notar o fato de Luiz sentir que Lúcia possui um tratamento diferenciado, recebe menos punição corporal e, ainda, acaba provocando briga, para que os irmãos sejam punidos pela mãe:

- Igual esses tempos atrás, eu bati o meu pé no pé dela, começou a fingir que tava chorando, daí ela foi e falou pra minha mãe, chorando, daí minha mãe pegou e ralhou comigo, daí a hora que minha mãe ralhou comigo, ela já parou o choro! (Luiz)

- Só minha mãe brigar comigo que ela para de chorar! (Luiz)

- Então, tem uma diferença no tratamento, você sente essa diferença? (pergunta)

- Aham... (Luiz)

- A mãe com a Lúcia e a mãe com você, o que a gente pode comparar? (pergunta)

-Tudo. (Luiz)

-Tudo é diferente? (pergunta)

- Sempre defende mais a Lúcia do que nós. (Luiz)

- É verdade que vocês não se entendem muito? (pergunta)

- Muito, não! (Luiz)

- Por quê? (pergunta)

- Sei lá! (Luiz)

A atitude da irmã com respeito aos irmãos foi compreendida por mim como uma atitude de “revanche” ou vingança pelo ocorrido com ela, na situação abusiva vivenciada. O adolescente também aludiu a várias situações conflituosas entre ele e a mãe, e um distanciamento emocional muito grande desta.

Sobre o abuso, Luiz demonstrou grande resistência em falar: “*Tinha que chegar nessa parte?* (sic) – me pergunta, calandose e apenas garantindo que foi um pouco constrangedor conversar sobre isso perante a sua família, e que seus pais, após a entrevista familiar, não tocaram mais no assunto.

Tentei investigar mais sobre o que motivou essa situação, porém Luiz apenas declara não saber; entretanto, ao relacionar esse fato com o tratamento preferencial por Lúcia, Luiz se cala e seus olhos ficam marejados:

- *E... por que a Lúcia? (pergunta)*
 - *Sei lá! (Luiz)*
 - *Você acha que tem a ver com a diferença do tratamento entre os irmãos? Da Lúcia? (pergunta)*
 - *Será que a gente poderia entender que a Lúcia poderia “sofrer um pouquinho também”, assim como eu já sofri muito! (pergunta)*
- Luiz se cala, seus olhos ficam marejados, e ele olha para o chão, permanecendo em silêncio.*

Luiz se calou após minha intervenção, e, permaneceu por vários momentos em silêncio. Além disso, mostrou grande sentimento de culpa e raiva de si mesmo, durante a entrevista, quando questionado sobre a situação de abuso.

Contou que tinha treze anos, quando perpetrrou o abuso contra a irmã, negando que tivesse vivenciado qualquer situação dessa natureza, em sua vida, porém, ao perguntar novamente: *“Teve alguma outra coisa?”*, respondeu *“não sei”* (sic).

Procurei investigar se houve alguma situação por parte de primos ou de outras pessoas da família, visto que todos os seis garotos eram parentes, mas Luiz igualmente negou.

Outro ponto abordado foi se houve uma tentativa de penetração (conjunção carnal) na criança, todavia Luiz outra vez se calou, demonstrando um consentimento.

Ao final, relatou que, por não existir muito diálogo na família, aspectos sobre a sexualidade nunca eram ali discutidos. Atualmente, ele estaria namorando uma adolescente de sua idade.

- *Então essas coisas não se fala em casa? (sobre sexualidade)*
- *Não...*
- *Você acha que seria importante a família conversar sobre isso?*
- *Acho que sim... [...]*
- *Em casa não tenho muita coragem não, eu pergunto no colégio pra professora*

4.3.5 A Entrevista com Lúcia

A entrevista individual com Lúcia aconteceu uma semana após a entrevista de Luiz.

No transcorrer da conversa, Lúcia ficou à vontade para brincar e, a partir de sua solicitação, acabei interagindo em um jogo com ela. Aos poucos, a criança me relatou que achou a entrevista familiar, *“legal e difícil”* (sic), frisando que havia ficado com vergonha diante da família e sentira certa tristeza, ao falar sobre o ocorrido.

Ao questioná-la se ela gostaria também de me contar a situação abusiva, ofereceu resistência em me revelar, começando por dizer: *“foi besteira”* (sic) e, quando eu lhe pedi que me descrevesse o que seria uma besteira, respondeu: *“transar”* (sic).

A situação desvelada pela criança foi de submetimento a situações de extrema violência, por meio de um plano premeditado por primos e pelo irmão.

Segundo ela, toda sua família tinha como costume reunir-se na casa da avó paterna, sendo que todas as crianças e adolescentes ficavam brincando no quintal (fundos) da casa, enquanto os adultos permaneciam na área da frente.

Certo dia, Lúcia teria ouvido um dos primos dizer: *“Vamo catá ela”* (sic), contando que o *“primeiro que fez foi o M.”* (sic); em seguida, a criança descreveu também a atitude de dois primos: *“eles me seguraram e tamparam a minha boca”* (sic). Por seu depoimento, soube que os seis adolescentes presentes perpetraram o abuso, um após o outro, e que o irmão teria sido a terceira pessoa.

Tais situações aconteceram por mais de uma vez, que Lúcia caracterizou como *“um monte [...]”,* acrescentando que *“doía”* (sic). Sob ameaça de sofrer castigo físico dos primos, irmãos e inclusive dos pais, ela se calou e continuou sendo vítima, por repetidas vezes, inclusive dentro de sua própria casa, pois Luiz teria abusado dela ainda por algumas vezes.

Dessa forma, a revelação de toda a situação não partiu da criança, mas de outro primo da família e da avó materna.

4.3.6 A Entrevista com Lúcio

A entrevista individual realizada com Lúcio se deu logo na sequência à de Lúcia. A criança estava receosa, dizendo-me estar com medo.

Iniciei perguntando o motivo desse sentimento, tendo me explicado que havia apanhado do pai pouco antes de comparecer à entrevista, por uma situação vivida na escola, tendo verbalizado, com agressividade: *“Meu pai! Eu vou quebrar a cinta dele!”* (sic).

Expus para a criança que compreendia a situação de tensão, relacionando-a com a entrevista e com o receio de apanhar novamente, dependendo do que ela me expusesse. Aproveitei para esclarecer que o meu objetivo não era o de punir, mas, de conversar, conhecê-la melhor e ainda brincar com ela.

Lúcio, assim, principiou a ficar mais à vontade comigo e escolheu um “jogo da memória” para brincar. Ao longo do jogo, indaguei sobre as punições corporais aplicadas pelo pai. Na perspectiva do garoto, o pai utiliza a cinta como um instrumento, batendo-lhe com toda a força e deixando alguns hematomas, na região da perna. Questionando-o acerca do sentimento evocado pelas punições, a criança revelou que concordava com a atitude do pai, afirmando: *“o certo é ele”* (sic).

Percebi que, em grande parte da entrevista, Lúcio se ateve a relatos de situações de violência física praticadas por ele mesmo, principalmente usadas como modo de resolver os conflitos com colegas da escola e com os irmãos, justificando: *“Não tenho muita paciência!”* (sic).

No que concerne ao contexto familiar, mostrou-se em desvantagem, quando comparado aos outros irmãos; Luiz seria o mais velho, tendo maior força e poder sobre ele, enquanto Lúcia seria a mais nova e a preferida da mãe.

Lúcio falou sobre seu sentimento de ciúmes em relação ao tratamento diferenciado que a mãe oferece à irmã, com a tendência de sempre acreditar mais na filha do que nele. Conforme salientou, a irmã provoca situações em que ele é punido sem razão: *“Porque ela gosta de ver eu apanhando [...] Às vezes ela fala que eu bato nela, e meu pai pega a cinta e me bate”* (sic).

O genitor, durante a entrevista, é descrito como uma figura extremamente ameaçadora, de modo que uma das dificuldades explicitadas pela criança, na situação da entrevista familiar, seria o medo de que o pai batesse nele, se constasse o que sabia sobre o acontecido com a irmã.

Quanto à vitimização da irmã, observei que Lúcio, apesar de sua participação indireta, teria sido igualmente vítima dessas situações, por ter sido obrigado a vigiar a porta contra a sua vontade: *“Ele falou que ia me bater, eu tive que ir, senão eu ia apanhar!”* (sic). Segundo a criança, não houve uma relação de troca ou benefício com essa atitude: *“Não! Era bater mesmo!”* (sic) – e a criança expressava sentimentos de culpa, diante da incapacidade de resistir à imposição do irmão.

Lúcio, com receio de apanhar dos pais, teve que conviver com o segredo do abuso:

- *Porque eu menti! (Lúcio)*
- *Como assim? (pergunta)*
- *Porque eu falei que não tava fazendo nada! (Lúcio)*
- *E como que foi a reação da mãe, quando ela soube? [...] (pergunta)*
- *Ela bateu ni mim e meu pai foi lá e bateu no Luiz. (Lúcio)*

A criança não encontrou, na figura dos pais, pessoas em quem pudesse confiar e para as quais relatasse a situação vivida com a irmã, de maneira que os temidos castigos físicos acabaram ocorrendo.

Não houve relatos de situações de abusos sexuais perpetradas pelo irmão ou outros primos contra Lúcio.

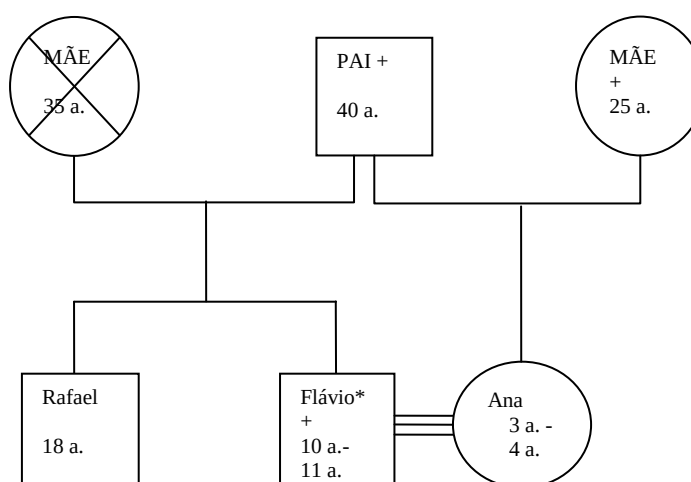
4.4 A História da Família Souza³⁰

A família Souza foi encaminhada para o atendimento na Instituição pelo Conselho Tutelar, após a denúncia anônima de que a madrasta teria praticado violência física contra seu enteado Flávio³¹, de dez anos, após tê-lo flagrado em uma situação incestuosa com sua filha de quatro anos.

O contato inicial com a família e o convite para participar da pesquisa foi intermediado por outro profissional, responsável pelo caso. Apenas o filho mais velho, Rafael³², de acordo com o pai, não se dispôs a participar da investigação.

Observei que a mãe se apresentou um pouco receosa e constrangida pelo encaminhamento estar relacionado a uma denúncia contra ela. Todavia, com a aplicação do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), enfatizando o aspecto do sigilo dos participantes, aceitou colaborar com a pesquisa.

4.4.1 Composição familiar



Legenda:

Relação

Incestuosa: ===

Vítima de abusos sexuais: *

Vítima de violência física: +

Idade da ocorrência do abuso: -

Falecimento: ⊗

³⁰ Sobrenome fictício.

³¹ Nome fictício.

³² Nome fictício.

4.4.2 Relato da entrevista com os pais

O casal compareceu logo no primeiro agendamento, quando iniciei a entrevista, visando a compreender primeiramente a organização familiar. O Senhor Alberto relatou que fora casado durante doze anos com sua primeira esposa, até o falecimento dela, devido a uma grave doença, de cuja união tiveram dois filhos, Rafael e Flávio.

Grande parte da entrevista ele esteve descrevendo a história de seu primeiro casamento, com as dificuldades em ter uma esposa enferma, tendo que viajar muito a trabalho, ser poder oferecer uma atenção mais adequada aos dois filhos.

A história de seu segundo casamento, com Elza, estava diretamente relacionada com a ex-esposa, porque teria sido incentivado por ela.

[...] antes dela falecer, ela foi lá na casa da mãe dela e do pai dela (referindo à atual esposa), que ela conhecia muito ela e gostava muito dela, e via a maneira dela cuidar de criança, porque quem cuidava das crianças e dava aula pras criança na Igreja era ela. Ela foi lá sem eu saber, ela também não sabia (referindo-se à atual esposa), falou com os pais dela (aludindo ainda à atual esposa) que, se ela chegasse a falecer, ela gostaria que eles permitissem que a filha deles casasse comigo, pra cuidar de mim e dos meus filhos. Ela fez isso, eu fiquei sabendo depois, depois que nós casamos que eu fiquei sabendo.

Portanto, durante a entrevista, foi possível perceber que Elza parece ter sido designada, tanto pela sua própria família como pela falecida esposa do Senhor Alberto, a ocupar o lugar de mãe.

Nós começamos foi na Igreja, que eu comecei, aí eu falei: “Mas quem que eu vou arrumar pra cuidar dos meus filhos, eu não posso colocar qualquer uma na minha casa”, que eu sei que perante a lei e perante Deus, a partir da hora que eu fiquei viúvo, eu tenho liberdade pra eu arrumar quem eu quiser, ninguém me impede disso.

Elza, pois, casou-se aos dezenove anos com um homem quinze anos mais velho, assumindo todas as responsabilidades que lhe foram atribuídas e, inclusive, sofrendo ameaças da família da ex-esposa do Senhor Alberto, que não aceitou esse relacionamento: “*Eu já recebia ameaça sem saber o que eu tava fazendo...*” (sic).

Questionei Elza sobre ter sentido alguma dificuldade em se colocar nesse papel de mãe, porém ela contou que já possuía essa experiência, em sua história de vida, porque desde muito cedo teve que ser a mãe de seus irmãos. Nascida em uma

família rígida, com pais autoritários e extremamente religiosos, afirmou que sempre assumira os cuidados da casa e dos irmãos, desde os sete anos de idade, enquanto os pais trabalhavam: *“É, tinha que seguir a risca se não eu apanhava né. Era da escola pra casa e mais nada [...] É, eu que assumia e fazia o papel da minha mãe de lavar, passar, dar banho nos meninos”* (sic).

Em nenhum momento Elza se queixou de sua família de origem, salientando viver até hoje em harmonia com ela, além de descrever a família como unida.

O Senhor Alberto também revelou ter crescido em uma família religiosa, com pais rígidos, os quais empregavam castigos físicos aos: *“Varada [...] Cintada, cintada. Era fio de ferro”* (sic). Em relação ao relacionamento familiar, o Senhor Alberto lembrou que o pai era mais atencioso, de sorte que tinha maiores dificuldades com a mãe: *“A minha mãe, a lei dela era o chicote”* (sic). Em sua história de vida, destacou mais dois falecimentos de familiares – um irmão, antes que ele tivesse nascido, e uma irmã, vítima de atropelamento, aos nove anos: *“Tava, tava segurando a mão dela, o carro pegou ela e eu fiquei”* (sic).

Observei que a vida do Senhor Alberto sempre foi cercada de lutos mal-elaborados, pois descreveu com detalhes que a família, muito religiosa, não permitiu que ele sentisse a perda da irmã, tendo que compreender e aceitar *“o que Deus fez”* (sic). No caso de sua primeira esposa, ela própria se encarregou de não deixá-lo sofrer, preparando-lhe outra pessoa, sem que ele tivesse grandes possibilidades de escolha, deixando-lhe um bilhete: *“[...] tava falando pra mim que era pra mim ficar tranquilo, porque aquilo que eu fizesse ela aprovava, porque ela sabia que eu não poderia ficar só, eu tinha que arrumar alguém pra me ajudar a cuidar das crianças”* (sic).

Sete meses após o falecimento da esposa, o Senhor Alberto passou a namorar Elza, enfrentando várias dificuldades na aceitação desse relacionamento pelos familiares, pelos amigos e, sobretudo, pelo filho Rafael (adolescente na época), que sofreu intensamente com a morte da mãe e expôs, por diversas vezes, que a madrasta não ocuparia a casa que pertencia à sua mãe. Dessa forma, o casal mudou-se para uma nova residência e os conflitos com o rapaz diminuíram significativamente, quando Elza começou a trabalhar.

Rafael, com dezoito anos, por meio do relato do casal, aparentou ter uma vida independente da família, de modo que este pode ser um dos motivos do seu não comparecimento à entrevista. O casal pouco falou sobre esse filho, apenas

descreveu-o como diferente dos demais, possuindo alguns hábitos que não são aceitos por eles e pela sua religião, como fumar e beber, além de não frequentar a mesma igreja: *“Só ele que não vai. O dia de nós ir pra Igreja é de quarta, sexta e de domingo, que sábado não tem”* (sic).

Segundo Elza, o marido sempre foi muito ausente em casa e com os filhos, uma vez que trabalhava muito, o que foi amenizado com a perda recente de emprego, permitindo uma convivência maior com ela e os filhos: *“Agora não, agora o nosso final de semana nós vamos no shopping, nós levamos as crianças no shopping pra passear”* (sic).

Em relação à comunicação intrafamiliar, ambos disseram que conversam muito com os filhos. Quanto ao relacionamento entre a fratria, não apontaram nada de negativo, mesmo com o nascimento da meia-irmã Ana; conforme o casal, a aceitação desde o nascimento de Ana foi tranquila, sendo favorecida pela diferença de idade entre eles.

Elza assumiu possuir algumas dificuldades em conversar sobre aspectos da sexualidade com os filhos:

Bom, eu converso só o básico e por cima, porque eu não tive muito essas coisas com os meus pais [...] quando eu menstruei, a minha mãe me ensinou, mas me ensinou tudo do jeito dela. Não podia lavar a cabeça, não podia chupar sorvete, não podia tomar suco gelado, sendo que, na verdade, pode, né? Então eu tinha muito pouco, eu conversava mais com o meu pai [...] meu pai sempre falava: “Então o namoro pra poder casar”. Meu pai sempre falava dessa forma pra gente, e falava: “Sexo só depois do casamento, nunca antes”. Era essa conversa que ele tinha com a gente.

Alberto não recebeu igualmente uma educação sexual adequada de seus pais, porém, confessou tentar conversar mais com o filho mais velho sobre prevenção:

“Rafael, é assim, assim, assim, agora que você tá pegando essa idade, se você for ter alguma relação com alguma jovem, não que é a hora”, falei pra ele: “Não é a hora, mas, se for acontecer, você tem que se proteger, você tem que usar camisinha certinho”.

Sobre a relação incestuosa entre a fratria, Elza relatou como flagrou a situação:

Aí eu tava passando roupa no fundo e o Flávio e a Ana assistindo desenho no quarto. Aí eu peguei e falei: “Mas tão muito quietos”. Fui quietinha com a ponta do pé [...] Tão aprontando, tão aprontando. Toda a vida é assim, né, criança

tando quieto, alguma coisa errada tão fazendo. Então eu fui bem quietinha, aí eu vi o Flávio com a Ana, a Ana sem roupa em cima do colo dele e ele passando a mão e ameaçando ela, se ela contasse pra mim, ele arrebatava ela na porrada. Aí que eu vi aquela cena, me choquei.

A partir da descrição dada por Elza sobre a conduta de Flávio, durante a cena incestuosa, chamou-me a atenção as suas atitudes de ameaça, como se sobrepujasse uma vítima, sua irmã.

Pedi que Elza descrevesse com maiores detalhes a cena incestuosa, mas demonstrou grande pudor e vergonha:

*E como ele estava passando a mão? (pergunto)
... Na vagina. E ainda falava pra ela fica quieta e concordar com o que ele tava fazendo, se não ele ia bater nela. Aí a hora que eu vi aquela cena, fiquei nervosa, peguei o chinelo, bati nele e depois falei pra ela: "Você vai levar uma chineladas, porque você não me chamou, você não pode ter medo dele, você tem que ter medo de mim, da mamãe e do papai, do seu irmão não, porque quem tem que corrigir você sou eu e seu pai, então você vai apanhar".*

Elza não soube lidar com a situação flagrada e acabou castigando os filhos, Flávio, além de apanhar, chegou a ficar trancado de castigo: "Aí eu batia nele e falei: 'Você vai ficar de castigo, porque você fez isso com a sua irmã, você tem que proteger a sua irmã de ninguém fazer isso com ela, você fez isso, não pode fazer isso'" (sic).

Ana, por outro lado, devido à idade precoce concernente a sua fase de desenvolvimento, não tinha a compreensão do ato sexual em si, sob o primado genital, como foi erroneamente interpretado pela mãe. Assim, a atitude de punição, de culpar a filha poderia ter agravado as consequências negativas decorrentes de toda a situação: "Eu senti que ela, ela, sentiu, ela sabia que tinha que me chamar, mas não me chamou pela ameaça, entendeu?" (sic).

Após Flávio receber as punições corporais da madrasta, apresentou marcas visíveis de violência e a denúncia de maus tratos foi formalizada junto ao Conselho Tutelar e à Delegacia:

Eu exagerei, eu sei que eu exagerei, mas quem que não fica nervosa num ato que viu, na situação que aconteceu, aí eu peguei e dei uma chinelada nela e no Felipe.

O genitor revelou não ter presenciado a cena incestuosa, mas notei que ele se posicionou favoravelmente às atitudes punitivas da esposa sobre os filhos, de sorte que ambos enfatizaram que o castigo aplicado teria sido a forma mais correta e eficaz de educar os filhos:

Ninguém consegue me convencer que só conversa resolve. (Alberto)

Nem castigo resolve. (Elza)

Veio a família inteira em casa... Aí depois que ela contou pra família dele, pros tios e tias, na hora falaram: "Ah se fosse eu, também..." (Alberto)

Batia, tinha feito a mesma coisa. (Elza)

A vó dele: "Eu tinha feito coisa pior" (Alberto).

Elza chegou a receber novas ameaças da família materna de Flávio, todavia, ao esclarecer todo o contexto, recebeu apoio pela maneira como lidou com a situação. Entretanto, para as duas crianças, a atitude de Elza foi extremamente traumática, sendo observada em algumas atitudes que Flávio passou a ter:

[...] ela tinha um peixinho, pra você ver aí a ideia do Flávio, ela tinha um peixinho no aquário, o Flávio foi lá e colocou algo pra matar aquele peixinho? [...] Despejou um vidro de perfume dentro do aquário, matou o peixinho, ela perguntou "Por que que você fez isso?", e ele respondeu: "Foi por causa do que que você fez comigo", falou pra ela.

O relacionamento familiar foi prejudicado, ocorrendo um distanciamento maior entre madrastra e enteado, o qual passou a ter algumas atitudes vingativas e a verbalizar o sentimento de abandono e desamor.

Não, é só ele fazer alguma arte, e a gente educar e fala: "Eu vou embora dessa casa, ninguém gosta de mim, ninguém me ama".

Ao questionar os pais sobre o motivo do envolvimento incestuoso, responderam:

É isso é uma coisa que eu me pergunto até hoje. Saber o porquê e de onde vem, porque, com onze anos, já vai aprendendo um pouco sobre o seu corpo, vai conhecendo tudo... (Elza)

Porque a televisão mesmo, nós colocamos DVD's de desenhos pra eles [...] e sempre desenhos saudáveis. (Alberto)

Ambos negaram existir qualquer situação de abuso sexual na família ou em suas histórias de vida. Posteriormente, os pais passaram a refletir sobre algumas mudanças de comportamento em Flávio, aos nove anos:

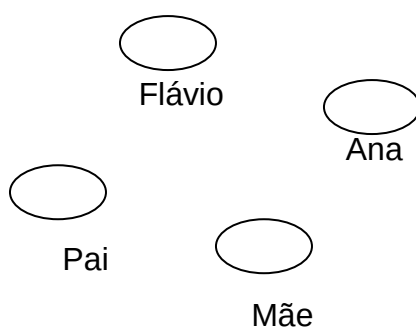
O rapazinho tava sofrendo dentro do banheiro (referindo-se a situações de masturbação). Foi até engraçado, nós não sabia se nós chorava, se nós ria (os dois falam ao mesmo tempo). Só sei que a hora que eu abri a porta ele assustou, eu falei: “O quê que tá acontecendo aqui, Flávio?”, “Nada”. Aí depois eu conversei com ele.

A partir dessas reflexões, o genitor se lembrou de uma situação ocorrida entre o filho e um primo da família materna:

Ô, a vó dele disse que pegou ele com o primo dele né, não foi? E antes de acontecer em casa [...] ela contou depois, só que aconteceu antes, só que aconteceu antes de acontecer com o Flávio e com a Ana. Aí disse que ela bateu nele [...] Eu falei pra ela: “Mas, a senhora devia ter falado isso pra gente no mesmo dia que ocorreu, a senhora vem contar depois, agora não interessa mais”.

4.4.3 A Entrevista familiar diagnóstica

Na entrevista familiar, os pais se sentaram em suas cadeiras, enquanto os filhos Ana e Flávio passaram a explorar o ambiente e os brinquedos.



Elza demonstrou maior rigidez na interação com a família, estabelecendo alguns limites, porém, logo passou a brincar com os jogos, juntamente com o marido e os filhos, os quais pareciam estar à vontade.

- *Eu lembrei de uma coisa agora, que a Cristina disse pra gente ficar à vontade e, nós fica à vontade: Super Nanny! (pai relata)*
- *Hahahaha! (todos em conjunto dão longas risadas).*
- *Estou parecendo a super Nanny? (pergunta, entrando na brincadeira).*
- *Está parecendo a super Nanny, só ta observando! (diz Flávio, e provoca risos em todos).*

A família aludiu a algumas situações cotidianas, como assistir em conjunto o programa “Super Nanny” e, a partir disso, seus membros contaram que fizeram algumas mudanças na rotina familiar, estabelecendo horário e local para as refeições:

- *Uma coisa que em casa não tinha muito hábito... (pai começa a frase)*
- *É isso... (esposa concorda com o marido)*
- *... era na hora de comer (pai).*
- *Na hora da refeição, ficava um pra sala, outro no outro canto... (pai)*
- *... um no quart...o (complementa a esposa)*
- *Daí a gente, depois que começou a ver, agora a gente, coloquei a lei em casa, “hora de comer, não tem televisão, não tem rádio, não tem nada!” (diz o pai)*

Enquanto os pais falavam, Ana brincava de cozinhar e alimentar o pai, enquanto Flávio brincava com alguns bonecos, tendo, posteriormente, jogado os blocos de montar na mesa, fazendo certo barulho: *“Mas, não tão à vontade, Flávio!”* (a madrasta o repreende).

Pai, mãe e Flávio começam a construir juntos uma casa com os blocos de montar:

- *Olha, que legal, pai! Olha o que a mãe conseguiu montar! (Flávio)*
- *A casinha do S. (cachorro da família) – (pai)*
- *Casinha do S.? Ahahaha! (Flávio)*
- *É, o S. não vai mais tomar chuva. (pai)*
- *Agora tem que fazer a rede! (diz Ana participando da montagem da casinha)*

Passei a questionar Ana e Flávio a respeito do que gostavam de brincar, quando estavam juntos, e se isso era uma prática comum entre eles:

- *Ah, nós brinca! (Ana)*
- *[...] Igual o pai me ensinou, o pai brincou com nós! (Flávio)*
- *Brinca de carrinho. (pai)*
- *De carrinho. (Flávio)*
- *De fazendinha! (pai)*
- *Ele brincou junto comigo de boneca! (Ana diz sobre o Flávio)*
- *Ah é? O pai também? (pergunto)*
- *Não, o papai falou assim: “Não. filho, você não brinca de boneca! Você brinca de carrinho”. (Ana)*

Ana demonstrou, através das suas verbalizações, certa rigidez moral da família, com limites bem definidos entre os irmãos: *Daí eu tava tomando banho e a mãe falou “Sai Flávio, porque a Ana tá tomando banho e tá pelada” (Ana diz).*

Sobre o relacionamento familiar, Ana e Flávio pareceram ser muito unidos, o que foi confirmado pela mãe: *“São igual dois irmãos mesmo! Brinca e briga, né? (mãe)”*.

Os irmãos, segundo os pais, brigam pelo mesmo brinquedo, reivindicam cada um o seu espaço, sendo rigorosos quanto à existência de um tratamento diferenciado entre ambos:

Disputa! E daí eu peguei pra acostumar, falei: “Vocês são dois irmãos, vocês podem brincar um com o outro, mas, você tem que saber dividir o brinquedo de um com o outro, ela pode brincar com o teu brinquedo, ele pode brincar com o teu brinquedo e daí não dá briga, todo mundo pode brincar com o brinquedo”. Porque eles são assim, se isso aqui tiver aqui, ninguém tá se importando, tudo bem, daí vem o Flávio, ou vice-versa, e, daí “Ah, que bonitinho, uma janelinha”, “Ah, eu também quero!”. Tava lá, ninguém viu e ninguém se importava!
- Então começa as disputas aí!
[...] Se eu comprar alguma coisa pra ela, eu também tenho que comprar pra ele, senão a casa cai! Uma beleza, brinca muito bem, mas, nessa parte!

Rafael, o irmão mais velho, apareceu em poucos momentos da entrevista, ao dar um presente para Flávio, episódio citado pelo pai, e em situações cotidianas de brigas entre os dois irmãos sobre um computador. Flávio disse igualmente que, além de apanhar dos pais, às vezes apanha do irmão mais velho: *“Às vezes é o meu pai, às vezes é minha mãe, às vezes é meu irmão! (sic)”*.

Perguntei novamente se Rafael não teria interesse em comparecer à entrevista, mas pai respondeu negativamente.

Sobre as disputas entre a fratria, Flávio declarou sentir ciúmes dos pais, enquanto Elza se surpreendeu com a afirmação do enteado:

- Eu nunca vi demonstrar! Você tem ciúmes de mim, Flávio? (mãe)
- Humhum! (Flávio)
- Com quem? (mãe)
- Ah, às vezes com a Ana. (Flávio)

Aos poucos, fui questionando os irmãos sobre o motivo do encaminhamento para o atendimento na instituição. Ana respondeu prontamente:

- Eu sei! (Ana)
- Você sabe? (pergunta)
- Porque nós brincar! (Ana)
- Nós tá brincando? Haha... (Flávio ri do comentário da irmã)
- Será que tem a ver com brincar só? Flávio, o que você acha? (pergunta)

- Ah, por causa de umas coisas que a minha mãe falou que eu tava fazendo, e minha mãe não gostou! (Flávio fala muito rápido)

Um pouco constrangido, Flávio acabou revelando toda a situação ocorrida, destacando principalmente as consequências decorrentes: a punição corporal da madrasta.

Por causa que eu tava fazendo umas coisas com a Ana, daí minha mãe não gostou e pegou e pôs eu de castigo! [...] Daí meu pai pegou e conversou comigo e falou que não era mais pra mim fazer isso, e aí eu prometi que não ia fazer mais isso.

A impressão inicial, que me foi passada pelas afirmações de Flávio, foi de que ele não teria assumido a situação incestuosa como abusiva, caso não tivesse sido descoberto e sofrido uma punição.

*- E o que é que você fez com a Ana?(pergunta)
- Putaria!
- Putaria, o que seria? (pergunta)
(todos ficam em silêncio)
- O que é que você fez com ela, você não lembra? (pai)
(Flávio fica cabisbaixo e calado)
- Foi bacana? (pai)
- Tststs... (Flávio negou)*

Perguntei a Ana como ela havia compreendido toda situação vivenciada e, principalmente, se a havia sentido como abusiva:

*- A Ana se lembra? Você lembra, Ana? (pergunta)
(confirma com gestos e continua a brincar).
- E o que você acha que o Flávio fez com você?
- Eu tava brincando... (Ana)
- Brincando de? (pergunta)
- Brincando de casinha (pai complementa o que a filha disse)
- É? E você ficou brava ou chateada com o Flávio?
- Aham! (Ana concorda)
- Por que você ficou chateada?(pergunta)
- Porque... (falou muito baixo)
- Fala mais alto, que eu não consegui ouvir! (digo)
- Aí minha mãe ficou triste e eu peguei minhas bonecas e brinquei sozinha. (Ana)
- [...] Porque ele tava brincando! (Ana)
- Ele tava brincando? Mas, a brincadeira não era legal? (pergunta)
(faz um gesto negativo)
- Não tava legal a brincadeira? (pergunta novamente)
- Não! (Ana)
- Por que não tava legal? (pergunta)*

- *Aí tava legal e não ficou legal! (Ana)*
- *Tava legal e não ficou legal? (pergunta)*
- *Não! (Ana confirma)*
- *Não ficou legal porque a mamãe ficou brava ou não ficou legal naquela hora lá, na brincadeira? (pergunta)*
- *Porque pegou o brinquedo dele e eu falei assim: “Não Flávio”, aí ele pegou brinquedo meu, aí eu saí e ele bateu bem forte na minha boneca, e eu saí e fui correndo e brinquei pertinho da mamãe! (Ana)*

Ana explicou seus sentimentos por meio de outra situação, em que sentiu que o irmão “estragou” a sua brincadeira, principalmente quando fez um uso mais abusivo de poder e força de Flávio, culminando com a busca da proteção da mãe.

Questionei a mãe sobre o que ela havia percebido com respeito à filha, no momento da cena:

- Na hora que você chegou e presenciou tudo, você percebeu que a Ana não estava gostando ou não? (pergunta)*
- *Não, nessa hora eu nem reparei. (responde)*
- *Você acha que, naquela hora, ela teve a consciência de que aquilo foi algo ruim ou... (pergunta)*
- *Com certeza! (mãe)*

Elza tentou justificar sob o seu ponto de vista e, de acordo com os seus sentimentos, a situação presenciada, explicitando que agiu impulsivamente com toda a fúria, colocando-se no lugar de vítima, não sendo sensível aos reais sentimentos da filha, desconsiderando, sobretudo, a condição de ambos enquanto crianças.

Quanto a Flávio, realizei um questionamento sobre a motivação do ato e, em seguida, se havia aprendido isso com alguma outra pessoa. Flávio afirmou que havia aprendido, todavia, teve grande dificuldade em verbalizar. Aos poucos, a revelação de uma situação abusiva foi sendo colocada, durante a entrevista:

- *Quem chamou quem pra brincar ou pra fazer essas coisas? (pergunta)*
- *Ele (Flávio diz timidamente, referindo-se ao primo)*
- *O que ele falou? (pergunta)*
- *Ele falou “Vamo brincar?”, e eu falei: “Vamo!” (Flávio)*
- *E o que ele fez? (pergunta)*
- (Flávio, nesse momento, começa a chorar)*
- *[...] Ele era mais velho e maior do que você? (pergunta)*
- (Flávio concorda)*
- *E o que ele te ensinou? (pergunta)*
- *Coisa que não presta! (Flávio)*
- *Então, ele te ensinou algumas coisas, “coisas que não prestam”, tem a ver também com aquela palavra “putaria” que você disse?*
- (Flávio concorda)*
- *Ele te ensinou isso?(pergunta)*
- (Flávio concorda)*

- *E ele te ameaçou pra você não contar pra ninguém?*
(Flávio concorda)
- *O que ele falou?* (pergunta)
- *Ele falou assim que, se eu contasse, ele ia me bater!* (Flávio)

Toda a família ouviu atentamente o momento da revelação de Flávio e Elza ficou indignada, porque compreendeu que uma das causas do envolvimento incestuoso entre a fratria poderia ter sido essa vitimização anterior:

É o que te falei, se a responsável, tivesse nos orientado, poderia ter previsto e nada disso teria acontecido. (mãe)

Flávio ficou extremamente sensibilizado com toda a revelação e chorou muito. Portanto, realizei um desfecho, apontando algumas situações que impediram a sua revelação, como o medo da punição dos pais e também do primo; enfatizei que, apesar de toda dor e de certo constrangimento que a revelação pôde ter causado, o segredo que Flávio guardava pôde ser quebrado e ele não estava mais só.

Aos poucos, Flávio foi se acalmando e Ana me mostrou a casinha construída por todos, com blocos de montar, finalizada nessa etapa da entrevista

- *Ô, pai, pode arrumar aqui?* (Flávio pergunta ao pai sobre uma peça da casinha que havia caído)

Percebi um jogo simbólico de reconstrução, de tudo aquilo que estava faltando na “casa” (família), e o apelo de Flávio ao pai, para que o ajudasse nos momentos de dificuldade.

4.3.4 A Entrevista com Ana

A entrevista realizada com Ana apresentou algumas peculiaridades e significou um grande desafio para mim. Tratava-se da criança mais nova, comparada a todas as outras envolvidas nesta pesquisa, uma criança que optei por situar em “pré-latência”, pois ainda não ingressara na fase psicosssexual da latência. Com idade de quatro anos, a fase de desenvolvimento da criança também foi um grande fator a ser levado em conta.

Durante a pré-latência, o superego e os seus precursores são relativamente fracos, e as defesas são fluidas e menos fixas do que posteriormente

acontece, de maneira que os impedimentos à expressão são mínimos. As crianças da pré-latência estão mais dispostas a expor seus desejos e revelar suas fantasias do que as da latência. (GLENN, 1996, p. 109).

Confirmando a caracterização evidenciada pelo autor, Ana expressou-se espontaneamente, durante toda a entrevista, tanto por meio da fala como pelos brinquedos, tendo optado pelos seguintes: casinha de bonecas, bonecas e utensílios domésticos.

Através do brincar, observei que já tinha desenvolvido uma identidade de gênero, demonstrando possuir as diretrizes parentais internalizadas a respeito do que é considerado masculino e feminino. Em vários momentos, garantiu-me que meninos brincam apenas de carrinho e meninas de bonecas, que meninos nunca podem usar cor-de-rosa, mas vermelho.

Ana agrupou em pares os bonecos escolhidos, separando-os por casal:

- *E esse daqui?(pergunta)*
- *Não! Esse é mulher! (Ana)*
- *Como você sabe?(pergunta)*
- *Hihihih! (Ana aponta e apalpa as genitálias dos bonecos, com vergonha de falar)*
- *Ah, por que um tem uma coisa e o outro não tem? (pergunta)*
- *Hahaha!*

Ana demonstrou curiosidade infantil em relação aos órgãos genitais, típica do seu período de desenvolvimento, porém, notei que teve uma conduta rígida e grande pudor quanto a tudo que se relacionasse à sexualidade.

- *E o que você percebeu aqui que você ficou com vergonha de me falar? Que menino tem pipi, é? (pergunta)*
- *É. (Ana)*
- *E menina tem pipi? (pergunta)*
- *Não! Ela não tem! (Ana)*
- *Você ficou com vergonha de falar isso pra mim? (pergunta)*
- *Huhum! (Ana concorda)*
- *Não precisa ficar com vergonha! (digo)*
- *Por quê? (Ana pergunta)*
- *Porque você pode falar o que é diferente um do outro! (digo)*
- *Você não bate, não? (Ana pergunta)*
- *Eu não bato não! (digo)*
- *Por quê? A mamãe bate, se você falar? (pergunta)*
- *Não... Eu não falo! (Ana)*
- *Ah, você não fala, não pode falar? (pergunta)*
- *Nãããã! (ênfatisa)*
- *E se você falar? O que acontece? (pergunta)*

- *Ela me bate e eu paro! (Ana)*
- *Ah, ela te bate, ela não gosta que você fala... (digo)*

Para Glenn (1996), as transferências de uma criança na pré-latência são deslocamentos para analista de emoções e defesas que surgiram em relação aos pais, em períodos anteriores da vida. As atitudes punitivas e rígidas da mãe apareceram em vários momentos, na relação transferencial estabelecida comigo, como quando pergunta: “*Você não bate?*”

A partir de minha conduta sobre não puni-la, observei que Ana reconheceu em mim uma pessoa que poderia ajudá-la a superar suas dificuldades e, portanto, passou a me colocar várias situações, inclusive a incestuosa vivenciada com o irmão.

Ana explicou-me que era comum brincar com seu irmão Flávio de “papai e mamãe”, mas sua mãe a proibia. Em vários momentos, descrevia o medo da punição da mãe:

- *E quando a mãe viu você e o Flávio brincando de mamãe e papai, a mamãe bateu em você? (pergunta)*
- *Bateu. (Ana)*
- *Eu tava aqui e daí ela falou assim que ela tava de zóio ni mim! (Ana)*

A impressão que Ana me passou, em seus relatos, era de não ter compreendido a situação de envolvimento com o irmão como abusiva, porém, como uma brincadeira secreta. A reação da mãe a fez compreender que estava fazendo algo errado. Além disso, percebi que Ana precisava verbalizar sobre aquilo que não podia ser dito em sua casa, porque sua mãe apresentava várias atitudes repressivas, desempenhando um papel de castradora, diante dos seus desejos proibidos.

Ana espontaneamente pegou uma família de bonecas e começou a dramatizar suas fantasias quanto à situação incestuosa vivenciada:

- *Eu tava na caminha do Flávio! Cadê o Flávio? (Ana)*
- *Pode ser esse daqui? (aponto para um boneco)*
- *Ele tirou a minha roupinha e sabe que ele fez? (Ana)*
- *O que ele fez? (pergunta)*
- *Mostra aí você! (Ana demonstra grande pudor e vergonha)*
- *Eu não sei, porque eu não vi! (digo naturalmente)*
- *Vai, coloca ela aí... (me entrega a boneca)... Eu não sei o que ele fez! (Ana)*
- *Você está com vergonha? (pergunta)*

- *Ele tirou a minha roupinha... (Ana)*
- *Vem me mostrar aqui, Ana. (peço para ela me mostrar, pois me deixou sozinha com os dois bonecos e correu para um canto da sala)*
- *Esse daqui é dela. (traz outro objeto da boneca)*
- (Ana passa a encenar com os bonecos, tirando-lhes a roupa)*
- *Então você estava na cama do Flávio? (pergunto)*
- *Humhum... Quando ele foi lá ver a mãe, eu fui na minha cama e deiti! (Ana)*
- *Aí você deitou. E você estava pelada na sua cama? (pergunto)*
- *Não! Eu deitada... Quando a mamãe foi vir (falou bem baixo)!*
- *Ah, então quando a mamãe estava vindo, você correu pra sua cama escondida? (pergunto)*
- *É. Aí minha mãe ouviu e bateu nele! Tava deitado na cama e nem fez mais agora! (Ana finaliza a história)*

Ana estava contando para mim, de forma conflituosa, sobre o que era proibido, mas prazeroso, por isso optou por utilizar outros recursos, como os bonecos.

Questionei-a se havia tido algum contato sexual com o irmão, visto que apenas me mostrara que ambos estavam na cama pelados.

- *Coloca ele! (pede para eu pegar o boneco e colocá-lo na cama)*
- *Coloca ele assim?... Você está com vergonha de me mostrar? (pergunto).*
- *Então ele fez assim, ele arrancou roupinha...(tira a roupa da boneca, representando a si mesma)... Nãoooo! (Ana grita, se altera e eu me assusto)... Ahahaha! (ri de nervosismo)*
- *Você me assustou! (digo)*
- *Não, espera! (Ana pega os dois bonecos que representam ela e o irmão e os faz beijar na boca, e depois larga os dois e corre para outro canto da sala com muita vergonha.)*
- *O que foi Ana? (pergunto)*
- *Ah, arruma isso assim! (grita e fica irritada)*
- *E ele arrancou a roupinha dele também? (Ajo com naturalidade e pergunto)*
- *Não! Arrancooooouuu derrrr! (diz de forma agressiva)*
- (Ana abaixa as calças do boneco irmão)*
- *Então arrancou as calças! (digo)*
- *Arrancooooou derrrr! (Ana ficava envergonhada cada vez que eu verbalizava a cena)*
- *Você está com vergonha de me contar, né? (Ana anda de um lado para o outro)*
- *Achei onde você colocou a bonecaa! (Ana disfarça)*
- *Você está com vergonha de me contar, Ana, mas.... (Fico com os dois bonecos na mão e, quando eu os largo, o boneco "Flávio" fica sobre a boneca "Ana").*
- *É assim mesmo! (Ana está no outro canto da sala, olha para a posição em que eu deixei os bonecos).*
- *É assim mesmo? Ele ficou deitadinho em cima de você? (pergunto)*
- *Aham! (concorda)*

Gabel (1997) revela que, em criança muito pequena, uma situação de abuso sexual perpetrado por alguém com quem possui grande vínculo (pais, padrastos,

irmãos, entre outros) pode ser aceita inicialmente como uma brincadeira secreta e pouco a pouco, quando ela se torna maior, toma a consciência do acontecido.

No caso de Ana, por ser uma criança ainda na pré-latência, provavelmente não tenha a compreensão total do que seu irmão lhe fez. A partir da consolidação do superego, com uma estruturação psíquica mais completa, ela poderá ou não, futuramente, manifestar alguns sintomas e precisar de algum auxílio terapêutico, para lidar com o ocorrido.

Ana demonstrou estar ciente da razão por que os pais a haviam trazido e, por meio do brinquedo e da fala, expressou seus problemas e revelou seus conflitos.

A respeito do relacionamento familiar, observei que os papéis familiares e as fronteiras geracionais eram bem definidos e um pouco rígidos; para a criança, o relacionamento pai-filha era um pouco mais distante do que o de pai-filho, culminando com a afirmação de que achava que o pai gostava mais do irmão do que dela. O relacionamento irmão-irmã era muito mais próximo e entre mãe-filha, apesar de existir grande afetividade, também predominava o medo das atitudes repressivas:

- *Você ficou com medo da mamãe? (pergunta)*
- *Fiquei! (Ana responde) [...]*
- *Ela perguntou... Ela foi lá, ela tava conversando aqui! (encena mãe e filha, frente a frente) “Vem cá sentá, filha! Anda!” (reproduz a fala da mãe). Ela tava sentada aqui, ó. Eu. Aí ela falou: “O que aconteceu lá, filha?”. “Mamãe, ó, ele tirou a roupa de mim e ele tirou a roupa dele”. (Ana) [...]*
- *“Que coisa feia, filho (Flávio), eu te bato!” (Ana reproduz a fala da mãe)*
- *E pra quem ela falou “que coisa feia”? (pergunta)*
- *Pra nós! (Ana)*
- *[...] Ela falou assim: conta o que você fez, que eu vou colocar você de castigo! Vai. (Ana)*
- *[...] Como era o castigo dele (Flávio)? (pergunta)*
- *Espera aí, deixa mostrar... (pega um caminhão de brinquedo) O caminhão tá vindo, tá? Aí ele viu e ela falou: coloca ele aqui! (Ana)*
- *Então colocou ele no caminhão, colocou ele lá na rua! (Ana)*
- *Lá na rua?(pergunta)*
- *É! (Ana)*
- *Vrrruuummmmm (leva o boneco de Flávio a determinado ponto) Pôs ele no lixo! (Ana)*
- *E ele nunca mais voltou? (pergunta)*
- *Nunca! Quando ele falar “Desculpa, mamãe”, aí depois ele volta! (Ana)*
- *E a menininha teve culpa também?(pergunta)*
- *Ela falou: “Desculpa, mamãe”. (Ana)*
- *Ah, a menininha pediu desculpa pra mamãe? (pergunta)*
- *Ahã! (Ana)*
- *E a menininha fez coisa errada? (pergunta)*
- *Fez! (Ana)*

Ana demonstrou o medo da perda (do abandono) dessa mãe que, em alguns momentos, pareceu ser muito cruel com os filhos. A consequência decorrente do ato incestuoso entre os irmãos foi extremamente traumática para a criança, muito mais pelos castigos infringidos pela mãe do que o ato praticado pelo irmão, com quem a criança possui um bom vínculo afetivo.

4.3.5 A Entrevista com Flávio

Durante a entrevista, Flávio optou por brincar com os blocos de montar, enquanto conversava comigo.

Ao questioná-lo sobre como havia se sentido, ao longo da entrevista familiar, pela exposição da situação abusiva vivenciada com o primo e pelo envolvimento incestuoso com a irmã, Flávio verbalizou que não sentiu nenhum constrangimento em relação aos seus familiares (embora tenha chorado muito, na entrevista) e autorizou-me a aprofundar mais a história havida com o primo.

- [...] *Por que você não contou nada pra ninguém? (perguntei)*
- *Ele falou se eu contasse pra todo mundo, ele ia me bater e daí eu fiquei quieto. (Flávio)*
- *Então você foi ameaçado, na verdade... (digo)*
- *Eu não queria apanhar. (Flávio)*

Flávio revelou a situação da ameaça com grande tristeza e salientou igualmente não ter tido liberdade suficiente para contar aos pais o que havia acontecido:

- *O que você acha que o papai e a mamãe iam fazer? (pergunta)*
- *Eles ia conversar comigo, né? (Flávio)*
- *Você acha que eles iam brigar com você? (pergunta)*
- *Iam! (Flávio)*
- *Seus pais também iam brigar com você? (pergunta)*
- *Eu acho! (Flávio)*
- *Então, não é só porque o G. ia bater, mas também você sentia medo de falar, não é? Porque você acha que o papai e a mamãe podiam fazer alguma coisa como brigar...*
- *(Flávio concorda)*
- *(A situação com o primo ocorreu na casa da avó materna de Flávio):*
- *Ele que chamou! (Flávio diz)*
- *E como é que foi? (pergunta)*
- *Ele falou: “Vamo brincar” e eu falei “Vamo”. (Flávio)*
- *E você sabia qual era a brincadeira? (pergunta)*
- *Não! Ele sentou no sofá e começou! (Flávio)*

- Começou o quê? (pergunta)
- Começou a fazer as coisas comigo. (Flávio)
- Ele sentou no sofá... (digo)
- É, e daí tava todo mundo quieto, né? Daí o G. viu que tava alguém pisando no chão e ele parou, daí depois ele continuou e minha vó ficou bem quietinha e pegou no fraga! (Flávio)

Além de ter sido ameaçado e vitimizado pelo primo, Flávio sofreu as consequências pela situação ter sido descoberta pela avó, uma vez que ambos (ele e o primo) tiveram punições: *“Minha tia! Daííí começou a falar e tudo, daí depois deixou o G. de castigo, eu de castigo”* (sic). Ressalto aqui que esses fatos não foram revelados por Flávio nem pelos familiares aos seus pais, permanecendo em segredo até a situação ocorrer com Ana.

Sobre o envolvimento incestuoso com a irmã, Flávio descreveu-o, atribuindo parte da responsabilidade à irmã pelos atos cometidos:

- Ah, a Ana me chamou assim e falou *“Vamo brincar assim que eu era a mamãe e você era o papai”*? Aí eu falei *“Vamo”*! (Flávio diz)
- [...] Ah, a gente ficou fazendo as coisas que era errado! (Flávio diz)
- E por que era errado fazer?(pergunta)
- Porque não tá certo fazer isso, eu já pedi desculpa pra ela e prometi que nunca mais ia fazer isso! (Flávio diz, demonstrando sentimento de culpa)
- [...] Ah, a minha mãe pegou a Ana tirando a minha roupa e eu tirando a roupa dela! Daí minha mãe perguntou pra Ana e Ana não falou nada, perguntou pra mim e eu não falei nada, daí minha mãe falou *“Oh, ceis não falá eu vô batê no ceis”*. A Ana não falou e eu não falei, e a minha mãe bateu ni mim e bateu na Ana também. (Flávio descreve)

Devido à imaturidade de Ana em compreender totalmente o que a atitude do irmão representou, “consentindo” com ele, Flávio parece ter deslocado um pouco do seu sentimento de culpa e responsabilidade à irmã, crendo que sua atitude não fora prejudicial, denominando-a “brincadeira”

- Você acha que só foi uma brincadeira o que aconteceu? (pergunta)
(Flávio concorda)
- E quando você tava fazendo isso? Você achava que era errado ou não? (questiono)
- Sabia. (Flávio)
- Então, você sabia que não era muito certo fazer isso com a irmã? (pergunta)
- Humhum. (Flávio diz)

Flávio também pareceu sentir-se vitimizado pela madrasta, ao sofrer as punições corporais.

*- Eu fiquei brigado com ela, nossa, eu fiquei com **raiva** dela! Quando eu ia dormir, eu nem falava “boa noite”. Eu ia só lá no quarto e falava boa noite pro meu irmão, nem falava pra ela! (Flávio)*

-[...] ela já me bateu de chinelo, que não fica marca, só que dessa vez ela tava com chinelo do meu pai e bateu certinho, ficou marca! (Flávio diz)

Apesar da atitude inadequada, apresentada pela madrasta, Flávio mostrou um bom vínculo afetivo com ela, ressaltando que, com o falecimento de sua mãe (aos quatro anos), sabia que ela estaria destinada a casar-se com seu pai e que ele estaria destinado a viver sob os cuidados da avó materna, pois este era o desejo de sua mãe. Flávio, porém, realizou sua própria escolha, ao pedir para residir com o pai e a madrasta, começando a chamá-la de mãe.

Perguntei para Flávio se sentia diferença no tratamento da mãe-filha e madrasta-enteado e ele negou, enfatizando que se sente amado também.

- Por ela ser sua madrasta, você gosta bastante dela... (pergunta)

- Gosto.. ela conversa bastante comigo! Às vezes quando ela compra alguma coisa pra Ana, ela não compra só pra Ana, ela compra pra mim também! (Flávio)

- Então você se sente amado por ela? (pergunta)

- Humhum. (Flávio)

- Você acha que ela gosta muito de você? (pergunta)

- Humhum. (Flávio)

Sobre o relacionamento familiar, Flávio demonstrou possuir maior afinidade com a irmã e com o pai. O irmão não apareceu em seus relatos, e Flávio ainda comentou que considera seus pais muito bravos, tendo constante medo de apanhar de ambos.

Finalizei a entrevista perguntando a Flávio se existiria algo para melhorar em sua família, mas ele negou, dizendo estar satisfeito com o relacionamento familiar.

5 Discussão Sobre O Material Colhido Nas Entrevistas

Durante a realização das entrevistas, percebemos que vários aspectos poderiam ser destacados, devido ao denso conteúdo que foi sendo evidenciado. Todavia, procuramos enfatizar alguns tópicos que consideramos mais relevantes para esta pesquisa, como comunicação, papéis e funções, aspectos transgeracionais dos grupos familiares, concepção da sexualidade e envolvimento incestuoso entre os irmãos, com a preocupação de avaliar as atitudes dos entrevistados diante da questão do incesto.

5.1 A Comunicação

Nas quatro famílias analisadas, foi possível identificar algumas peculiaridades, constatando alguns problemas no âmbito da comunicação, principalmente no relacionamento pais/filhos.

Soifer (1989) elegeu oito modalidades de comunicação (histérica, esquizoide, paranoide, epileptoide, fóbica, psicopática, obsessiva e narcisista), que, segundo a autora, depende dos mecanismos de defesa predominantes na família.

A partir de um quadro comparativo, indicamos os dados mais relevantes de cada família examinada:

FAMÍLIA	MODALIDADE DE COMUNICAÇÃO
Família Silva	Esquizoide
Família Ferreira	Fóbica com traços obsessivos
Família Oliveira	Paranoide com traços fóbicos
Família Souza	Fóbica

Na família Silva, por exemplo, a modalidade de comunicação mais aparente foi a “esquizoide”, ou seja, ocorre de maneira fragmentada, principalmente com a atitude de uma mãe que se afasta, se desconecta (literalmente, recolhe-se para um canto da sala, de costas para os filhos) e nega a realidade. O relacionamento entre a

fratria também é fragmentado, com a formação de um duplo ou um clã (Léo- Gabriel) e demonstrando o isolamento de Felipe.

Léo e Gabriel expõem aspectos de um clã e um duplo (DERBY, 2000), isto é, exercendo uma função fusionante e de indiferenciação, a união dos dois representava mais força e mais poder contra o outro irmão.

Outro fator observável é a presença da lei do silêncio e do segredo, imperando sobre a família, acerca dos abusos sexuais intra ou extrafamiliar. As entrevistas individuais efetivadas e analisadas conjuntamente com a fratria foram fundamentais na identificação desses aspectos, os quais haviam sido omitidos. Observei que várias cisões foram realizadas pela genitora, para que eu não pudesse compreender claramente a totalidade da situação.

A ausência do filho mais velho (Lucas) e do genitor constituíram fator preocupante para mim, que igualmente denunciavam esse tipo de comunicação.

A modalidade de comunicação mais aparente na família Ferreira era a “fóbica”, com traços “obsessivos”, ou seja, longos intervalos de silêncio se faziam, durante a entrevista, produzindo tensas expectativas, contratransferencialmente provocadas em mim; era como se a família “fugisse” de minhas tentativas de aproximação e permanecesse fechada em si mesma, trazendo-me sentimentos de frustração.

A comunicação entre os membros era muito precária, de modo que, em alguns momentos, ainda que a mãe fosse solicitada, mostrava dificuldades em dialogar e interagir com os filhos. Diante dessa dificuldade, coloquei-me no papel de mediadora no diálogo entre mãe e filhos, proporcionando maior abertura entre eles.

Nessa família, devido ao histórico de extrema violência a que foram submetida e o risco de morte eminente, era compreensível a atitude de fuga, recolhimento e de desconfiança em relação a uma pessoa estranha (eu), que pudesse ser ameaçadora para eles. Portanto, notei que os relatos colhidos por mim, sobretudo durante as entrevistas individuais com Danilo e Dennis, foram pouco satisfatórios, indicando que eu não conseguira romper suficientemente a barreira da resistência, estabelecendo um vínculo com as crianças.

A família Oliveira exibia uma modalidade de comunicação “paranoide”, com alguns traços “fóbicos”, quer dizer, segundo Soifer (1998), ela se manifesta com um clima de alerta e culpabilização e, nessa família, em vários momentos a genitora controlou a entrevista, acusando os filhos e o marido, desviando a atenção de si

mesma para outras situações, em um clima de tensão e de julgamento (iniciado pela mãe), o qual predominou entre todos os membros da família, provocando atitudes fóbicas, como a de Luiz, o “réu”. Contratransferencialmente, eu me senti como se estivesse sendo colocada no papel de juiz e, posteriormente, tentando resolver o conflito existente na família, que me pareceu extremamente imatura.

Percebi que a comunicação existente na família era conflituosa, e as situações de abuso sexual não foram resolvidas adequadamente com um bom diálogo; a lei do silêncio sobre os abusos sexuais ocorridos com a filha foi um fator evidente, ou seja, várias dúvidas foram sendo esclarecidas, durante a entrevista, pois os pais não pareciam ter condições de lidar sozinhos com a situação, não existindo uma abertura para diálogo na família.

Na família Souza, havia uma comunicação mais fluente, rica em conteúdos e informações, embora tenha observado alguns traços de uma comunicação “fóbica”, principalmente dos pais, que evitaram colocar aspectos mais aprofundados de suas histórias de vida, do relacionamento do casal, focalizando maior atenção nos filhos. Havia certa rigidez ou dificuldade em fazer circular os afetos e em verbalizar assuntos relativos à sexualidade, visível pela circunstância de que a mãe não soubera ter um bom diálogo com os filhos sobre o relacionamento incestuoso acontecido entre eles, comunicando apenas que era algo proibido e os castigando com muita rigidez.

5.2 Papéis e Funções

Para Soifer (1989), as dramatizações observadas durante as entrevistas diagnósticas correspondem à modalidade real da família, isto é, a família, na sua interação, demonstra que “em casa as coisas se passam da mesma forma” (p. 146).

Destacamos abaixo a dinâmica familiar, sublinhando os papéis e funções desempenhadas por cada membro da família.

FAMÍLIA	PAPÉIS E FUNÇÕES
Família Silva	Falha no desempenho do papel e função da mãe, ausência de limites com fronteiras difusas, pai se omite em exercer seu papel e função. Léo parece ser o “bode expiatório” da família, mobilizando toda a atenção, ocupando funções e determinando posições; sua agitação psicomotora pode ser justificada para evitar o afastamento e a passividade da mãe. Gabriel e Léo formam um clã e um duplo, enquanto Felipe assume o papel de vítima.
Família Ferreira	Fronteiras difusas, falha no desempenho do papel e função de mãe, apresentando uma conduta infantilizada. Pai despótico, autoritário, autor de violência física. Família fechada em si, sem abertura para o mundo externo. Dennis parece tentar se esforçar para manter uma imagem idealizada da família, desempenhando o papel de “bombeiro” e parecendo se identificar com o pai agressor; existe uma assimetria de poder entre ele e o irmão, sendo este último o “enfermo” da família.
Família Oliveira	Fronteiras difusas, grande conflito conjugal, pai omissivo, dificuldade de a mãe assumir o seu lugar de esposa, demonstrando condutas infantilizadas, rivalizando com seu filho Luiz, o réu da família. A família está subdividida em vítimas (mãe-filha), testemunha de acusação (Lúcio) e testemunha de defesa (pai). A família me atribuiu o papel de juíza.
Família Souza	Papéis familiares e fronteiras geracionais bem definidos e um pouco rígidos, o relacionamento pai-filha e madrasta-enteado um pouco distante. O relacionamento irmão-irmã era o mais próximo. Dificuldade da mãe em estabelecer um diálogo com seus filhos, pelas atitudes repressivas.

Nas quatro famílias analisadas, a característica marcante foi a inversão dos papéis e funções familiares, com a distribuição desigual de autoridade. Para a maioria dos filhos entrevistados, os pais eram vistos como figuras distantes ou hostis, não oferecendo um ambiente de proteção e acolhimento.

Consideramos a intimidade afetiva entre os cônjuges e os filhos uma fonte protetora importante, que se evidenciou insatisfatória, em todas as famílias.

A presença da violência doméstica foi marcante, no âmbito das relações familiares, inicialmente na relação entre cônjuges e, depois, se estendendo ao relacionamento entre irmãos. Enfatizamos o uso da punição ou castigo físico como o único jeito de “educar” os filhos e lidar com os conflitos, com dificuldade de estabelecer um diálogo adequado.

5.3 Aspectos transgeracionais dos grupos familiares

Para efeito deste estudo, optamos pela utilização dos conceitos “intergeracional” e “transgeracional”, porque caracterizam os dispositivos psíquicos presentes nos relatos obtidos de vítimas, agressores e demais membros de uma mesma família em que ocorreu abuso sexual incestuoso.

A transmissão Intergeracional é a que acontece entre um indivíduo a outro de geração em geração, sendo os conteúdos transmitidos transformados e transpostos, ou seja, existindo um espaço de “metabolização” (CORREA, 2000, p. 65) do material psíquico. As tradições, culturas, sobrenomes, ritos, filiação são exemplos desse tipo de transmissão, a qual preserva a individualidade do sujeito.

A transmissão transgeracional se dá “através” dos indivíduos, de geração em geração, sem uma experiência de separação, quer dizer, os conteúdos transmitidos apresentam lacunas e vazios, pois não foram transformados ou simbolizados. Nesse tipo de transmissão, não há uma separação entre os sujeitos, por exemplo, algo na mente da mãe ou do pai pode ser transmitido ao filho sem passar pela repressão, como um trauma não elaborado ou vivências não significadas.

Empiricamente, a experiência no atendimento de casos de abuso sexual, na família, mostra que algumas mães de crianças vitimadas relatam sua própria vitimização verificada na sua infância, com algum membro da família. Paradoxalmente, a própria vivência de abuso sexual não favorece a proteção dos seus filhos. Ao contrário do que se pode esperar, o trauma não-elaborado prejudica-

as na identificação de atitudes e alterações no comportamento dos filhos, que sinalizam sua condição de vítimas de abuso. Defensivamente, essas mulheres tendem a minimizar ou a eliminar a evidência traumática, com a negação, a clivagem, a projeção (CORREA, 2000).

Várias situações podem destruir a capacidade e a função parentais: lutos não-elaborados, segredos, histórias lacunares, histórias de violência, vazios, migrações, traumas, enfim, que não puderam ser transformados, simbolizados, historizados. Essas situações podem comprometer dramaticamente a capacidade metabolizadora parental de ansiedades primitivas do bebê (função alfa, rêverie, mãe suficientemente boa). (TRACHTENBERG, 2005, p. 123).

Para Trachtenberg (2005), nesses casos, o trauma não elaborado interrompe a transmissão intergeracional, aquela que é estruturante, que não invade o campo da intersubjetividade (como as tradições, culturas, filiação, sobrenome), no qual cada sujeito pode tomar os elementos necessários para a constituição da sua história individual. Acontece uma transmissão transgeracional, que é invasiva, “numa passagem direta de formações psíquicas de um sujeito a outro, de uma geração a outra, sem a preservação de espaços subjetivos e intersubjetivos” (p. 123).

A transmissão transgeracional está diretamente relacionada aos segredos vergonhosos (crime, incesto, suicídio, violência, entre outros), que envolvem as vivências traumáticas, ou seja, o medo de que a sua revelação possa levar à repetição do ato traumático gera lacunas, gera o vazio irrepresentável, que torna “a presença desses objetos como a de um corpo estranho ou, citando a imagem dada por N. Abraham, uma ‘alma penada’ que, sem energia própria, persegue em silêncio [...]” (KOPITTKE, 2005).

Alguns segredos de família provocam nitidamente influências nas gerações seguintes, como se fosse um “fantasma” agindo como um “ventríloquo, como um estranho em relação à tópica própria do sujeito” (MELLO, 2005, p. 114).

Para Corrêa (1999), os segredos e silêncios no âmbito familiar são transmitidos transgeracionalmente, basicamente pelo não-verbal, podendo ser difundidos por rituais familiares, por meio de comportamentos, palavras, manifestações corporais ou em uma cena da vida familiar em que cada membro desempenha um papel de favorecimento daquilo que está oculto, sem questionamentos, contribuindo para que o psiquismo individual e a continuidade geracional estejam apoiados no defeituoso e no deficiente da transmissão.

A nova geração, portanto, torna-se herdeira, receptora dessa transmissão defeituosa, não-elaborada. Em muitos casos, há um único herdeiro selecionado, isto é, um indivíduo da família narcisicamente selecionado, o qual viverá uma história que em parte não é sua, está alienada a ele e se prestará a pôr em ato tudo aquilo que foi repudiado pelos que o precederam.

Nas famílias analisadas, pudemos notar a abolição dos limites entre os indivíduos e as diferentes gerações, com a ocorrência de diversas situações de violência. Essas vivências traumáticas, que não foram expressas, mantidas em segredo, apropriaram-se do espaço psíquico dos filhos, os herdeiros:

FAMÍLIA	ASPECTOS TRANSGERACIONAIS
Família Silva	Mãe: histórico de rejeição, abandono e abuso sexual. Quebra de fronteiras intergeracionais: avós assumem os papéis e funções dos pais. Pai: histórico de violência física e de abuso sexual na família. Filhos: houve a confirmação que três deles foram vítimas de abuso sexual, posteriormente passaram a se relacionar incestuosamente.
Família Ferreira	Mãe: histórico de rejeição materna, abandono, abuso sexual e violência física. Pai: histórico de violência física e de suspeita de abuso sexual na família. Filhos: ambos foram vítimas de abuso sexual, violência física e posteriormente passaram a se relacionar incestuosamente.
Família Oliveira	Mãe: há o indicativo de um lar incestuoso, assumiu o papel e função de “esposa” do pai, provocando uma rivalização entre mãe-filha. Presença de violência física na família. Pai: histórico de violência física e suspeita de abuso sexual na família. Filhos: houve a confirmação de que a filha foi vítima de abuso, perpetrado pelo irmão mais velho e primos da família paterna.
Família Souza	Mãe: há indicativo de uma educação rígida, com a presença de violência física na família. Assumiu o papel e função de “mãe”. Pai: há indicativo de uma educação rígida na família, com a presença de violência física. Presença de lutos mal-elaborados, com a perda de dois irmãos e da ex-esposa. Filhos: um dos filhos foi vítima de abuso sexual perpetrado pelo primo (da família materna) e, posteriormente, passou a se relacionar incestuosamente com sua meia-irmã.

Em situações traumáticas não elaboradas, como foi constatado em todas as famílias, portanto, as transmissões psíquicas ocorrem defeituosas entre as

gerações, inaugurando uma cadeia traumática transgeracional (TRACHTENBERG, 2005).

A função de contenção e de elaboração do grupo familiar é comprometida nas diversas situações de violência:

- Intrafamiliar (em grau extremo: agressões sexuais e de ordem diversa);
- Violência político-social (guerras, genocídios, ditadura, miséria) [...] O silêncio da violência ou ruptura dos diversos vínculos geracionais são o denominador comum que percorre a falta de inscrição do sujeito na sucessão das gerações [...] limitando ou impedindo o acesso aos processos de simbolização que organizam uma cadeia de significantes. (CORREA, 2000, p. 65).

No âmbito intrafamiliar, observamos características peculiares da família incestogênica (AZEVEDO; GUERRA, 2005b) em praticamente todos os casos examinados. As entrevistas revelaram indícios de figuras incestuosas até a terceira geração, como no caso da família Silva, na qual o avô abusou da enteada, cujos filhos abusaram de seus primos, filhos de senhora Maria, a qual tinha igualmente, em sua história de vida, a marca do abuso sexual.

Diante do exposto, fica fácil compreender a situação de desamparo de uma criança ou adolescente, que não encontram na “mãe suficientemente boa”, de que nos fala Winnicott (2007, p. 56), com a capacidade para oferecer o **holding** necessário para assegurar-se e denunciar sua experiência. A “preocupação materna primária”, a sensibilidade aliada às necessidades do seu filho está atravessada pela própria vitimização que ela (mãe) ainda não superou e, por conseguinte, não recebeu apoio e segurança suficientes, para, agora, oferecer à criança (WINNICOTT, 2005, p. 21).

Dessa forma, pudemos constatar a devida relevância de uma intervenção terapêutica com esses tipos de casos, para que o ciclo transgeracional seja interrompido definitivamente, nessas famílias.

5.4 Concepção da Sexualidade

Procuramos destacar, neste tópico, que a sexualidade é encarada como um tabu, ainda nos dias de hoje. Muitos pais agem de maneira repressiva ou procuram evitar falar sobre ela, associando-a a algo negativo, sujo, de sorte a desconsiderar que ela faz parte do desenvolvimento do indivíduo.

FAMÍLIA	CONCEPÇÃO DA SEXUALIDADE
Família Silva	Mãe demonstra atitude rígida e puritana acerca da sexualidade, com incapacidade de dar aos filhos uma educação sexual mais adequada. Manteve uma conduta repressiva, diante da descoberta das situações abusivas dos filhos, culpabilizando-os e punindo-os fisicamente.
Família Ferreira	Mãe demonstra incapacidade em dar uma educação sexual adequada, com dificuldade de comunicar-se com seus filhos sobre esse assunto. A sexualidade, nessa família, parece circular livremente. Manteve uma conduta repressiva diante da descoberta de situações abusivas dos filhos, chegando a puni-los.
Família Oliveira	Pais demonstram dificuldades em oferecer uma educação sexual adequada. Houve dificuldade em conversar sobre o envolvimento incestuoso ocorrido entre os irmãos. Todos os filhos foram punidos.
Família Souza	Mãe mantém-se em uma posição rígida e puritana, diante de assuntos relativos à sexualidade. Pai demonstra maior flexibilidade. A educação sexual passada nessa família é resumida pela diferença entre os gêneros.

Pudemos notar que, ao invés dos discursos repressivos terem um efeito de proteção das situações abusivas ou incestuosas, na verdade são facilitadores, como assevera Sanderson (2005), pois a criança precisa ter uma educação sexual adequada, para que possa adquirir confiança em seu corpo e em sua sexualidade, a fim de aceitá-la, o que a protege de ser explorada e abusada sexualmente por outros.

Com esses discursos repressivos sobre a sexualidade, foi possível observar que muitos pais não “perceberam”, não foram sensíveis ao pedido de ajuda dos filhos, que, por meio de comportamentos sexuais atípicos entre eles, denunciavam uma vitimização sexual anterior.

5.5 O Envolvimento Incestuoso Entre Os Irmãos

Algumas pesquisas internacionais foram consultadas, para melhor fundamentar o nosso estudo e justificar a relevância social dessa temática.

No Canadá, James Worling (1995) investigou um grupo com 32 adolescentes que cumpriam medida de internação, por terem vitimizado sexualmente seus irmãos mais novos, comparando com 28 adolescentes que abusaram sexualmente de outras crianças. Ele utilizou vários questionários com propriedades psicométricas, listando onze categorias e agrupando-as em dois conjuntos. O primeiro seria sobre o funcionamento familiar (conflito conjugal, punição física, ambiente familiar hostil, sentimentos de rejeição parental e satisfação familiar), ao passo que o segundo seria sobre o funcionamento individual (autoestima, depressão, hostilidade, agressividade e o isolamento social). A partir dos resultados obtidos, constatou-se que os aspectos sobre o funcionamento individual não foram tão significativos como no funcionamento familiar: os adolescentes que abusaram de seus irmãos vivenciaram, em suas famílias, maior conflito conjugal, sentimentos de rejeição, punição física, um ambiente familiar hostil e insatisfação nas relações familiares.

Para o autor, a violência presente nessas famílias, seja física, seja psicológica, pode ser um facilitador para que a violência interpessoal seja praticada entre irmãos, com envolvimento sexual abusivo entre eles. As rejeições parentais e um ambiente extremamente hostil podem levar os irmãos a buscar uma forma de conforto, amparo e apoio, entre eles, culminando com um relacionamento incestuoso sobretudo durante a puberdade.

Outro dado relevante nessa pesquisa é que 20 (aproximadamente 63 %) dos 32 adolescentes que abusaram de seus irmãos confirmaram terem sido vítimas de abuso sexual, em comparação com 10 (aproximadamente 36%) dos outros 28 adolescentes.

Na Austrália, Rayment-McHugh e Nisbet (2003) fizeram uma pesquisa semelhante. Dos 32 adolescentes que haviam abusado de crianças, 13 (41%) haviam vitimizado seus irmãos. A partir de escalas psicométricas, pôde-se concluir que os adolescentes que cometeram abusos contra seus irmãos foram vítimas de abusos anteriores (38%), em maior proporção do que outro grupo (16%). Além disso, foi identificado um maior número de vítimas, maior número de reincidência de abusos e problemas de condutas, no grupo dos adolescentes incestuosos. Os

autores sugerem a necessidade da participação dos pais no tratamento, sendo comprovada uma grande tendência a negar ou ignorar o impacto em famílias nas quais o incesto aconteceu.

Nicki Owen (2001) realizou uma investigação com 10 mulheres adultas que vivenciaram experiências incestuosas com seus irmãos, na infância (entre três a doze anos), com a duração de tempo entre seis meses a doze anos, tendo constatado que a maioria das mulheres (7) tinha em suas famílias de origem vários problemas como o alcoolismo, negligência, pais distantes emocionalmente, além de vivenciarem abusos físicos e emocionais. Apenas 3 delas descreveram seus lares como satisfatórios, embora tivessem vivido algumas dificuldades.

A experiência incestuosa de 8 mulheres foi descrita como traumática e abusiva, com comportamentos graves e invasivos dos irmãos, os quais incluíram o estupro com conjunção carnal e sexo oral. As outras duas mulheres relataram sentimentos conflitantes, provocados pelo afeto e carinho recebido pelos irmãos. Todas concordaram ter sofrido alguma forma de coerção, destacando-se: ameaças, maus tratos físicos, abuso emocional, entre outras. Alguns dos irmãos, para iniciar o incesto, empregaram estratégias como “fingir ser uma brincadeira”.

A maioria das mulheres não confiou em seus pais, para relatar o ocorrido quando crianças, com receio de que eles não as apoiassem; algumas justificaram que sentiam que os irmãos praticantes do incesto eram os preferidos da família.

Um dado relevante encontrado na pesquisa é que todas as mulheres revelaram não ter tido uma educação sexual adequada, quando crianças, tendo pouco ou nenhuma informação sobre a sexualidade.

Após a idade adulta, 7 mulheres resolveram revelar o ocorrido para as suas famílias, entretanto, a maioria não foi apoiada. Uma delas ouviu de sua mãe: “Você deve ter gostado, senão contaria para alguém”, enquanto um pai declarou: “Você pediu para ele”. Portanto, elas viram-se sozinhas e obrigadas a conviver com o segredo.

Com base nessa pesquisa, Owen (2001) elaborou alguns critérios para avaliar o contato sexual entre irmãos, os quais transcrevemos abaixo:

- idade e nível de desenvolvimento da criança
- diferença entre as idades
- extensão e duração do comportamento sexual

- dinâmica de poder nos irmãos e nos relacionamentos familiares
- tamanho físico
- se o comportamento parou, quando as crianças desejaram (capacidade de “controlar” a situação)
- técnicas de coerção
- a extensão do abuso emocional e físico, no relacionamento entre irmãos .

O autor argumenta que há uma estreita relação do incesto entre irmãos, a negligência e famílias disfuncionais. Ele aponta que as famílias possuem frequentemente um modelo patriarcal.

A facilidade de acesso que o perpetrador tem da vítima, a sua(seu) irmã(o), pode fazer a vítima se sentir responsável pela situação, colaborando para a manutenção do silêncio e da culpa, reforçando uma relação de cumplicidade e contribuindo para o caráter repetitivo do abuso que, segundo o autor, é semelhante ao abuso perpetrado por um adulto na família.

Em um artigo recente, Anne Welfare (2008) relata uma pesquisa qualitativa com 21 famílias em que houve incesto entre irmãos. A autora procurou entrevistar todos os familiares envolvidos, buscando diferentes pontos de vista, para diferenciar das demais investigações que priorizam a perspectiva de apenas um único membro. Todos os entrevistados eram adultos e o envolvimento incestuoso entre os irmãos ocorrera entre as idades de seis a oito anos, para vítimas do sexo feminino, e dos treze aos dezoito, para os agressores adolescentes do sexo masculino.

Os dados mais relevantes dessa pesquisa indicaram a gravidade desses envolvimento: em 82% dos casos existiu conjunção carnal e, em 14%, outros tipos de carícias. Em 43% das situações, constatou-se um alto grau de violência, coerção e sadismo. A autora também associou o surgimento de vários tipos de transtornos mentais decorrentes desses abusos (transtorno de personalidade *borderline*, transtorno do pânico, distúrbios alimentares, suicídio, autoflagelação, entre outros). A reação dos familiares com a revelação do incesto variou entre a negação, a hostilidade, a preferência pelo irmão agressor, em detrimento da vítima. Algumas vítimas, com receio de que a família pudesse se dissolver, preferiram não denunciar essas situações aos pais. Casos de vitimização anterior desses irmãos agressores foram igualmente apontados, na pesquisa, quando muitos relataram terem sido vítimas de amigos da escola, primos e vizinhos.

A autora ressalta a importância da família no apoio, proteção e recuperação dos filhos, assim como a necessidade de levar o filho autor a assumir a responsabilidade pelo ato cometido, como parte de seu próprio tratamento. Entretanto, os pais devem lidar com vários aspectos emocionais provocados pela situação, como a culpa, a confusão, a depressão, entre outros.

Em nosso estudo, buscamos destacar que múltiplos fatores devem ser levados em conta para uma relação incestuosa entre irmãos ser considerada abusiva ou não, e que a disparidade significativa entre as idades, conforme alguns autores (FINKELHOR, 1981; DUARTE; ARBOLEDA, 2005) estabeleceram (cinco anos de diferença ou mais) não deve ser um critério isolado, nessa definição.

A possibilidade de ouvir cada criança ou adolescente individualmente sobre o envolvimento incestuoso entre eles nos permitiu a ampliação dessa temática e a necessidade de enfatizar não somente o nosso ponto de vista, mas de compreender a experiência subjetiva de cada um.

A partir dos dados coletados nas entrevistas, pudemos construir um quadro comparativo para melhor visualização dessa questão. Alguns critérios escolhidos foram baseados nas pesquisas de Nicki Owen (2001), para avaliar o contato sexual entre irmãos, conforme listamos abaixo:

	F. SILVA	F. FERREIRA	F. OLIVEIRA	F. SOUZA
Idade e nível de desenvolvimento da criança	Felipe: 10 Léo: 7 Gabriel: 5 Pré-latência e Latência	Danilo: 8 Dennis: 6 Latência	Luiz: 13 Lúcio: 8 Lúcia: 6 Latência e fase genital	Flávio: 10 Ana: 3 Latência e Pré-latência
Diferenças entre as idades	2 e 3 anos	2 anos	7 anos	7 anos
Extensão e duração do comportamento sexual	Atos libidinosos Aprox. 2 anos	Atos libidinosos Aprox. 2 anos	Com Penetração Supõe-se que menos de um mês	Atos Libidinosos Um único episódio foi citado
Dinâmica de poder nos irmãos e nos relacionamentos familiares	Léo parece exercer maior poder sobre Felipe e Gabriel	Dennis parecer exercer maior poder sobre Danilo	Luiz exerce maior poder e autoridade sobre os irmãos	Flávio exerce maior poder sobre a irmã
Tamanho físico	Léo é mais robusto que os outros irmãos	Danilo é mais alto que Dennis	Luiz é maior do que os irmãos	Flávio é maior que a irmã
Capacidade de controlar a situação	Não	Resposta prejudicada	Não	Não
Técnicas de coerção	Ameaça verbal de punição física	Resposta prejudicada	Ameaça verbal de punição física	Ameaça verbal de punição física
Extensão do abuso emocional e físico	Culpa e agressividade entre os irmãos	Resposta prejudicada	Tristeza, culpa, medo	Culpa, confusão
Houve abuso sexual anterior	Sim (primos)	Sim (meio-irmãos)	Sim (primos)	Sim (primos)

Histórico de abuso sexual na família	Sim	Sim	Há suspeitas	Há suspeitas e relação à família materna de Flávio
--------------------------------------	-----	-----	--------------	--

Cabe salientar que, durante as entrevistas, não houve outros relatos sobre abusos consumados contra outros membros da fratria e da família. Não obstante, sabe-se que, em uma família incestogênica, isso não é impossível. A família Ferreira, por exemplo, apresentou alguns indícios de outra figura incestuosa: o pai.

6 SÍNTESE CONCLUSIVA

Por meio desta pesquisa, foi possível constatar que a temática sobre o envolvimento incestuoso entre irmãos (crianças ou adolescentes) merece maior destaque, em nossa sociedade.

A escassa literatura que aborda esse assunto tem apontado a necessidade de ampliar a discussão, principalmente ressaltando as diferenças existentes entre os comportamentos sexuais típicos e abusivos de irmãos.

Os autores estrangeiros pesquisados (FINKELHOR, 1979; WORLING, 1995; RAYMENT; OWEN, 1999; OWEN, 2001; RAYMENT-McHUGH; NISBET, 2003; WELFARE, 2008) são unâimes em concordar que esse tipo de incesto é minimizado, no meio social, por ser erroneamente confundido com simples brincadeiras sexuais, típicas da idade.

Finkelhor (1979) enfatiza que o incesto entre irmãos não deve ser “romanceado” pelo estereótipo da inocente brincadeira sexual, pois um grande número envolve diferença significativa entre as idades, implicando algum tipo de coerção. Ele emprega o termo “tabu menor” (p. 89), para descrever que esse tipo de incesto, o qual tem sido menos denunciado pela sociedade, se comparado ao incesto pai-filha; este último parece desencadear um conflito familiar muito maior do que com os irmãos, porque, pelo fator geracional ou pelo fato de tratar-se de crianças e adolescentes, o primeiro parece causar menor impacto para indicar a gravidade do caso.

Buscamos também descrever a estrutura familiar que sustenta esses tipos de relacionamentos, apontando para uma família com característica incestogênica, com a presença de confusão de papéis e gerações, bem como com a predominância da lei do segredo. Observamos que a subjetividade tem-se configurado em um ambiente de extrema violência, não facilitador para um desenvolvimento afetivo saudável e com um discurso sobre a sexualidade a acentuar, nessas famílias, o seu caráter de tabu.

Também identificamos como as situações traumáticas (de violência física e sexual intrafamiliar) não elaboradas levam às transmissões psíquicas defeituosas, entre as gerações, inaugurando uma cadeia traumática transgeracional (TRACHTENBERG, 2005).

A partir dessas contribuições, procuramos sublinhar, nesta pesquisa, que a ocorrência de um envolvimento incestuoso entre os irmãos merece maior atenção dos pais, dos profissionais, da sociedade em geral, já que, se apresenta como um problema social e indica uma disfunção familiar.

É importante ressaltar, por conseguinte, que o profissional deve ouvir e realizar sua intervenção com todos os membros da família, compreendendo sua dinâmica, o seu funcionamento como um todo.

Por fim, compreendemos que, na relação incestuosa entre irmãos, não se trata apenas da fratria envolvida (vítimas x agressores), mas de toda uma família, que colaborou conscientemente e inconscientemente para que não fosse estabelecida uma interdição do incesto.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, R. **A história social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZEVEDO, M. A. **Pesquisando a Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes**. A Ponta do Iceberg. 2007. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e Violência Doméstica**: módulo 1A/B-2A/B. São Paulo: LACRI/IPUSP, 2005a.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e Violência Doméstica**: módulo 3A/B-6A/B. São Paulo: LACRI/IPUSP, 2005b.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e Violência Doméstica**: módulo 7A/B-8A/B. São Paulo: LACRI/IPUSP, 2005c.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e Violência Fatal em Família**: primeiras aproximações ao nível de Brasil. São Paulo: Iglu, 1998.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Pele de Asno não é só História**: Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Org.). **Infância e Violência Doméstica**: fronteiras do conhecimento. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 03 set. 2009.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado da Previdência Social. **Relatório do Sistema de Acompanhamento Qualiquantitativo - Programa Sentinela**. Dados referentes ao município de Londrina-PR. Brasília, 2008.

CABRAL FILHO, J. E. A interrelação dos princípios metodológicos e dos princípios éticos na investigação e na publicação científica. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 4, n. 3, p. 225-228, jul./set., 2004.

COHEN, C. **O Incesto: Um desejo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

COHEN, C. O Incesto. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e Violência Doméstica**: Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: Cortez, 1997. p. 211-225.

CORREA, O. B. R. Eclosão dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In: _____, **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 61-71

CROMBERG, R. U. **Cena Incestuosa**: abuso e violência sexual. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

CYR, M. et al. Intrafamilial sexual abuse: brother-sister incest does not differ from father-daughter and stepfather-stepdaughter incest. **Child Abuse & Neglect**, v. 26, n. 9, p. 957- 973, 2002.

DERBY, M. A Experiência Fraterna e a Psicanálise: Da Dimensão Narcisista à Objetiva In: TILMANS-OSTYN, E.; MEYNCKENS-FOUREZ, M. **Os Recursos da Fratria**. Belo Horizonte: Artesã, 2000. p. 233-244.

DESLANDES, S. F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, suppl. 1, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500013>. Acesso em: 16 mar. 2008.

DIGIORGIO-MILLER, J. Sibling Incest: treatment of the family and the offender. **Child Welfare**, v. 77, n. 3, p. 335-346, 1998.

DOLTO, F. **Psicanálise e Pediatria**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

DUARTE, J. C.; ARBOLEDA, M. R. C. Sintomatologia, avaliação e tratamento do abuso sexual infantil. In: SIMON, M. A; CABALLO, V. E (Org.). **Manual de Psicologia Clínica Infantil e do Adolescente**. Transtornos Gerais. São Paulo: Santos, 2005. p. 293- 321.

FAIMAN, C. J. S. **Abuso Sexual em Família**: a violência do incesto à luz da Psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FALEIROS, E. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília: UNICEF, 2000.

FERENCZI, S. (1932). Confusão de Línguas entre os Adultos e a Criança. In: _____. **Obras Completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 97-106.

FERRARI, D. C. A. Visão Histórica da Infância e a Questão da Violência. In: FERRARI D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.). **O Fim do Silêncio Na Violência Familiar**. Teoria e Prática. São Paulo: Ágora, 2002.

FIGARO, C. J. **Famílias incestuosas e a psicanálise**: os desafios institucionais do Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual – CEARAS. ENCONTRO SUL AMERICANO DOS ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE. São Paulo, 13-14-15 de novembro de 1999. Disponível em: <http://www.estadosgerais.org/historia/51-familias_incestuosas.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2008.

FINKELHOR, D. **Sexually victimized children**. New York: The Free Press, 1981.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREUD, S. (1896a). Observações adicionais sobre as Neuropsicoses de Defesa. In: _____. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. v. III. CD-ROM.

FREUD, S. (1896b). A Etiologia da Histeria. In: _____. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. v. III. CD-ROM.

FREUD, S. (1897). Carta 69. In: _____. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. CD-ROM.

FREUD, S. (1905). Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. In: _____. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. VII. p. 118-228.

FREUD, S. (1912a). Totem e Tabu. In: _____. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. v. XIII. CD-ROM.

FREUD, S. (1912b). O Horror ao Incesto. In: _____. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. v. XIII. CD-ROM.

FREUD, S. (1915-1916). Conferência XIII - Aspectos Arcaicos e Infantilismo dos Sonhos. In: _____. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. v. XV. CD-ROM.

FREUD, S. (1930). O Mal-Estar na Civilização. In: _____. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. v. XXI. CD-ROM.

FREUD, S. (1940 [1938]). Esboço de Psicanálise. In: _____. **Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. v. XXIV. CD-ROM.

FURNISS, T. **Abuso Sexual Da Criança**: uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

GABEL, M. **Crianças Vítimas de Abuso Sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

GLENN, J. A Psicanálise De Crianças Em Pré-Latência. In: _____. **Psicanálise e Psicoterapia de Crianças**. Tradução: José Octávio de Aguiar Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.103-126.

GOBBETTI, G. J. **Incesto e Saúde Mental**: Uma compreensão psicanalítica sobre a dinâmica das famílias incestuosas. 2000. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

HERRMANN, F. **Clínica Psicanalítica**: a arte da Interpretação. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 230 p.

HERRMANN, F. Investigação Psicanalítica. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 30, n. 55/56, p. 7-18, jun., 1997.

KAËS, R. Complexo Fraternal: aspectos de sua especificidade. In: RAMOS, M. (Org.) **Casal e Família como paciente**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 1999. p.181-248.

KLEIN, M. **A psicanálise de crianças**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

KOPITKE, C.C. Transgeracionalidade, Violência e Trauma: Um desafio à psicanálise contemporânea. In: TRACHTENBERG, A. R. C. et al. **Transgeracionalidade**: de escravo a herdeiro: um destino entre gerações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 131-141.

KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Org.) **Infância**: fios e desafios da pesquisa. 6. ed. Campinas: Papirus, 2001.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, M. L. M. A infância no Século XIX segundo Memórias e Livros de Viagem. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEVI-STRAUSS, C. (1947). **As Estruturas Elementares de Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1976.

MACEDO. M. M. K.; FALCÃO, C. N. B. A Escuta na Psicanálise e a Psicanálise da Escuta. In: MACEDO. M. M. K.; CARRASCO, L. K. (Org.). **(Con)textos de Entrevista: Olhares Diversos sobre a Interação Humana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 49-62.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MAXIMIANO, A. **Meninas são as principais vítimas de violência contra a criança**. Disponível em:

<<http://diganaoerotizacaoinfantil.wordpress.com/2007/09/25/meninas-sao-principais-vitimas-de-violencia-contracrianca/>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

MELLO, V. M. H. P. Entre Luz e Trevas: O Legado Transgeracional de um Luto Não-Elaborado na Realidade Psíquica de uma Criança. In: TRACHTENBERG, A. R. C. et al. **Transgeracionalidade: de escravo a herdeiro: um destino entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 111-118

MEYNCKENS-FOUREZ, M. A Fratria, o ponto de vista eco-sistêmico. In: TILMANS-OSTYN, E.; MEYNCKENS-FOUREZ, M. M. **Os recursos da fratria**. Belo Horizonte: Artesã, 2000.

MEZAN, R. **Interfaces da Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MEZAN, R. Que significa “pesquisa” em psicanálise? In: SILVA, M. E. L. (Org.). **Investigação e psicanálise**. Campinas: Papirus, 1993. p. 49-90.

MILLOT, C. **Freud Antipedagogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

MOORE, T. Casal de irmãos quer mudar lei alemã do incesto. **Folha Online**, São Paulo, 7 mar. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u61517.shtml>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

NERO, S. D. **Eros e Thanatos: Fundamentos Psicanalíticos**. São Paulo: Vetor, 2002.

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. Terapia Familiar Estrutural. In: _____, **Terapia Familiar: conceitos e métodos**. Tradução: Magda França Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p.187-212.

NOGUEIRA, S. E.; SÁ, M. L. B. P. Atendimento Psicológico à crianças vítimas de abuso sexual: alguns impasses e desafios. In: PRADO, M. C. C. A. (Org.). **O**

Mosaico da Violência: A perversão da vida cotidiana. São Paulo: Vetor, 2004. p. 47-102.

OLIVEIRA, M. L. A Lanterna e a caça: flash de um emprego do método psicanalítico. In: _____. **Pesquisa em Educação e Psicanálise**. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 221-256.

OWEN, N. More Than Just Child's Play: A Study On Sibling Incest. **Children Australia**, v. 23, n.4, p. 15-21, 2001.

PASSETTI, E. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: PRIORE, M. D. (Org.) **História das Crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 347-375.

PAULA, P. A. G. Abuso Sexual Ritualístico e a Legislação Brasileira. In: AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. A. (Org.). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 143-148.

PAULINO, S. E. **Histórias que se Repetem:** O abuso sexual incestuoso atravessando gerações. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

PINHEIRO, T. **Ferenczi:** do grito à palavra. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

PINTO JÚNIOR, A. **Violência Sexual Doméstica Contra Meninos:** um estudo fenomenológico. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2005.

POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RAMOS, F. P. A História Trágico-Marítima das Crianças nas Embarcações Portuguesas do Século XVI. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 19-54.

RAYMENT-MCHUGH, S.; NISBET, I. Sibling Incest Offenders as a Subset of Adolescent Sexual Offenders. In: **Child Sexual Abuse: Justice Response or Alternative Resolution Conference**, 2003. Disponível em: <<http://www.ncjrs.gov/App/Search/SearchResults.aspx?txtKeywordSearch=brother-sister+incest&fromSearch=1>>. Acesso em 17 jul. 2008.

RAYMENT, S; OWEN, N. Working with Individuals and Families Where Sibling Incest Has Occurred: The Dynamics, Dilemmas and Practice Implications. In: **Victims and Offenders Conference convened by the Australian Institute of Criminology**, 1999. Disponível em: <http://www.sasian.org/pdf/owen.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2009.

RENSHAW, D. C. **Incesto:** Compreensão e Tratamento. São Paulo: Roca, 1984.

ROUDINESCO, E. **Por que a Psicanálise?** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RUDD, J. M.; HERZBERGER, S. D. Brother-sister incest – father-daughter incest: a comparison of characteristics and consequences. **Child Abuse & Neglect**, v. 23, n. 9, p. 915- 928, 1999.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual Em Crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. 1. ed. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, M. A. C. Criança e Criminalidade no Início do Século. In: PRIORE, M. D. (Org.) **História das Crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, M. E. L. (Coord.). **Investigação e psicanálise**. Campinas: Papirus, 1993a.

SILVA, M. E. L. Pensar em Psicanálise. In: SILVA, M. E. L. (Org.). **Investigação e psicanálise**. Campinas: Papirus, 1993b. p. 11-26.

SOIFER, R. **Psicodinamismos da Família com Crianças**: Terapia Familiar com Técnica de Jogo. Petrópolis: Vozes, 1989.

SOUZA, A. S. L. **Pensando a Inibição Intelectual**: Perspectiva Psicanalítica e Proposta Diagnóstica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

TRACHTENBERG, A. R. C. Trauma, Transgeracionalidade e Intergeracionalidade: Uma Transformação Possível. In: _____ et al. **Transgeracionalidade**: de escravo a herdeiro: um destino entre gerações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 119-129.

TSUN, O. K. Sibling Incest: a Hong Kong experience. **Child Abuse & Neglect**, v. 23, n. 1, p. 71-79, 1999.

WELFARE, A. How Qualitative Research Can Inform Clinical Interventions in Families Recovering From Sibling Sexual Abuse. **ANZJFT**, v. 29, n. 3, p. 139-147, 2008.

WINNICOTT, D. W. **O Brincar & a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D. W. **A Criança e o seu Mundo**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WINNICOTT, D. W. **Consultas Terapêuticas em Psiquiatria Infantil**. Rio de Janeiro: Imago, 1984

WINNICOTT, D. W. (1964). O Jogo do Rabisco [Squiggle Game]. In: WINNICOTT, C.; SHEPHERD, R.; DAVIS, M. **Explorações Psicanalíticas**: D. W. Winnicott. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994a. p.230-243.

WINNICOTT, D. W. O Conceito de Trauma em Relação ao Desenvolvimento do Indivíduo dentro da Família. In: WINNICOTT, C; SHEPHERD, R.; DAVIS, M. **Explorações Psicanalíticas**: D. W. Winnicott. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994b.

WINNICOTT, D. W. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WINNICOTT, D. W. **Da Pediatria à Psicanálise**: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, D. W. **A Família e o Desenvolvimento Individual**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WINNICOTT, D. W. **O Ambiente e os Processos de Maturação**. Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 2007.

WORLING, J. Adolescent sibling-incest offenders: Differences in family and individual functioning when compared to adolescent non-sibling sex offenders. **Child Abuse and Neglect**. Vol. 19(5), p. 633-643, 1995.

ZAMBRANO, E. O avanço da sexualização abusiva: algumas reflexões antropológicas. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DE PORTO ALEGRE. **Pensando a violência com Freud**. Porto Alegre: SBP de PA, 2005. p 62-67.

ZORNIG, S. A. J. **A Criança e o Infantil e Psicanálise**. São Paulo: Escuta, 2000.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Capítulo IV, itens 1 a 3 da Resolução 196/96 – Conselho Nacional de Saúde)

Meu nome é Cristina e trabalho nesta instituição (*Centro de Referência Especializado no Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas da Violência ou Exploração Sexual*) como psicóloga, atendendo a crianças e adolescentes vítimas e/ou autores de abuso sexual.

A partir do meu trabalho, decidi aprimorar os meus estudos e, atualmente, estou realizando uma pesquisa, com recursos particulares, independente desta Instituição, com pessoas que passaram por situação de abuso sexual ou incesto.

Tenho, como objetivo, pesquisar casos específicos em que irmãos tiveram uma experiência incestuosa entre eles, através da compreensão de como é a relação afetiva da família, com a finalidade de conhecê-los melhor.

Portanto, primeiramente, entrevistarei os pais ou os responsáveis no cuidado parental dos irmãos, buscando compreender assuntos relativos à vida familiar, como o relacionamento entre os membros da família, a história familiar e as repercussões sobre a ocorrência de um envolvimento incestuoso entre os irmãos.

Em seguida, realizarei uma entrevista com toda a família reunida e, posteriormente, entrevistarei e aplicarei um instrumento de pesquisa com o irmão mais novo, por meio da realização de desenhos e do contar histórias, que não trarão nenhum desconforto ou risco para a família.

Por último, realizarei uma entrevista com o irmão que foi encaminhado à instituição como sendo o “autor do abuso”, como forma de procurar compreender assuntos relativos à família e como tem lidado com essa situação, buscando indícios do que motivou a prática de tais atos.

Ao aceitar participar desta pesquisa, em hipótese alguma, os dados pessoais de cada membro desta família, como os nomes e endereço, serão revelados a outras pessoas ou locais, sendo, portanto, mantido o sigilo de todas as informações que os identifiquem, inclusive o conteúdo do que será dito igualmente não será revelado entre os familiares, respeitando-se o direito à confidencialidade, privacidade e anonimato de cada um.

Cabe ressaltar que a participação de vocês é voluntária e gratuita, ou seja, não terá qualquer tipo de despesa para a participação neste estudo. Também não haverá ajuda financeira para essa participação.

Como a pesquisa envolve toda a família, considero que cada criança ou adolescente tem ainda o direito de escolher participar ou não, sendo necessário o consentimento dos mesmos para a sua realização. Toda a família tem o direito de se recusar a participar deste estudo e de interrompê-lo a qualquer momento que desejar, sem punição alguma ou prejuízo no atendimento prestado na Instituição a que estão vinculados

Portanto, peço a autorização de todos vocês para a realização desta pesquisa e também a permissão para utilizar um gravador, durante as entrevistas que serão mantidas em local seguro.

Caso o material venha a ser usado para a publicação científica ou atividades didáticas, a identidade de todos os membros também será preservada, mantendo-se o anonimato.

No decorrer da pesquisa, a pesquisadora estará disponível para as possíveis dúvidas que poderão surgir. A pesquisadora é Cristina Fukumori Watarai, aluna regular do curso de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado – da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Assis- SP. A orientadora deste estudo é a Professora Doutora Vera da Rocha Resende. Ambas podem ser localizadas junto à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Assis- SP, localizado na Av. Dom Antonio, nº. 2.100, fone (18) 3302-5740.

Esta pesquisa é vinculada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Assis- SP, e, portanto, para o esclarecimento de qualquer dúvida sobre sua ética, deverá ser estabelecido contato com os membros desse órgão, através do endereço Av. Dom Antonio, nº. 2.100 ou pelo telefone (18) 3302-5811.

Eu, _____, RG _____, conversei com Cristina Fukumori Watarai sobre a decisão de minha participação neste estudo e também dos meus filhos/dependentes. Concordo que ficaram claros para mim qual a importância da pesquisa, as garantias de sigilo, anonimato e o respeito quanto à participação de todos, inclusive dos meus filhos/dependentes. Ficou claro também que a minha participação e a de meus filhos ou dependentes não inclui despesas ou recompensas financeiras de qualquer natureza. Sei ainda que é possível a desistência, a qualquer momento, sem que isso traga prejuízo no atendimento prestado pela Instituição a que estamos vinculados e sei também que posso pedir esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas que eventualmente venham a surgir.

Acredito estar bem informada(o) a respeito do que li ou foi lido para mim. Concordo em participar desta pesquisa e, como responsável legal pelos meus filhos/dependentes, concordo em autorizar a participação dos mesmos, permitindo a divulgação dos dados obtidos em eventos, artigos e na dissertação de mestrado.

Nome e assinatura de um (ou mais) familiar responsável pelos participantes.

_____, ____ de _____ de _____.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido dos participantes deste estudo.

Nome e assinatura do responsável pela pesquisa

_____, ____ de _____ de _____.

ANEXOS